

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PRPG
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Comunicação e Culturas Midiáticas -PPGC
Linha de Pesquisa: Culturas Midiáticas Audiovisuais

LUCAS MILHOMENS FONSECA

**CIBERATIVISMO E MST: O DEBATE SOBRE A REFORMA
AGRÁRIA NA NOVA ESFERA PÚBLICA INTERCONNECTADA**

João Pessoa, dezembro de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CIBERATIVISMO E MST: O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA ESFERA PÚBLICA INTERCONECTADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas - PPGC, na linha de pesquisa Culturas Midiáticas Audiovisuais, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olga Maria Tavares da Silva

João Pessoa, dezembro de 2009

CIBERATIVISMO E MST – O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA ESFERA PÚBLICA INTERCONECTADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, com área de concentração em Comunicação e Culturas Midiáticas, defendida e aprovada em ____ de _____ de 2009 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

OLGA MARIA TAVARES DA SILVA

Doutora, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Presidente

CLAUDIO CARDOSO DE PAIVA

Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Membro Efetivo

JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA

Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Membro Efetivo



Conteúdo licenciado pelo *Creative Commons* para uso não comercial (by-nc,2.5). Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/br/>.

Dedico esta obra ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, sobretudo, aos milhares de agricultores pobres e anônimos desaparecidos em todo o país. É preciso que se diga: lutar vale a pena e, quem sabe, como na canção de Chico, “um dia essa terra vá cumprir seu ideal”...

“Ter antenas, coração e raízes, sempre.”

Agradecimentos

Quero agradecer, fraternal e emocionadamente duas pessoas essenciais para a feitura do trabalho que você lê agora.

Primeiro minha companheira, Milena. Pelo afeto, carinho, paciência e contribuição teórico-metodológica durante todas as “idas e vindas” que um objeto de estudo faz a gente dar.

Segundo minha orientadora, Olga. Pela ética, solicitude, gentileza e agilidade. Entre João Pessoa, Natal, Fortaleza e Manaus foram muitos quilômetros, e-mails e conversas.

A ambas *merci pour tout*.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os novos elementos midiáticos e digitais advindos da internet e das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs). Em nossa pesquisa verificamos como a cibercultura, ou, mais especificamente, o ciberativismo é utilizado/praticado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Como este movimento social – o maior do Brasil e um dos maiores do mundo –, se apropriou destes recursos para promover sua militância e propaganda ideológica dentro e fora do ciberespaço. Analisamos as formas de atuação política, social e cultural exercidas pelo MST na rede mundial de computadores, onde delimitamos como corpus o sítio do Movimento (www.mst.org.br) e todos os seus recursos e ferramentas interativas. Verificamos que o MST chegou a um novo patamar da luta pela Reforma Agrária, através da ampliação do debate e aprofundamento democrático do que denominamos Nova Esfera Pública Interconectada. Ambiente este que possibilita a contraposição aos veículos tradicionais de imprensa, indo de encontro a Grande Mídia (ou Mídia Tradicional) e sua incessante criminalização dos movimentos sociais. Nossa pesquisa detectou que o MST é um movimento social ciberativista e utiliza esta característica para propagar sua ideologia e defender seus posicionamentos mediante a opinião pública brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Ciberativismo – MST – Esfera Pública Interconectada – Reforma Agrária

ABSTRACT

This research aims to analyze new media and digital elements resulted from the Internet and New Technologies of Information and Communication (NTIC). We want to understand how cyberspace, or, more specifically, the cyberativism is used / practiced by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Besides, as this social movement - the largest in Brazil and one of the largest in the world - has appropriated these resources to promote their propagation and ideological militancy inside and outside cyberspace. We analyze the forms that MST exercised political, social and cultural ways of working on World Wide Web. The research corpus was the site of the Movement (www.mst.org.br) and all its resources and interactive tools. We found that the MST has reached a new level of struggle for Agrarian Reform, through the extension of democratic discussion and exploration of what we call New Public Interconnected Sphere. This MST' structure of communication allows to establish a confrontation to the traditional press, going against Big Media and their incessant social movements criminalization.

KEYWORD

Cyberativism – MST – Public Sphere Interconnected – Agrarian Reform

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Antônio Conselheiro rechaça a República por Angelo Agostini.
- Figura 2 – Universidade Popular dos Movimentos Sociais - UPMS
- Figura 3 – Capas da Revista Veja – Edições 1648 e 2128.
- Figura 4 – Modelos de Computadores: antigo e atual.
- Figura 5 – Navegador Mosaic, 1993.
- Figura 6 – Tipografia das Redes de Paul Baran difundido por David de Urgate.
- Figura 7 – Sítio do Centro de Mídia Independente Brasil.
- Figura 8 – Comunidade de Ciberativismo no Brasil.
- Figura 9 – Página do Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN.
- Figura 10 – Greenpeace Brasil.
- Figura 11 – Sítio do Projeto Índios Online.
- Figura 12– 25 anos do MST no YouTube.
- Figura 13 – Nota Pública MST (Blog Trezentos).
- Figura 14 – Twitter do MST.
- Figura 15 – Sítio do MST.
- Figura 16 – Canal de vídeos do YouTube da Via Campesina e do MST.
- Figura 17 – Sobre o MST.
- Figura 18 – Biblioteca.
- Figura 19 – Audiovisual.
- Figura 20 – Loja da Reforma Agrária.
- Figura 21 – Especiais.
- Figura 22 – Mural.
- Figura 24 – Fale Conosco.
- Figura 25 – Letra Viva (MST Informa).
- Figura 26 – Biblioteca Virtual Gregório Bezerra.
- Figura 27 – Armazém da Memória.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
LISTA DE FIGURAS.....	09
SUMÁRIO.....	10
Introdução.....	12
CAPITULO I – A luta pela terra e a trajetória do MST.....	21
1.1 Lutas dos Povos do Campo no Brasil.....	21
1.2 Notas sobre o Arraial do Belo Monte.....	24
1.3 As ligas camponesas e as reformas de base.....	28
1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	36
CAPITULO II – O MST e a Mídia.....	43
2.1 Mídia Conservadora ou Grande Mídia: alguns exemplos e conceitos.....	43
2.2 Grande Mídia e MST: exemplos de criminalização jornalística.....	45
CAPITULO III – Mídias Digitais e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.....	51
3.1 História da Internet e o novo cenário midiático.....	51
3.2 O mundo digitalizado e a cibercultura.....	55
3.3 Pluralidade na Rede: O debate na Nova Esfera Pública Interconectada.....	59
3.4 Movimentos Sociais no início do século XXI e o Ciberativismo.....	62
CAPITULO IV – Exemplos de Militância Digital e o Ciberativismo Sem Terra...66	66
4.1 Conceitos de Ciberativismo.....	66
4.2 Lutas pela Rede.....	71
4.3 Ciberativismo Sem Terra.....	75
CAPITULO V – Sítio do MST: uma análise de suas características e ferramentas.....	82

5.1 Características e Funcionalidade.....	83
5.2 Armazém da Memória – Videoteca Virtual Gregório Bezerra.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
ANEXOS.....	107-117

Introdução

Estamos no início do século XXI. Sua primeira década vai chegando ao fim e o mundo não é tão diferente do século que se foi, conhecido por Hobsbawm (1995) como a “Era dos Extremos”. No segundo semestre de 2009 continuamos vendo conflitos étnicos e religiosos exacerbando-se, crises cíclicas na macroeconomia planetária, instituições não tão democráticas questionadas moral e eticamente e, não menos importante, velhos problemas sociais atualizados por sua evidenciação midiática. No Brasil, a Reforma Agrária é um destes problemas históricos não resolvidos.

O cenário brasileiro de desigualdades nas esferas sociais, econômicas e políticas, uma imensa massa de excluídos gerando, paulatinamente, inúmeros casos de conflitos no campo e na cidade foi terreno fértil para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, popularmente conhecido como MST. Movimento este que se auto-intitula o herdeiro histórico de antigos atores sociais que reivindicaram a Reforma Agrária desde que a mesma se fez necessária, ou seja, dos primórdios da redistribuição territorial e fundiária – que não aconteceu –, após a Abolição da Escravatura, em 1888, passando pelo processo de industrialização do Brasil, na primeira metade do século XX, até chegar aos conflitos agrários que tinham como protagonistas, nos anos 50, as Ligas Camponesas, movimento sindicalizado e rural que surgiu no Nordeste do país.

É, portanto, este Movimento Social que estudamos para a presente pesquisa. Mais especificamente seu uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e sua relação com a rede digital de comunicação. Analisando o que ficou conhecido como Ciberativismo, ou seja, a militância política, cultural e propagandística com o auxílio da Rede Mundial de Computadores¹ feita pelo MST.

Nosso objetivo central com esta Dissertação é analisar a relação do MST com as NTICs, como o mesmo se apropria de tais ferramentas para suas atividades reivindicatórias. Argumentamos que tal pesquisa se justifica por três principais motivos, destacados abaixo e coerentes com a proposta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) desta Instituição, abrigados na linha de pesquisa Culturas Midiáticas Audiovisuais:

1º - Um movimento social da envergadura do MST, no tocante a seu tamanho (segundo dados da Direção Nacional do Movimento são mais de um milhão de trabalhadores rurais divididos em 24 estados da Federação) e influência (política e social) na sociedade brasileira já é por si só objeto de estudo suficiente com ricos elementos a serem pesquisados;

1 Word Wide Web, em Inglês.

2º - A relação da grande mídia tradicional com o MST é, de longa data, motivo para inúmeras reflexões fora e dentro da universidade. Nossa proposta aqui não é entender os meandros desta relação, com seus detalhes e peculiaridades. Mas, não obstante, visando nosso objetivo principal – que é a reflexão sobre o Ciberativismo do MST –, compreender como tal relação se dá, implicando diretamente na construção, pelo Movimento, de outros canais dialógicos com a sociedade, alternativos aos grandes veículos de comunicação;

3º - Estamos vivenciando uma nova era no que diz respeito à comunicação no Brasil e no mundo. As Mídias Digitais² e mais especificamente as Mídias Sociais³ são uma realidade em nossos cotidianos, seja pelo envio de um e-mail e participação em uma lista de discussão, o acesso a um sítio⁴, comentário em um blog ou Twitter⁵, um vídeo assistido através do YouTube⁶, uma conta no Orkut⁷ ou uma conversa pelo MSN⁸. Tudo está conectado a estas redes de comunicabilidade, em crescente expansão desde os anos 90.

Esta nova (e barata) forma de comunicação contemplou vários atores sociais que nunca tiveram espaço nas mídias tradicionais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um exemplo desta nova conjuntura. Analisar como se deu (da) a apropriação das novas mídias pelo MST e como o mesmo pratica o chamado Ciberativismo visando dar maior amplitude a sua luta pela Reforma Agrária é o que apresentamos ao longo deste trabalho e, também, um dos motivos que justificam o objeto de estudo ora apresentado.

Outro fator importante na feitura desta Dissertação é situar o leitor de qual ponto de vista fala o autor. Adotamos a perspectiva de que a ciência não é matéria alienígena, imparcial. Ao fazê-la somos influenciados e a influenciemos através de nossas idiossincrasias. Dito isto é importante ressaltar que durante seis anos trabalhamos como jornalista no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos estados de Tocantins, Rio Grande do Norte e Amazonas. Outrossim, tivemos contato diário com as “questões agrárias” e seus atores, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual desde o início se mostrou como um interessante

2 No sentido mais amplo, mídia digital pode ser definida como o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseados em tecnologia digital, permitindo a distribuição ou comunicação digital das obras intelectuais escritas, sonoras ou visuais. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdias_digitais. Acesso em 25 de agosto de 2009.

3 As Mídias Sociais são espaços de interação entre usuários. São considerados exemplos de mídias sociais: blogs, redes sociais (Orkut), fóruns, e-groups, instant messengers, wikis, sites de Sharing (YouTube, Flickr). Disponível em: http://www.riot.com.br/?page_id=33. Acesso em: 26 de agosto de 2009.

4 Optamos, nesta pesquisa, por utilizar o termo em português, ou seja, sítio ao invés de site.

5 Fenômeno recente das mídias digitais e sociais, o Twitter é um microblog que permite apenas 140 caracteres para seus comentários.

6 Sítio de compartilhamentos de vídeos mais popular da internet.

7 Sítio de relacionamentos mais popular do Brasil.

8 Comunicador instantâneo mais popular do Mundo.

tema a ser pesquisado, faltando somente achar o foco exato para o desenvolvimento do trabalho. Este foco foi encontrado ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba PPGC/UFPB, onde, através dos estudos e da discussão em sala de aula, descobrimos o mote necessário para nossa pesquisa: o Ciberativismo exercido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para finalizar os argumentos que nos levaram a desenvolver uma pesquisa de mestrado que relaciona o MST, Reforma Agrária e as Mídias Digitais (através do Ciberativismo) e, conseqüentemente, como esta relação ampliou e discussão destes temas, acreditamos, mais uma vez, que ciência se faz com método e preocupação social. Dito isto, para arrematar este ponto, fazemos de nossas palavras as palavras do grande antropólogo, político e militante Darcy Ribeiro (1995, p.17) – obviamente jamais comparando sua personalidade, ideal e obra a este trabalho –, que no prefácio de seu último livro [O Povo Brasileiro] concluiu suas palavras deixando explícito aos leitores de quem se tratava o autor:

Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo.

Defendemos a tese, exposta ao longo dos capítulos que se seguem nesta Dissertação, de que a apropriação das novas ferramentas digitais de comunicação, feitas pelo MST, está criando um cenário participativo/democrático/interativo *sui generis*. Pretendemos analisar a militância política, social e/ou cultural feita pelo MST através da internet e das NTICs, entendendo como o mesmo se apropria destas novas ferramentas digitais, pautando a questão da reforma agrária e ampliando o debate na sociedade brasileira, o que se configura como uma nova esfera pública midiática e interconectada. Ao longo do estudo pretendemos analisar estes conceitos e como eles se processam juntamente com o objeto desta pesquisa, o Ciberativismo do MST, ou, mais especificamente, o ativismo político/social via Redes Ciberulturais⁹ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Um dos referenciais teóricos que utilizamos no decorrer da pesquisa são as análises ciberativistas do sociólogo Sérgio Amadeu (2008), que acredita na Web enquanto viabilizadora de um novo espaço de debates plurais e democráticos, caracterizados no âmbito da esfera pública interconectada, com alto grau de interatividade, liberdade e pluralidade, intrínsecas as redes digitais.

⁹ Entendemos aqui como Redes Ciberulturais o conjunto de conexões sociais e técnicas existentes no Ciberespaço, conceito desenvolvido por Pierre Lévy.

Ambas engendradas por sua arquitetura livre¹⁰, colaboracionista, de fluxo incontrolável de informação/conteúdo e sem as limitações editoriais do *mass media* comercial¹¹.

Ao mesmo tempo, as redes digitais estão aprofundando as contradições do capitalismo cognitivo, ampliando os espaços democráticos da crítica, da criação cultural e da diversidade, bem como abrindo espaço para a emergência de uma esfera pública interconectada, com um potencial mais democrático que a esfera pública dominada pelos *mass media*. Nessa esfera virtual, de alta interatividade, o debate sobre a democratização das comunicações está sendo reconfigurado e deverá incorporar as idéias de espectro aberto e de cooperativas de conexão compartilhada. (AMADEU, 2008, p.31)

Em nossos estudos descrevemos, especificamente no capítulo um, que assim como a não realização da Reforma Agrária (ao longo das décadas passadas e da atual) criou um cenário de instabilidade no campo que repercute seus efeitos diretamente nos centros urbanos através da violência e exclusão social – no exato momento em que escrevemos esta Introdução mais um caso de morte de um sem terra é anunciado, desta vez no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul¹² –, também é verdade que o mesmo Movimento vem tentando desconstruir sua imagem vinculada à violência e ao vandalismo (criada, principalmente, pela opinião pública midiática tradicional) através de novas formas de propagação ideológica. Formas estas em sintonia fina com os mecanismos de inserção e conexão mundial, possíveis, segundo Castells (1999), pela chamada Sociedade em Rede.

Suas características, segundo o autor, estão presentes na contemporaneidade em todos os aspectos de nossas vidas. Sejam eles econômicos, sociais, culturais e mesmo as ações triviais e cotidianas. Esta articulação global *ad infinitum* vivenciada pelas sociedades modernas só é possível, em seu grau de abrangência e capilaridade, pela evolução tecnológica dos sistemas de comunicação, que possibilitam diversas formas de organização, cooperação e comercialização em múltiplas partes do planeta, de forma instantânea e eficaz.

Todo este fenômeno só foi (é) possível pelo desenvolvimento das NTICs, capitaneadas pela criação e evolução da internet, juntamente com sua roupagem mais recente (criada nos anos 90) que se popularizou como World Wide Web¹³, ou, simplesmente, Web. Fazendo com que a informação e seus inúmeros pacotes de dados se tornassem mais acessíveis, numa linguagem agradável ao usuário/leitor.

10 Arquitetura livre significa que o conjunto de códigos e protocolos técnicos feitos desde a origem da internet possuísse uma característica em comum: o colaboracionismo e o livre fluxo de informação;

11 Veículos de Comunicação de Massa tradicionais (TV, Jornal Impresso e Rádio);

12 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/08/21/sem-terra-morto-em-desocupacao-no-rio-grande-do-sul-762715789.asp>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

13 A Web, como mencionada anteriormente, é a Rede Mundial de Computadores e foi a partir dela, criada com um ambiente amigável e de fácil utilização, que a internet se popularizou em todo o mundo.

Iremos verificar ao longo do estudo e através da interpretação e análise dos dados citados acima, como este ambiente favorável técnica e politicamente tem possibilitado a disputa ideológica do MST através das ferramentas ciberativistas, utilizando-as como ação afirmativa mediante a opinião pública gerada com auxílio das novas ferramentas digitais, dentre elas sítios, blogs e fóruns de discussão. Que, como o próprio nome remete, é um ativismo político auxiliado pelas recentes ferramentas digitais de comunicação, maximizadas por sua abrangência internacional e propagação em rede, onde a informação circula de forma horizontal. Manuel Castells (2001, p.114) explica que o ciberespaço se tornou a nova arena de debates do mundo moderno, disputando acirradamente os corações e mentes de milhares de pessoas em todo o planeta:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento de mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência explode numa cacofonia de sotaques [...] Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividades, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usem, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado.

Tendo em vista esta perspectiva dos movimentos sociais do século XXI na Sociedade em Rede, e mais destacadamente no Brasil, verificaremos, nos capítulos 02 e 03, que as mídias digitais através das NTICs proporcionaram o surgimento de uma Nova Esfera Pública Interconectada, possibilitando a militância digital exercida pelos Sem Terra, e gerando um panorama positivo internacional, atraindo apoiadores de vários lugares do mundo. Além, é claro, do público nacional, uma gama heterogênea que vai desde o cidadão comum com acesso à internet, passando pelos próprios militantes do Movimento até chegar a estudantes, professores universitários e intelectuais interessados em discutir questões como a temática da Reforma Agrária e a Mídia.

Como aporte teórico-metodológico inicial, fez-se mister a compreensão histórica, sociológica e comunicacional do MST, e seu discurso ideológico/político. Sua maior reivindicação (a Reforma Agrária) confunde-se com a história do Movimento. Para compreendê-lo, debruçamo-nos em referenciais bibliográficas que vão desde artigos, entrevistas e livros de autores como João Pedro Stédile, Bernardo Mançano, Maria da Glória Gohn, Sue Branford, Jan Rocha dentre outros que se dedicam a pesquisar este movimento social destacado por muitos pesquisadores como o maior da América Latina em tamanho e organicidade.

Utilizaremos, também, para entender melhor o conceito de movimento social moderno – onde enquadramos o MST –, o aporte teórico desenvolvido por Gohn (2007), na obra “Movimentos Sociais do Século XXI”, onde a autora estuda a chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), associando-os à atuação em rede. Na mesma perspectiva, Orrico (2005, p.27) destaca esta característica em dois movimentos sociais latino-americanos de origens distintas, mas com a mesma abrangência e desenvoltura na utilização da rede mundial de computadores:

Queremos frisar, também, que os movimentos sociais latino-americanos da atualidade, que nasceram ou ganharam força na virada do século XX para o século XXI – entre os quais o MST e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – têm uma forte característica: eles passaram a atuar em rede e construíram uma nova forma de luta coordenando e conduzindo suas ações com a utilização de um poderoso instrumento de comunicação: a internet.

Após este momento teórico inicial da dissertação, onde analisamos a história e constituição do MST, juntamente com a temática da Reforma Agrária e as novas características dos movimentos sociais deste novo século, trabalharemos o conceito elementar de Jürgen Habermas de Esfera Pública¹⁴. Tal conceituação se faz necessária porque é a partir dela que destacaremos comparativamente a atuação do MST no que está sendo chamado hoje de Nova Esfera Pública Interconectada, possibilitada pela internet e articulada pelos novos movimentos sociais da atualidade, que pautam suas reivindicações através do ciberespaço de forma horizontal e com um elevado grau de participação de várias instâncias da sociedade. Neste sentido, Brittes (2003, p.01) afirma que:

A análise do modelo de comunicação possibilitado pela rede mundial de computadores nos permite defender a revitalização do projeto habermasiano de uma esfera pública autônoma, edificada por meio da troca pública de opiniões, alimentada por uma racionalidade comunicativa. Essa afirmação comprova-se pela análise empírica dos formatos midiáticos encontrados na Internet, cuja categorização nos levou a verificar que a sociedade civil conta, agora, não apenas com os Meios de Comunicação de Massa (MCM), mas, também, com Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC). As habilidades inerentes ao meio digital (como sincronia, hipertextualidade, entre outras) propiciam o surgimento de competências comunicativas que favorecem um processo de construção de opinião, minimizando interferências.

¹⁴ Tomamos por base a tese de Habermas, Mudança Estrutural da Esfera Pública (HABERMAS, 1984) e revisões, entre elas o prefácio à 17a. edição da obra, mais precisamente a tradução em português publicada em 1999 (HABERMAS, 1999).

Dado o conceito de Nova Esfera Pública Interconectada (utilizando as orientações habermasianas iniciais e, sobretudo, os novos pesquisadores das redes ciberculturais), partimos para outro importante referencial teórico para compreendermos o fenômeno do Ciberativismo Sem Terra: a utilização das mídias digitais de comunicação. É neste conceito que empregamos esforços para explicar sua hipertextualidade e interatividade, características estas que possibilitam aos usuários participação ativa nos espaços virtuais dedicados ao Movimento.

As mídias digitais são um fenômeno recente na sociedade, o foco de nossa pesquisa não é explicar sua origem e perspectivas a longo prazo, na verdade limitamo-nos a um breve histórico de seu aparecimento e algumas das características que lhes são intrínsecas, todas utilizadas largamente pelo MST. Conceitos como o de Cibercultura, Ciberespaço e Ciberativismo permeiam toda a Dissertação e dão a textura necessária para uma pesquisa que se pretende relacionada às novas mídias digitais e, portanto, a elementos comunicacionais da atualidade.

O trabalho é qualitativo, para tanto utilizamos algumas técnicas de pesquisa, dentre elas a entrevista estruturada que foi realizada de forma indireta através de questionário enviado para a Direção Geral do MST, através de sua Assessoria de Comunicação, além de matérias sobre o Movimento e sua relação com a comunicação e a internet. Outro importante elemento para esta pesquisa foi à coleta de dados sob forma de entrevista junto aos responsáveis pelo sítio do MST, tais informações foram fundamentais para identificar os recursos que fazem da página do Movimento na internet a principal ferramenta de militância no ciberespaço e, como o próprio MST denomina, seu “cartão de visitas” na rede mundial de computadores.

Para a realização da pesquisa, observamos as práticas discursivas relacionadas ao tema, ou seja, as entrevistas e o questionário aplicado, além de análise documental de vasto material disponível em sítios dos mais diversos, inclusive o do próprio Movimento. Na pesquisa nos apropriamos de dois elementos que consideramos importantes para esta análise: O sítio do MST (www.mst.org.br) e o Boletim Eletrônico do Movimento (ou newsletter, denominado Letra Viva), encaminhado quinzenalmente com notícias e editoriais para internautas de várias partes do Brasil e mundo.

Dado esta explicação, vamos à estrutura da Dissertação e seus capítulos:

No primeiro capítulo falaremos sobre a Reforma Agrária (RA), um pouco da história de suas lutas e conflitos. Nesta parte inicial, mostraremos como se processou a questão da RA no Brasil, quais seus fatores constituintes e porque a mesma ainda hoje – em pleno século XXI –, é assunto polêmico não resolvido (como na maioria dos países do mundo), apesar de necessária e urgente. Neste mesmo capítulo falaremos da formação e constituição de alguns movimentos (sociais ou não)

que, ao longo da história passada e recente, surgiram levantando a bandeira de uma equânime e democrática redistribuição de terras no país. Como estas lutas e movimentos foram importantes para o entendimento conceitual e prático do que viria a ser uma Reforma Agrária verdadeiramente brasileira.

Para não nos estendermos muito nesta parte, decidimos fazer o recorte dando ênfase nos movimentos Quilombo dos Palmares, Batalha de Canudos (ou Arraial do Belo Monte) e as Ligas Camponesas, entendendo que os mesmos foram elementos importantes na constituição da temática que pretendemos analisar.

Tal rememoração é necessária porque é partir dela que prepararemos o terreno da pesquisa para falar do ator principal desta Dissertação: o MST e sua utilização das mídias digitais.

Continuando o capítulo falaremos mais detalhadamente sobre o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua história, características e a constituição de suas bandeiras de luta. Analisaremos como o MST se tornou, em pouco mais de 25 anos de existência, o movimento social mais importante do Brasil, tanto pela sua influência como por seu tamanho e penetrabilidade, de repercussão nacional e internacional.

No segundo capítulo abordaremos a relação do Movimento com a Mídia Tradicional, ou a Grande Mídia. Uma relação, diga-se de passagem, extremamente conflituosa e polêmica, já que o MST nunca escondeu publicamente não acreditar nos veículos tradicionais de imprensa, controlados, segundo o Movimento, por interesses alheios aos da sociedade brasileira¹⁵. Uma constante reclamação do MST é a forma como o mesmo é tratado pela grande mídia, geralmente exercendo uma cobertura jornalística parcial e depreciativa. Nossa intenção é entender, também, porque esta relação se dá desta forma, quais os interesses que levam a grande mídia tradicional a criminalizar movimentos sociais como o MST? Quem são os beneficiados com este tipo de comportamento? Para esta análise recortaremos algumas matérias publicadas no primeiro semestre de 2009, em versões eletrônicas de jornais e revistas. Além de capas da revista *Veja* (escolhida por se um dos veículos de mídia mais virulentos contra o Movimento) em edições antigas e atuais.

No terceiro capítulo desenvolveremos a conceituação de Mídias Digitais, suas características e importância na sociedade contemporânea. Antes faremos um breve relato histórico sobre o surgimento da internet e sua evolução até chegar aos dias atuais. É importante ressaltar que neste resgate histórico não nos prenderemos em dados técnicos ou preciosistas sobre a construção da rede das redes, consolidada com o nome de internet no final dos anos 80, já que não é esse nosso objetivo com esta pesquisa. A intenção é mais esclarecer e mapear o cenário das mídias digitais – abrindo

¹⁵ Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 27 de agosto de 2009.

caminho para a prática ciberativista –, do que diagnosticar detalhadamente a estrutura do que é conhecido hoje como a rede mundial de computadores.

Enumeraremos, ainda neste capítulo, algumas reflexões sobre as características das mídias digitais que se confundem com as características do ciberespaço, expondo idéias já publicizadas por outros autores que não chegam a formar uma “Teoria da Cibercultura”, mas que facilitam o entendimento de como é composta a estrutura das novas mídias a que nos propomos a estudar. Características como multimídia, interatividade, hipertextualidade e memória fazem parte dos elementos que pretendemos abordar. Os mesmos dão as condições necessárias à prática da militância ciberativista feita pelo MST, e é o que nos interessa nesta Dissertação concebida durante este Mestrado em Comunicação.

No quarto capítulo iremos relacionar os assuntos abordados anteriormente, ou seja: a Reforma Agrária, o MST, as Mídias Digitais e, principalmente, o Ciberativismo Sem Terra. Nele faremos a fundamentação teórico-metodológica necessária para o aprofundamento do nosso objeto de estudo, destacando as ações do Movimento com os recursos disponíveis através das NTICs. Neste momento iremos expor o resultado dos questionários aplicados e, também, de entrevistas feitas com assentados da reforma agrária que acessam a internet.

Também, no quarto capítulo, iremos aprofundar a discussão sobre Ciberativismo, a partir da nova arena de debates surgida com o advento das mídias digitais e sua possibilidade maximizada de comunicação e debate na sociedade. Para tanto relataremos alguns exemplos de ciberativismo brasileiro e internacional.

Por fim, no quinto capítulo, iremos detalhar o funcionamento das ferramentas ciberativistas do MST, ou seja, a utilização dos recursos digitais de comunicação para a atuação política/cultural/propagandística do Movimento. Neste capítulo pretendemos analisar, como corpus desta pesquisa, o sítio do MST, sua estrutura e seus recursos audiovisuais disponíveis, além do grau de interatividade e de institucionalidade oferecidos por ele, disponível em oito idiomas e com inúmeras ferramentas digitais de divulgação e mobilização.

Por fim teremos as considerações finais e os documentos em anexo, além do referencial bibliográfico utilizado para a presente pesquisa.

Capítulo 01

A luta pela terra e a trajetória do MST

Neste primeiro capítulo faremos um apanhado histórico do que vem a ser a luta pela posse da terra no Brasil, mesmo antes de ser criado o termo “Reforma Agrária”. Descrevemos, por ordem de relevância cronológico-política, os fatos que consideramos mais importantes dessa luta, juntamente com seus principais protagonistas. Neste contexto, a resistência de escravos fugidos que se aglomeraram no que ficou conhecido como Quilombo do Palmares (por sua expressividade, organização e influência para os movimentos sociais modernos), a Batalha de Canudos ou a constituição do Arraial de Belo Monte (também por sua organização e exemplo de agrupamento comunitário não discriminatório, absorvendo flagelados da seca nordestina e ex-escravos libertos), as Ligas Camponesas (primeiro movimento sindical e social a lutar abertamente pela “reforma agrária”) e as Reformas de Base (iniciativa governamental abortada pela Ditadura Militar) são exemplos necessários para entendermos a totalidade de fatos que compuseram a questão agrária no Brasil e, por sua vez, abriram caminho para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em um segundo momento, abordaremos o surgimento do MST, sua história e evolução até chegar aos dias atuais. Apontaremos, também, a dicotomia entre Reforma Agrária e o Agronegócio, políticas governamentais diametralmente contrárias e coexistentes. Sendo que a primeira, voltada à agricultura familiar e a diversidade na produção de alimentos, é defendida pelo MST, e a segunda, apoiada por alguns setores políticos e do empresariado brasileiro – incluindo a grande mídia nacional –, têm suas portas abertas para a exportação da monocultura, como a soja e a cana de açúcar, o que gera, por estas e outras razões, conflitos agrários envolvendo seguimentos da sociedade organizada como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.1 Lutas dos Povos do Campo no Brasil

A reforma agrária é assunto antigo no Brasil. Tão antigo quanto às dificuldades encontradas em sua efetivação. Ao longo da história, uma série de conflitos e revoltas permeou a vida oficial (e não oficial) de nosso país, visando à democratização da terra e, por consequência, a realização da reforma agrária. Destes conflitos, alguns marcaram de forma indelével o inconsciente popular e nossos registros históricos, chegando aos dias atuais como uma mistura de fatos concretos e

acontecimentos lendários ou messiânicos¹⁶. Destes, destacamos dois de forma ilustrativa, lembrando que este não é o foco de nossa pesquisa, mas, como já argumentamos nesta Dissertação, são dados necessários para entendermos a conjuntura histórico-política que gestou e influenciou os movimentos sociais modernos da luta pela terra e, por sua vez, o MST.

Começamos esta rememoração pelo interior do que hoje é conhecido como estado de Alagoas, no Nordeste brasileiro, onde surgiu a resistência de escravos fugidos conhecida como Quilombo dos Palmares, no final do século XVI. Não podemos dizer que este foi um movimento social da forma como conhecemos hoje, tanto pela distância dos anos que nos separam como pela reivindicação e ações daqueles que o construíram. Também, conceitualmente, não é correto dizer que tal movimentação reivindicou a reforma agrária, mesmo porque este conceito ainda não existia à época. O que pretendemos, ao citá-lo, é mostrar um dos ícones ideológicos mais fortes cultuados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Feito os devidos esclarecimentos, vamos aos conceitos. Segundo Moura (1981, p.40), assim está significado o termo Quilombo:

Foi incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito à determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele poderia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando sua vida e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era a reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

Entendendo a significação do que vem a ser um quilombo, dimensionamos o seu exemplo mais famoso e um dos ícones inspiradores dos modernos movimentos sociais, não só aos relacionados às lutas dos povos negros, historicamente oprimidos em nosso país, mas, também, a questão da luta pela democratização da terra. Neste sentido, o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga (AL), foi o mais importante símbolo de resistência civil do Brasil Colônia. Segundo dados do Portal Afro¹⁷ (2009), o agrupamento de negros fugidos da escravidão, em sua maioria

¹⁶ Referimo-nos, respectivamente, as revoltas históricas do Quilombo dos Palmares, no estado de Alagoas, e a Batalha de Canudos (o Arraial de Belo Monte), no interior baiano.

¹⁷ Disponível em <http://www.portalafro.com.br/quilombo/palmares.htm> . Acesso em 10 de setembro de 2009.

egressos dos engenhos de cana de açúcar (mas não somente deles), era muito mais que um agrupamento de revoltosos, havia lá uma complexa sociedade que em certo momento da história do Brasil, ameaçou, efetivamente, o estado constituído:

Já em 1600, um grupo de mais ou menos 45 fugitivos refugiara-se na Serra da Barriga (Estado das Alagoas). Abridados pelas densas florestas de Palmeiras (daí o nome Palmares), os negros evitaram as entradas mandadas à sua procura em 1602 e 1608. Na floresta foram construindo os primeiros mocambos, choupanas rústicas cobertas de folha de palmeira. Cada mocambo tinha seu chefe, da nobreza africana; mas isso não impediu que alguns, sem ser nobres, conseguissem o posto pela habilidade. Cada mocambo tinha sua própria organização, com traços em comum como o sistema de defesa, que incluía postos de vigia no meio da mata e caminhos camuflados que interligavam todos os mocambos. Em 1630 os holandeses invadem Pernambuco, gerando a guerra. Com o caos instalado na região, a fuga de escravos intensificou-se. A maioria dos fugitivos migrou para Palmares, atraídos pela fama do lugar. Nessa época, a população do quilombo chegou a 10 mil habitantes, abrigando também índios e até brancos [...] A prosperidade do Quilombo de Palmares alcançou seu apogeu em 1670. Ocupava grande parte do atual Estado de Alagoas e Pernambuco. Eram aproximadamente 50 mil pessoas distribuídas num território de 260 km de extensão por 132 km de largura. (Ver em sítio).

As atividades econômicas do quilombo eram tão desenvolvidas que extrapolavam seus limites, estabelecendo relações comerciais regulares com as vilas e povoados vizinhos. Zumbi, o novo rei, revela-se um corajoso estrategista militar, derrotando todas as expedições que tentaram derrubar Palmares, entre 1680 e 1691. Suas sucessivas vitórias aumentam sua fama, tornando-o temido e respeitado dentro e fora da região Nordeste do Brasil.

Ainda há poucas informações acerca da organização política do quilombo. Alguns supõem que se constituiu ali um verdadeiro Estado, com uma complexa organização hierárquica, social e política, semelhante aos antigos reinos africanos, sendo os diversos mocambos governados por oligarcas sob a chefia suprema de um líder. Outros apontam para a possibilidade de uma descentralização do poder entre os diferentes grupos existentes à época, pertencentes às diversas etnias que formavam os núcleos de quilombos, que delegavam esse poder a lideranças militares conforme suas conquistas e prestígio. As mais famosas lideranças foram Ganga Zumba e seu sobrinho, Zumbi.

Zumbi dos Palmares é um dos ícones cultuados pelo MST, mais por sua resistência histórica em nome da liberdade e contra a escravidão, do que pela bandeira prioritária defendida pelo Movimento, ou seja, a Reforma Agrária.

1.2 Notas sobre o Arraial do Belo Monte

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente [...] É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. (CUNHA, p.51)

As fortes e eruditas palavras relatadas por Euclides da Cunha registraram, *in loco*, o perfil do protagonista – o sertanejo –, de um dos acontecimentos mais importantes da história da luta pela terra no Brasil. Acontecimento este que nos ajuda a compreender o contexto conflituoso e contraditório em que se forjou a demanda pelo acesso à terra, onde a mesma, ao invés de ser distribuída aos que dela necessitavam, era violentamente negada pelas autoridades da República recentemente constituída. A ausência de políticas públicas para os setores mais empobrecidos da população foi a força motriz que precipitou a Batalha de Canudos ou, como muitos historiadores denominam: a constituição do Arraial do Belo Monte, no sertão baiano, em meados de 1897.

O cenário era trágico: milhares de flagelados castigados pela seca nordestina e pela ausência do Estado brasileiro sem esperança de qualquer futuro, apenas o esquecimento de suas existências pelas autoridades. De repente, depois de uma vida conturbada e sem grandes perspectivas, surge um líder religioso/messiânico que promete ao povo que o seguisse um lugar onde todos teriam terras e seriam reconhecidos como cidadãos, eis que surge Antônio Conselheiro ou, simplesmente, o

“Conselheiro”¹⁸, personalidade polêmica que liderou o povoado de Canudos rebatizando-o de Belo Monte, comunidade que gerou adeptos fervorosos e inimigos enfurecidos.

Cansado de tanto peregrinar pelos sertões e então sendo um “fora da lei”, Conselheiro decide se fixar à margem Norte do rio Vaza Barris, num pequeno arraial chamado Canudos. Nasce ali uma experiência extraordinária: em Belo Monte (como a rebatizou Antônio Conselheiro, apesar de encontrar-se num vale cercado de colinas), os desabrigados do sertão e as vítimas da seca eram recebidos de braços abertos pelo peregrino. Era uma comunidade onde todos tinham acesso à terra e ao trabalho sem sofrer as agruras dos capatazes das fazendas tradicionais. Um “lugar santo”, segundo os seus adeptos. Os grandes fazendeiros e o clero sentem que seu poder está sendo ameaçado, e começam a se articular em busca de uma “solução” ao problema. (REVISTA CAROS AMIGOS, 2002, p.27)

Tal situação foi agravada por uma das maiores secas já acontecidas no Nordeste (1877)¹⁹, onde “levas de flagelados perambulavam famintos pelas estradas em busca de socorro governamental ou de ajuda divina, e bandos armados de criminosos e flagelados promovendo justiça social assaltando fazendas e pequenos lugarejos” (Paro, p.27). Além de todos estes fatores condicionantes para a revolta de Canudos, tornando-a um importante fato histórico na luta pela terra no Brasil e no Nordeste, há um capítulo à parte para o entendimento de sua importância no contexto histórico brasileiro, principalmente no que diz respeito às lutas populares: sua organização social e comunitária.

A organização do Belo Monte seguia a tradição sertaneja do acolhimento dos necessitados que fugiam da miséria. Os conselheiristas (como eram chamados os adeptos de Antônio Conselheiro), desde os anos de nomadismo, adquiriam gado por meio de esmolas, caçavam e auxiliavam os pequenos agricultores no plantio e colheita por meio de mutirões. Esta prática comunitária se manteve durante a constituição do Arraial, pois havia grande parcela da população – mulheres, crianças, velhos e doentes –, que não estava vinculada à produção agrícola ou a pecuária.

A cooperação no processo produtivo foi elemento essencial para a reprodução da comunidade, dadas as condições do solo e do clima e ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. Novos moradores recebiam terras doadas (mas não dadas) para se estabelecerem, pois as mesmas pertenciam à Comunidade. No Belo Monte havia o direito de propriedade sobre a produção familiar, assim como um fundo comum – organizado com parcela do excedente produzido pela

¹⁸ Antônio Vicente Mendes Maciel, antes de virar Antônio Conselheiro teve uma vida cheia de decepções que vão desde a morte da mãe, a falência dos negócios da família, a traição da esposa e uma longa peregrinação pelos sertões nordestinos aonde mergulhou em sua religiosidade-messiânica.

¹⁹ Em 1877 uma das mais graves secas atingiram todo o Nordeste. O Ceará, na época, com uma população de 800 mil habitantes foi intensamente atingido. Desses, 120 mil (15%) migraram para a Amazônia e 68 mil pessoas foram para outros Estados. A seca foi considerada devastadora: cerca de metade da população de Fortaleza pereceu, a economia foi arrasada. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Seca#Seca_no_Brasil. Acesso em 11 de setembro de 2009.

comunidade –, que mantinha uma parcela da população que não tinha condições de subsistir dignamente. Segundo Villa (1995)²⁰, a organização econômica tinha como base o comunitarismo, isto é, a responsabilidade de cada indivíduo pela manutenção da coletividade. Uma experiência excepcional para o Brasil coronelista da época.

Parte dos lucros deste comércio, além de parcela dos salários recebidos pelos trabalhadores do arraial que vendiam sua força de trabalho nas fazendas da região, era destinada à caixa comum da comunidade. As mulheres participavam nas atividades produtivas fabricando farinha, redes e sal da terra, enquanto os ferreiros produziam foices, facas e chuços. Devido ao comércio, às esmolas e doações que os novos moradores traziam ao chegar ao arraial, o dinheiro afluía a Canudos, mas devido à organização econômica da comunidade, não permeava as relações sociais. Mesmo aqueles que guardavam algum dinheiro, não tinham como usá-lo no arraial, dada a economia de escassez, além do que os princípios religiosos dificultavam a acumulação e a demonstração de riqueza [...] O crescimento do arraial obrigou o surgimento de uma nova estrutura, mas isso não significou o estabelecimento de relações de dominação política. O comunitarismo garantia a subsistência dos moradores, e a liderança e os princípios religiosos do Conselheiro, além do afastamento da política oligárquica – diferentemente do Padre Cícero –, impediram o surgimento de uma camada dominante que pudesse se apropriar do excedente econômico e estabelecer laços de dependência política.

A permanência e o crescimento contínuo do Arraial, o enfrentamento com êxito das demandas surgidas com a chegada de novos moradores flagelados da seca, a manutenção de canais de participação nos negócios da comunidade e o controle exercido sobre a produção por cada família, transformaram Belo Monte em uma referência concreta para os sertanejos de todo o Nordeste. Lá foi possível integrar as necessidades econômico-sociais às religiosas, concretizando plenamente o que para o sertanejo nunca deveria estar dissociado: a religião e a vida prática. Assim, o Arraial do Belo Monte acabou se constituindo na materialização do sonho sertanejo de adquirir um “pedaço de terra” e, mesmo sem o querer, em obstáculo ao pleno domínio do coronelismo existente. O que ameaçaria cedo ou tarde a República, e esta, depois de eliminar outros adversários, iria voltar-se ao Arraial de 50 mil habitantes às margens do Vaza-Barris.

Anos mais tarde Canudos viraria um complexo exemplo de organização social voltada aos menos favorecidos, que inspiraria inúmeras organizações da sociedade civil e vários movimentos sociais, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

²⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histcanudos6.htm>. Acesso em: 06 de novembro de 2009.



Figura 1 – Antônio Conselheiro rechaça a República por Angelo Agostini.

Fonte: Google Imagens (in: Revista Ilustrada, 1896). Disponível em: <http://images.google.com>. Acesso em 07 de novembro de 2009.

Outro fato histórico importante, acontecido anos antes da consolidação do Arraial do Belo Monte e essencial para entendermos a luta pela terra no Brasil foi a Lei Áurea de 13 de maio de 1888. Tal documento abole, teoricamente, a política escravocrata do país, mas, contraditoriamente, não cria as condições para abrigar os milhares de ex-escravos agora sem ter para onde ir, ou, mais claramente, tornados “sem terra” por força da Coroa Imperial Brasileira. Esta Lei foi a primeira chance concreta da República que estava nascendo de executar uma redistribuição territorial equânime, abrigoando todos aqueles que ainda não possuíam terra, ou seja, a gigantesca maioria da massa brasileira. Na prática, deu liberdades aos negros e outros pobres por força da lei, mas não lhes garantiu direitos fundamentais, como acesso à terra e à moradia, que os permitissem exercer uma cidadania de fato. Ao contrário, a falta de uma legislação complementar que vislumbrasse tal questão contribuiu por condenar amplas camadas populares à exclusão social, problema que só se agravaria com o passar do tempo.

Mais a diante, já com o Estado Novo Getulista, na década de 30 do século XX, as mesmas possibilidades de uma reforma agrária “ampla e massiva” são colocadas de lado em nome de uma elite conservadora e pouco receptiva as necessidades da grande parcela dos moradores e trabalhadores do meio rural, em sua maioria, não proprietária das terras onde trabalhavam durante toda a vida. Ou seja, uma ampla massa de pessoas desprovidas de todas as necessidades básicas em

suas regiões de origem, que migram para os grandes centros urbanos sem condições adequadas para se manterem, formando as grandes periferias das metrópoles modernas de hoje.

1.3 As Ligas Camponesas e as Reformas de Base

Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas [...] nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas.²¹

Esta frase encontra-se no sítio do MST, mais especificamente no menu “Quem Somos”, onde o Movimento fala sobre suas influências, origens e desafios. As Ligas Camponesas foram uma importante experiência política em prol da Reforma Agrária. Surgiram, num primeiro momento, na década de 30 do século XX, mas ficaram conhecidas nacionalmente em sua segunda versão, em 1955, no estado de Pernambuco, onde fora comandada pelo advogado e deputado federal Francisco Julião Arruda de Paula.

As Ligas se constituam através da organização camponesa em torno da luta pela Reforma Agrária. Foi considerado à época, o movimento mais importante do gênero, sufocada, anos mais tarde, pela Ditadura Militar, em 1964. Segundo a versão eletrônica do Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (DHBB)²², tal movimento recebeu influência direta do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB):

O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho [...] O movimento foi criado no dia 1º. de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a setores conservadores, na imprensa e na Assembléia, batizar a sociedade de "liga", temerosos de que ela fosse a reedição de outras ligas que, em período recente (1945-1947), haviam proliferado abertamente na periferia do Recife e nas cidades satélites, sob a influencia do Partido Comunista Brasileiro. (VER IN SÍTIO).

A criação da Liga de Galiléia provocou a reação do filho do proprietário do engenho, temeroso, como era natural, de que a consolidação de um núcleo de produção camponesa pudesse sustar a utilização mais rentável da pecuária nas terras esgotadas do engenho. A questão deu notoriedade aos camponeses de Galiléia e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam.

²¹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em 11 de setembro de 2009.

²² Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp. Acesso em: 11 de setembro de 2009.

Em seu auge, às vésperas do Golpe Militar (no começo da década de 1960), as Ligas Camponesas já estavam consolidadas em 13 estados brasileiros, gerando repercussão em todo o território nacional e, também, em escala internacional. Para as forças conservadoras do país, tal movimento era perigoso, já que incitava uma “reforma agrária na lei ou na marra”. Uma preocupação a mais para seus opositores, a grande maioria da opinião pública da época. Esta oposição conservadora não se limitava à questão agrária, resistia a qualquer mudança estrutural proposta pelo Governo vigente. Foi justamente pela iminência da realização destas mudanças que aconteceu o rompimento com a democracia, leia-se Ditadura Militar.

Pode-se dizer, sem dúvida, que o movimento rural das Ligas Camponesas foi inspirador do MST, que surgiu na década de 1980. O questionamento da ordem institucional e conquista da terra através das ocupações são características herdadas da luta das Ligas Camponesas pelos Sem Terra. Se a estratégia é condenada por alguns, é nela também que reside talvez a última esperança dos agricultores em fazerem cumprir o princípio constitucional do uso da terra como função social, vencendo o enorme aparato político-jurídico que perpetua a desigualdade econômica no Brasil.

Verificamos que houve uma evolução considerável nas lutas reivindicatórias deste Movimento desde sua criação. Inicialmente, as Ligas lutavam contra o foro (aluguel da terra pago aos proprietários) e o cambão (dias úteis de trabalho cedidos gratuitamente aos proprietários). Gradualmente, as Ligas incorporam a luta por assistência técnica e creditícia aos pequenos produtores rurais, que se amplia com a incorporação da bandeira da reforma agrária. Por fim, a partir de 1961, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, as Ligas assumem abertamente a luta pela reforma agrária radical, o que implicava na utilização de métodos pacíficos e violentos, se necessário fosse, para conseguir do Governo a partilha da terra.

Dessa forma, as Ligas Camponesas, surgidas inicialmente como um movimento assistencialista, em curto espaço de tempo tomou uma direção completamente nova, redirecionando e ampliando o sindicalismo rural. Para se criar uma Liga, por exemplo, bastava o registro civil em cartório. Facilidades como estas desburocratizavam e agilizavam seus processos de consolidação.

As Ligas Camponesas impulsionaram a luta pela reforma agrária através de práticas efetivas de ocupação e defesa das fazendas ocupadas por parte dos camponeses, estratégia esta bastante difundida pelo MST hoje. Segundo Antônio Câmara, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)²³, a consolidação das Ligas Camponesas no Nordeste foi um importante passo para a recuperação da ideologia utópica da reforma agrária.

²³ Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03camara.html>. Acesso em 10 de setembro de 2009.

Do ponto de vista ideológico, as Ligas recuperam a utopia dos movimentos messiânicos, elaborando uma ideologia que era, ao mesmo tempo, mística e secular. Os vários escritos de Julião abordam essa nova fusão: de um lado, a crença no cristianismo primitivo, em que a justiça divina está presente; de outro, o Código Civil, decorrente da crença dos camponeses no cumprimento da lei e a ação revolucionária, baseada na interpretação que os seus intelectuais faziam do marxismo. A crença no Código Civil perde um pouco a sua confiabilidade e é substituída unicamente pela crença na luta direta dos camponeses: na pressão sobre o Congresso para aprovar uma lei de reforma agrária e no uso da violência como instrumento legítimo de promover a partilha da terra, formulada como "reforma agrária na lei ou na marra". (VER IN SÍTIO)

O mesmo pesquisador analisa que o fim das Ligas Camponesas está diretamente ligado ao Golpe de Estado de 1964 (e o anúncio das Reformas de Base de João Goulart), onde os militares tornaram ilegal qualquer tipo de prática sindicalista ou movimentação social que não estivesse atrelada diretamente aos seus interesses.

A semelhança entre as Ligas Camponesas e os movimentos milenaristas encontra-se não apenas na fé religiosa comum e na crença de conquistar a justiça na terra, mas também na materialização desta crença, através da ocupação de fazendas e, quiçá, da imposição da sua desapropriação (caso das Ligas) por parte dos camponeses. Talvez, por este motivo, violência de magnitude similar àquela que se abateu sobre Canudos e Contestado abateu-se sobre as Ligas, com lideranças camponesas torturadas, assassinadas ou banidas do país. Políticos golpistas alegaram, em discursos no Congresso Nacional, às vésperas do golpe militar, que as Ligas Camponesas e as tímidas medidas reformistas, tomadas pelo então presidente João Goulart, seriam o estopim da "revolução".

Neste breve apanhado histórico que nos propomos a realizar buscando o entendimento da questão agrária no país e como a mesma gerou seus protagonistas, é fundamental entendermos o contexto nacional – e de certa forma épico – que cristalizou uma luta antiga (como observamos no início do capítulo), que é a luta pela reforma agrária e seus principais personagens. Chegamos, neste ponto, ao ápice das possibilidades de reformas estruturais na sociedade brasileira, dentre elas a reforma agrária. Referimo-nos, especificamente, às Reformas de Base anunciadas – e não executadas – pelo Governo de João Goulart.

No começo dos anos 60 do século passado o mundo estava dividido ideologicamente em duas potências mundiais, os Estados Unidos e a União Soviética. Era a Guerra Fria e a polarização do planeta entre “capitalistas” e “comunistas”. Hobsbawn (1995, p.224) afirma que tal condição gerou uma era de grandes contradições e uma espécie de “Terceira Guerra Mundial”, onde a preocupação maior era ser atacado pelo inimigo através de armas nucleares, em um constante estado de espera

para o conflito iminente. Esta conjuntura planetária não era diferente no Brasil. Recém empossado em setembro de 1961, João Goulart precisou se articular entre várias forças políticas para exercer a função de Presidente da República de fato e de direito, o que aconteceu somente em 1963²⁴.

Retomada as funções políticas do Presidente da República, sua prioridade foi anunciar as Reformas de Base²⁵, dentre as quais a Reforma Agrária, como explica o já mencionado sítio do DHBB, “O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais”. Em discurso por ocasião do encerramento do 1º Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte (MG), em novembro de 1961, João Goulart afirmou que não só era fundamental a realização da reforma agrária, como também declarou a impossibilidade de sua efetivação sem a mudança da Constituição brasileira.

Novamente a reforma agrária voltava ao centro do debate político, o que, por sua vez, gerou o fortalecimento dos movimentos populares, concretizado através do aumento do poderio dos trabalhadores urbanos e da crescente organização das massas rurais, intensificando as pressões sobre o governo para a implementação das reformas. Fato importante que se somou à conjuntura política favorável foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista.

O auge das manifestações populares capitaneadas por Jango aconteceu em 13 de março de 1964, quando o então presidente anunciou, em discurso emblemático na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para cerca de 150 mil pessoas, a “necessidade de mudar a Constituição e realizar as Reformas de Base”, dentre elas a Reforma Agrária, que aconteceria “com a desapropriação das terras privadas valorizadas por investimentos públicos, situadas às margens das estradas e açudes” (VILLA, p.47). Esse discurso foi o suficiente para, em 31 de março de 1964, o presidente Jango ser afastado pelos militares em um Golpe que perdurou 21 anos.

Novamente as movimentações populares pela reforma agrária foram sufocadas, retiradas do debate nacional – através de um Golpe de Estado antidemocrático que perseguiria seus adeptos. Ou seja, os movimentos sociais rurais vinculados à temática foram acossados (com tantos outros movimentos urbanos) e, conseqüentemente, desmantelados da vida pública brasileira, tornados ilegais e tendo seus líderes perseguidos e presos.

²⁴ Referimo-nos aqui a oposição maciça feita por grande parte dos militares brasileiros em relação ao mandato presidencial de Jango, acusando-o de possuir ligações com o Partido Comunista. Tal imbróglio só foi resolvido em 1963 com a convocação de um plebiscito que novamente deu plenos poderes a João Goulart.

²⁵ Conjunto de mudanças estruturais nos setores fiscais, bancários, urbanos, administrativos, universitários e agrários. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6na_presidencia_republica/As_reformas_de_base.asp. Acesso em: 11 de setembro de 2009.

Rapidamente ao assumir o poder, os militares priorizaram uma política de reforma agrária bem diferente da proposta por Jango – que visava à democratização da terra e inclusão social dos pobres camponeses. Os militares implementaram uma política de desenvolvimento econômico dos latifúndios, incentivando a monocultura através de novos insumos tecnológicos e sementes melhoradas, híbridas e com vasta utilização de agrotóxicos, foi a política da chamada Revolução Verde²⁶, adotada no Brasil e difundida em larga escala.

Um marco para essas discussões na era militar foi o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), que regularizou as ações relacionadas à reforma agrária no dia 30 de novembro de 1964. Nos primeiros anos de vigência do Estatuto, o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala. Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, responsável por implementar todas as políticas públicas relacionadas a questão agrária, incluindo as políticas previstas no Estatuto.

A partir de 1970, como substitutivos da reforma agrária, o governo Federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional. Dois deles merecem destaque, o Programa de Integração Nacional – PIN, e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA. O PIN e o PROTERRA foram programas de colonização que mereceram maior atenção e uma soma significativa de recursos. Com o propósito de ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, o PIN era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas e, segundo a versão da época, buscava integrar "os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia."²⁷. Na prática, verificou-se que a maior parte das cerca de 5.000 famílias deslocadas para a região eram procedentes do extremo Sul do país, principalmente, dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e não do Nordeste. Estudos posteriores demonstraram que os custos do programa foram altos, o número de famílias beneficiadas reduzido e o impacto sobre a região insignificante. O desempenho do PROTERRA também deixou a desejar: o programa desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Apenas cerca de 500 famílias foram assentadas depois de quatro anos de criação do programa.

²⁶ Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

Segundo dados do Palácio do Planalto²⁸, a política de reforma agrária executada pelo Governo Militar foi deficiente e priorizou a titulação de terras públicas e a colonização e não a democratização da terra:

No início da década de 80, o agravamento dos conflitos pela posse da terra, na região Norte do país, levou à criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins - GETAT, e do Baixo Amazonas - GEBAM. O balanço das realizações desses três órgãos, no entanto, é pobre, com registro de alguns poucos milhares de títulos de terra de posseiros regularizados. Nos seis anos do último governo militar (1979-1984), a ênfase de toda a ação fundiária concentrou-se no programa de titulação de terras. Nesse período, foram assentadas 37.884 famílias, todas em projetos de colonização, numa média de apenas 6.314 famílias por ano. (VER IN SÍTIO).

Ao final da década de 70 e começo dos anos 80, com a reabertura política e as reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra (ainda não organizados em um movimento nacional), fizeram com que a demanda da reforma agrária voltasse à pauta nacional. Os militares saíam de cena, mas sua herança política permanecia: muitas terras agricultáveis, poucos proprietários para usufruí-las e uma massa gigantesca de sem terras insatisfeitos.

A partir da década de 80 e nos anos seguintes uma nova forma de relacionamento com a agricultura tornou-se hegemônica no Brasil. Fruto esta do aprimoramento tecnológico do setor produtivo e do entendimento político-econômico de que era preciso comercializar (e exportar) de forma maciça a produção agropecuária do país, surge o *agribusiness*, ou, em português, o agronegócio.

Agronegócio é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. De modo genérico, refere-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas. Quando um pequeno agricultor vende um produto na feira está praticando um tipo de agronegócio. Quando um feirante vende frutas e verduras está praticando agronegócio. Essa é a essência do sentido da palavra, usada em nível internacional. No entanto, no Brasil a expressão foi utilizada pelos fazendeiros e grandes proprietários de terras, por intelectuais das universidades e, sobretudo, pela imprensa para designar uma característica da produção no meio rural. Foi denominado como agronegócio um tipo de fazenda moderna, que utiliza grandes extensões de terra e se dedica à monocultura. Ou seja, que se especializa em apenas um só produto, tem alta tecnologia, mecanização e pouca mão-de-obra. Excelência essa baseada em baixos salários, uso intensivo de agrotóxicos

²⁸ Idem.

(veneno) e de sementes transgênicas. Na maior parte dos casos, a produção é para a exportação. Em especial, cana-de-açúcar, café, algodão, soja, laranja, cacau, além da pecuária intensiva.

Segundo Mançano (2008), em artigo publicado no Portal EcoDebate²⁹, o agronegócio ao mesmo tempo que gera consideráveis números na balança comercial brasileira, através de vultosas exportações como as da soja, gera, também, a relação dependente à monocultura. Já que esta modalidade de cultivo a um produto exclusivo cria um “ciclo único de ações e investimentos”, que beneficiam somente o mercado externo e os números da macro-economia. O mesmo autor afirma que há um “embate ideológico capitalista” entre o agronegócio e a agricultura familiar, esta última responsável por 50% da produção de alimentos no Brasil, mesmo ela tendo apenas 10% dos investimentos públicos em contraposição aos 90% investidos no agronegócio brasileiro.

Para esconder essas diferenças os ideólogos do agronegócio construíram a imagem do agronegócio como totalidade e, nesta lógica, o campesinato seria parte do agronegócio. Nesta lógica perversa, o agronegócio controla 70% dos territórios produtivos, 90% dos recursos públicos para financiamento e produz somente 50%. E se projeta como mais competitivo que o campesinato que controla somente 30% dos territórios produtivos, apenas 10% dos recursos públicos de crédito e produz 50% dos alimentos. Na verdade, agronegócio e campesinato são sistemas distintos definidos por relações sociais diferentes: capitalistas e não capitalistas. Enquanto o agronegócio concentra, o campesinato [e agricultura familiar] distribui.(VER IN SÍTIO).

Essa diferença ideológico-econômica que contrapõe o agronegócio versus agricultura familiar se mostra simbólica e emblemática, já que os setores que defendem o primeiro são fervorosos críticos das ações do MST, que difunde a prática dos pequenos camponeses e da agricultura familiar. É importante entendermos que esta relação influencia diretamente a luta dos Sem Terra, que elegeram o agronegócio como um de seus inimigos mais temíveis. A razão deste comportamento por parte do Movimento é validada quando analisamos os números do Relatório Anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁰, que indica a crescente violência em áreas próximas a grandes latifúndios e fazendas produtoras de monocultura. Como afirma Dirceu Luiz Fumagalli, integrante da direção nacional da CPT:

Existe uma relação direta entre latifúndio e conflitos no campo. Hoje, a propriedade rural se reveste com nova roupagem, chamada de agronegócio, mas é a mesma monocultura de sempre, que desloca as populações tradicionais. O conflito é sempre maior do que a CPT consegue sistematizar. Mas é importante apresentar os números para a sociedade. Eles desnudam o sistema econômico, político e agrário do nosso país. A exportação de produtos agrícolas, cultivados em grandes

²⁹ Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>. Acesso em 08 de novembro de 2009.

³⁰ Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/>. Acesso em 08 de novembro de 2009.

propriedades monocultoras, é um dos pilares em que se apóia a política econômica brasileira para garantir saldos positivos na balança comercial. O termo agronegócio busca modernizar a imagem do latifúndio, apresentando-o como a face moderna da agricultura empresarial. O novo nome, porém, não é suficiente para modificar a dinâmica da propriedade monocultora que, além de acirrar os conflitos no campo, destrói o meio ambiente e alimenta a concentração de terra. Ao relacionar o número de conflitos e de violência com os dados da população rural, o relatório da CPT mostra como as ocorrências são significativamente maiores nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, nos estados onde prospera e se expande o agronegócio. O Mato Grosso tem o maior índice (6,71), seguido pelo Pará (5,15), e depois por Goiás (2,92) e Tocantins (2,82).

(VER IN SÍTIO)

Os números acima mostram que as regiões próximas do agronegócio são as mais sensíveis aos conflitos agrários, justamente pela situação de miserabilidade e expulsão do trabalhador rural de suas terras, obrigando-o a migrar para os grandes centros urbanos sem condições de adequá-lo dignamente. Por que, então, esta política de desenvolvimento do agronegócio é tão forte no Brasil mesmo mostrando seus resultados questionáveis do ponto de vista econômico e social?

Lembramos que nosso objeto de estudo não visa aprofundar esta questão, até porque nossa pesquisa está relacionada à área de comunicação e seus fenômenos, mais especificamente seus fenômenos digitais. Mesmo assim é imprescindível compreendermos a relação do agronegócio com o MST, já que este último elegeu como uma de suas principais bandeiras de luta o combate ao agronegócio e as forças políticas que o defendem. Estas forças, diga-se de passagem, ligadas aos setores mais conservadores do meio rural, que vão desde antigos latifundiários, produtores de monoculturas (como a soja e a cana-de-açúcar) que ignoram as preocupações com o meio ambiente e fazendeiros acusados de promover o trabalho escravo a empregados de suas propriedades.

Um importante elemento que dá força à produção do agronegócio de forma predatória (com os itens mencionados acima) é um considerável número de parlamentares da Câmara e do Senado Federal, além de outros políticos ligados a ministérios do Executivo, governos estaduais e prefeituras municipais. Os primeiros, ligados ao Poder Legislativo, são os responsáveis pela confecção das leis que regem o país e formam o que ficou conhecido como a “Bancada Ruralista”. Um grupo de parlamentares que defende os interesses dos grandes proprietários rurais, muitos deles oriundo do mesmo seguimento proprietário.

Seguidamente estes políticos vêm criando situações que visam enfraquecer os movimentos sociais e, conseqüentemente, o MST. A bancada ruralista é particularmente atuante na hora de contrapor-se a projetos de lei com o objetivo de promover a reforma agrária. Foi para barrar as normas constitucionais (a Constituição de 1988 e o capítulo que reza sobre o uso social da terra) que

ela se constituiu, na Assembléia Nacional Constituinte, influenciada pela União Democrática Ruralista (UDR)³¹.

Em 2005, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra (CPI da Terra), conseguiu derrotar o relatório final apresentado pelo relator da CPI e aprovar outro de acordo com os seus interesses. O relator oficial da comissão, deputado federal João Alfredo (PSOL/CE), elaborou um relatório que fazia um diagnóstico da questão agrária no Brasil e apontava a reforma agrária como solução para o quadro de violência no campo. O documento também apresentava sugestões para que a Constituição Federal fosse cumprida e a terra democratizada. A bancada ruralista, maioria na comissão, reagiu ao relatório de João Alfredo e aprovou o texto alternativo, que criminaliza a luta dos camponeses, preserva a UDR e classifica a ocupação de terra improdutiva como "ato terrorista".

A bancada ruralista, através de pressões junto ao Poder Executivo, vem conseguindo sucessivas concessões para o pagamento das dívidas rurais, com alongamento de prazos, redução ou dispensa de juros e linhas de crédito favorecidas nos bancos oficiais. Também tem tido êxito na defesa dos alimentos e sementes transgênicas, contra os quais se colocam as entidades de proteção ao meio ambiente. Dentre as atividades da bancada, destaca-se sua permanente atuação para impedir o efetivo combate ao trabalho escravo nas fazendas e outras propriedades, e sua oposição a quaisquer medidas de preservação do meio ambiente, bem como a formulação de um projeto de lei em tramitação no Congresso e já aprovado no Senado, que aumenta em 150% o limite legal para desmatamentos nas fazendas da Amazônia e anistia fazendeiros que já desmataram ilegalmente suas propriedades nos últimos sete anos.

Todos estes argumentos mostram que o agronegócio tem grandes e fortes apoiadores que defendem seus interesses em várias instâncias políticas e econômicas. E os mesmos elegeram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um de seus maiores inimigos.

1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Essa cova em que estás, com palmos medida, é a cota menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida. (Morte e Vida Severina - João Cabral de Melo Neto)

Como já mencionamos neste capítulo, o MST se intitula herdeiro direto das Ligas Camponesas, mobilizadoras nordestinas da democratização do acesso à terra e inclusão social no meio rural. Nascido no sul do Brasil, o Movimento logo tomou dimensão nacional e penetrabilidade

³¹ Disponível em: www.udr.org.br. Acesso em 09 de novembro de 2009.

na sociedade, mas, como veremos, não antes de muita luta e perda de seus integrantes em confrontos violentos e perseguições policiais e políticas ao longo dos últimos 25 anos.

Vivíamos o começo dos anos 80, o capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes no avanço em direção ao campo. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Mas o clima era de reabertura política em todas as esferas do país. Nos centros urbanos os sindicatos, a igreja progressista, políticos populares, seguimentos culturais e de juventude integravam uma heterogênea frente que lutava pela redemocratização da sociedade, enfrentando os resquícios autoritários que ainda teimavam em persistir. No meio rural também havia um ambiente reivindicatório-progressista em ebulição, em grande parte pela retomada da democracia, no processo de reabertura política depois de duas décadas de Ditadura, como explica Branford e Rocha (2004), mas, também, pelo velho problema da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais.

Outro fator importante para o cenário da época era a nova política que estava sendo implementada no meio rural, a qual substituía seus trabalhadores por máquinas, e que ficou conhecida como “modernização da agricultura”, sem nenhuma política de compensação ou reaproveitamento do lavrador que dedicara sua vida ao campo³². Esta circunstância estava gerando uma insatisfação generalizada, já que os trabalhadores rurais de grandes e médias fazendas da região sul eram praticamente expulsos de suas casas, obrigados a deixá-las e partir para regiões que não conheciam³³. Além disso, o caso da terra indígena Nonoai³⁴ serviu como alerta para que os trabalhadores rurais encontrassem seus maiores desafios: os latifundiários e o poder público avesso às mudanças que resguardassem os agricultores e não os expulsassem de suas terras.

Tal situação forçou uma modificação de posicionamento dos trabalhadores rurais. Tendo como referências líderes católicos ligados a CPT, propagadoras da Teologia da Libertação³⁵, mas, também, com uma impressionante autonomia nas decisões coletivas, resolveram mudar sua

³² A modernização da agricultura e o uso de agrotóxicos e fertilizantes, política defendida pelo órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), prejudicou milhões de famílias camponesas em todo o mundo dos anos 70 aos dias atuais. Como resposta, nascem os movimentos sociais para se contrapor a este processo que o campo enfrentou e que expulsou milhares de pessoas para as cidades. Disponível em: <http://www.mst.org.br/book/export/html/138>. Acesso em: 12 de setembro de 2009.

³³ Havia uma política do Governo Federal de enviar estas famílias para trabalharem em estados como o Mato-Grosso e outros da região Amazônica.

³⁴ Nonoai é uma terra pertencente ao povo Caingangue, no Rio Grande do Sul, que durante muitos anos possuiu trabalhadores rurais residindo em sua área. Os mesmos foram obrigados a sair da região em 1978, expulsos pelos indígenas com apoio do Governo.

³⁵ A teologia da libertação é uma corrente religiosa que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir dos anos 70 do século XX, baseadas na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_liberta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 12 de setembro de 2009.

estratégia e se organizarem, fazendo uso de uma ação mais radical, que anos mais tarde viria a ser a principal marca do MST: a ocupação de terras visando sua desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Exemplo da nova forma de luta utilizando esta estratégia foi a ocupação, em 1985, da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, por dezenas de pessoas, muitas delas que se uniram, meses mais tarde, para criar o movimento que ficou conhecido como MST. Antes, a primeira ação mais significativa - considerada um divisor de águas para os sem terra - foi a resistência, durante vários meses no acampamento que ficou conhecido como Encruzilhada Natalino (Branford e Rocha, p.33):

Em seis de dezembro de 1980, um homem chamado Natalino, juntamente com sua família, ergueu uma barraca no gramado de um cruzamento rodoviário. Depois de certo tempo, um acampamento espalhou-se ao longo da beira da estrada. A barraca de Natalino funcionava como um ímã, atraindo outras famílias. Em abril de 1981, uma pesquisa do Incra registrou a presença de 469 famílias no acampamento. Elas haviam erguido suas barracas com o que tinham a mão: plástico preto, tábuas, paus, até grama usaram, para servir de cobertura [...] eram meeiros, trabalhadores rurais e arrendatários. Todos pobres e sem nada. Aquela era a única possibilidade que vislumbravam para obter um pedaço de terra. As famílias ainda não se haviam organizado para lutar pela reforma agrária, mas os acontecimentos ganhavam força própria.

Com a conquista da terra através da ocupação na Fazenda Anoni, retratada no vídeo-documentário Terra para Rose³⁶, os Sem Terra da região sul começaram a ganhar maior visibilidade no país, o que atraiu simpatizantes à causa do Movimento e, também, como era de se esperar, novos opositores ainda mais violentos e poderosos, como é o caso da União Democrática Ruralista, uma entidade nacional ligada diretamente aos grandes fazendeiros que se sentiam ameaçados com o crescimento do MST.

Mas foi no primeiro encontro do Movimento, acontecido na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, que um grupo de 100 representantes de trabalhadores e entidades do campo traçou as diretrizes do que viria a ser o maior movimento social do meio rural no país:

Um dos principais organizadores da reunião de Cascavel, que ocorreu no Centro Diocesano, foi João Pedro Stédile. Quando planejou o encontro, ecoavam em sua cabeça as palavras do sociólogo José de Souza Martins [...] que declarara que o

³⁶ O documentário mostra a história de Rose, agricultora sem-terra que, com outras 1.500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma terra improdutiva, a fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul. O filme aborda a sensível questão da reforma agrária no Brasil, no período de transição pós-regime militar, retratando o início de um polêmico e importante movimento social, o MST. Rose deu à luz o primeiro bebê que nasceu no acampamento e foi morta em estranho acidente. Disponível em: http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?id=11969. Acesso em: 12 de setembro de 2009.

movimento emergente pela reforma agrária se tornaria um importante agente transformador, caso conseguisse se expandir a todas as regiões do país, especialmente o Nordeste. Por isso foi decidido convidar representantes de 13 estados [...] Todos queriam um movimento nacional, mas a ninguém estava muito claro o que isso significava [...] Após três dias de intenso debate, estabeleceram-se os princípios do novo movimento: ser conduzido pelos próprios trabalhadores sem terra, independentemente da Igreja, dos sindicatos e dos partidos políticos; ser aberto a toda a família, e ser um movimento de massa. (BRANFORD;ROCHA, p.40-43)

Foram definidos na ocasião quatro objetivos: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraternal e pelo fim do capitalismo. Incluir os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores na categoria de trabalhador sem terra, e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e dela viva. Tomadas em conjunto, as decisões do encontro de Cascavel demonstraram que, mesmo naquele estágio incipiente, os sem terra tentavam, conscientemente, criar uma organização diferente de tudo que já existira no Brasil.

E foi justamente isso que aconteceu. Passados 25 anos daquele encontro, o MST se tornou o maior movimento social do país e um dos mais conhecidos no mundo, com mais de um milhão de trabalhadores componentes de sua base, espalhados em 24 estados brasileiros³⁷. Ao longo destes anos foram contabilizados também inúmeros casos de repressão violenta por parte do estado e (ou) milícias armadas, como é o caso notório do Massacre de Eldorado do Carajás³⁸, e outros conflitos que vão desde as friorentas terras sulistas do Rio Grande do Sul, passando pelos acampamentos do Oeste Paranaense e do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, até chegar ao Norte e Nordeste repleto de conflitos gerados pela exacerbada exclusão social.

Segundo as palavras do Movimento, expostas em seu sítio na internet³⁹, sua missão está na capacidade de sobreviver a todas as intempéries possíveis – a pobreza, a violência, o legalismo do estado e do poder judiciário, a truculência dos latifundiários e do agronegócio – e continuar lutando e organizando os trabalhadores rurais. Órfãos das políticas públicas e sempre negligenciados pelos governos atuais e passados. A Reforma Agrária Nacional continua sendo a maior bandeira do Movimento, mas, como os tempos são outros, sua luta agora é internacional. E, lembrando a centralidade deste estudo – que iremos analisar a partir do próximo capítulo –, a internet é uma de suas maiores ferramentas para essa nova luta, que, segundo o Movimento, também é contra o capital financeiro global e uma de suas facetas: o agronegócio, como vimos anteriormente neste capítulo.

³⁷ Dados coletados junta à Direção Nacional do MST, em entrevista realizada em junho de 2009.

³⁸ O massacre de Eldorado do Carajás entrou para a história como o mais emblemático conflito pela posse de terras no Brasil. Acontecido em 17 de abril de 1996, o combate entre policiais e trabalhadores rurais resultou na morte de 19 sem-terra no sudoeste do Pará. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/04/16/295378699.asp>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

³⁹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

Assim, a reivindicação por Reforma Agrária foi se tornando cada vez mais internacional, porque os empecilhos para a democratização do acesso à terra não estavam apenas no Brasil – no Estado ou nas ações dos latifundiários –, mas eram também parte dos movimentos do capital financeiro internacional. E a resposta à globalização da miséria, veio na forma da globalização e articulação da luta, por meio da Via Campesina⁴⁰, que “congrega os movimentos camponeses de todo mundo em torno da Reforma Agrária e da soberania alimentar, ou seja, do direito de que os povos – e não os mercados – decidam o que produzir e possam garantir a alimentação de todos”, palavras estas também disponíveis no sítio do Movimento. Com 25 anos de existência, o MST se tornou o mais antigo movimento camponês da História recente do Brasil, com os seguintes valores descritos em sua principal ferramenta virtual:

Nós, do MST, reafirmamos os valores de solidariedade; reafirmamos o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária; mantendo aceso o legado de milhares de lutadores e lutadoras do povo; exercendo cotidianamente a capacidade de se indignar e agir para transformar; não perdendo o valor do estudo e do aprendizado constante. Fundamentalmente reafirmamos nosso compromisso em organizar os pobres do campo. Completar 25 anos é motivo de celebração, mas é também momento de olhar adiante. De perceber que muito já foi feito e que há muito a se fazer, até que uma verdadeira e efetiva Reforma Agrária seja realizada em nosso país e que todos os seres humanos possam ter uma vida digna.

Entrevistados por nós para esta pesquisa, a Direção Nacional do MST faz questão de afirmar que o Movimento é um “movimento social popular e de massas”, e que só tem o tamanho e força hoje apresentados porque está voltado para uma enorme gama da população excluída da sociedade: os pobres do meio rural. São esses pobres que integram e engrossam as ocupações feitas pelo Movimento, muitas delas de visibilidade e repercussão internacional. Sua relação com a mídia será abordada mais detalhadamente no próximo capítulo, antes, falaremos um pouco sobre um item extremamente caro ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a educação.

Considerada como uma “obsessão” do Movimento, a educação está presente desde a fundação de sua estrutura. Em seu sítio na internet, afirma que “para implementar uma reforma agrária de qualidade é necessário elevar o grau de escolarização das famílias de seus trabalhadores”. Tal prática se materializa em números, também expostos na página do Movimento.

⁴⁰ We are the international movement of peasants, small- and medium-sized producers, landless, rural women, indigenous people, rural youth and agricultural workers. We defend the values and the basic interests of our members. We are an autonomous, pluralist and multicultural movement, independent of any political, economic, or other type of affiliation. Our members are from 56 countries from Asia, Africa, Europe, and the Americas. Disponível em: http://www.viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

Desde 1984, além das ocupações de terra e marchas para pressionar pela reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. Em toda a sua história, foram conquistadas 2.250 (das quais 1.840 até a quarta série e 400 até o ensino fundamental completo) escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país, abrindo as portas do conhecimento para 350 mil crianças, jovens e adultos sem terra. Onde o mesmo número já se formou em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Também foram formados mais de 4 mil professores. Nos últimos anos, foi desencadeado um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, que envolve a cada ano 2 mil educadores e mais de 28 mil educandos. O MST defende que a escola esteja onde o povo está e, conseqüentemente, os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola. Dez mil pessoas atuam nas escolas do Movimento. O MST promove também projetos de alfabetização de jovens e adultos nas áreas de acampamentos e assentamentos em parceria com entidades da reforma agrária, organizações não-governamentais e órgãos estaduais e federais para combater o analfabetismo e garantir que o domínio da leitura e da escrita seja possível para toda a população do campo. Os principais objetivos dos projetos de alfabetização é transformar os acampamentos e assentamentos em territórios livres do analfabetismo e, para isso, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) trabalha com os Sem Terra conteúdos relacionados à realidade rural. Neste sentido já conseguiram alfabetizar 100 mil sem terras (VER IN SÍTIO).

A questão da educação é tão presente no Movimento que pode ser ilustrada pelo depoimento de um jovem assentado (Branford: Rocha, p.155) que em uma de suas falas afirma “que o analfabeto e o cego são a mesma coisa, com suas escolas, seus livros e sua prática, o movimento nos ensina a ver o mundo”. É nesta perspectiva que o MST adotou como um de seus ideólogos o educador Paulo Freire, um dos nomes mais importantes da educação mundial, criador de um revolucionário método que utilizava a realidade e o cotidiano dos alunos para alfabetizar qualquer pessoa em apenas 45 dias. Além de Freire, o MST utiliza os princípios da Pedagogia da Alternância⁴¹ e algumas técnicas populares de educação realizadas no Brasil e na América Latina.

Outra experiência significativa do Movimento na área educacional foi a inauguração, em janeiro de 2005, da Universidade Popular dos Movimentos Sociais – Escola Nacional Florestan Fernandes (UPMS/ENFF)⁴², em parceria com dezenas de universidades e centros de ensino de todo o mundo. Uma iniciativa pioneira no sentido de incentivar a educação de nível superior e pós-graduação para seus militantes e inúmeros outros movimentos sociais do campo e da cidade.

⁴¹ Ver sítio www.pedagogiadalternancia.com. Acesso em 09 de novembro de 2009.

⁴² Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/pages/pt/inicio.php>. Acesso em 09 de novembro de 2009.

Só no primeiro ano de fundação a Escola recebeu cerca de 1.500 alunos que estudaram em cursos como Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social além de cursos de pós-graduação *lato sensu* voltados para o entendimento da realidade sócio-política brasileira e latino-americana. A forma de gestão das atividades, compartilhada, onde cada professor, aluno ou colaborador têm sua parcela de responsabilidade para executar as atividades diárias (como limpeza e alimentação) é outro grande diferencial da ENFF.



Figura 2 – Sítio da Universidade Popular dos Movimentos Sociais – UPMS (Escola Nacional Florestan Fernandes).
Fonte: Sítio UPMS. Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/pages/pt/inicio.php>. Acesso em 09 de novembro de 2009.

Por fim, para pensar estas e outras políticas educacionais, o MST criou em sua estrutura interna o Setor Nacional de Educação, responsável por elaborar todas as práticas voltadas para a temática. É este Setor, com o auxílio de um Coletivo Nacional de Educação, que pensa metodologias condizentes com a ideologia socialista do Movimento, tentando aplicá-las praticamente no dia-a-dia de seus acampamentos e assentamentos, levando em consideração as experiências exitosas acontecidas no Brasil e na América Latina.

Capítulo 02

O MST e a Mídia

Neste segundo capítulo apontaremos a relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a Grande Mídia. Primeiro conceituaremos, através de exemplos empíricos (matérias, editoriais e notas) e teóricos (pesquisas realizadas através de instituições e/ou jornalistas) o que vem a ser a chamada “Grande Mídia”. Posteriormente debruçaremos sobre a relação destas mídias com o MST, identificando os fatores que influenciam a crítica que a mesma faz ao Movimento. Crítica esta que está longe de ser o resultado de uma apurada técnica jornalística (onde se dá voz a todos os envolvidos na questão, com as múltiplas opiniões de pensamento sendo expostas e registradas), mas sim de uma campanha ideológico-política contra os Sem Terra, num processo de criminalização crescente, ao ponto do Movimento denunciar à Organização dos Estados Americanos – OEA⁴³ a maciça perseguição midiática (e de outras forças políticas conservadoras do país) que vêm recebendo nos últimos meses de 2009, num processo que, como veremos, está culminando na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que visa “investigar” as ações do MST.

2.1 Mídia Conservadora ou Grande Mídia: alguns exemplos e conceitos

Antes de falarmos propriamente da relação Mídia/MST, é necessário esclarecer alguns conceitos que adotamos nesta Dissertação, um deles é o significado da Grande Mídia. Consideramos o termo “Grande Mídia” para designar os principais veículos de um determinado sistema de comunicação, considerando os setores tradicionais como os de radiodifusão (rádio e TV), empresas de entretenimento comunicacional, jornais impressos, revistas e, também, portais da internet. O termo não tem uma origem historicamente delimitada, mas pode estar ligado à literatura acadêmica produzida pela Escola de Frankfurt (também chamada de Teoria Crítica da Comunicação), que elaborou conceitos como o de Indústria Cultural e a Comunicação de Massa.

Podemos observar que há uma tendência no mundo moderno da concentração midiática e, conseqüentemente, do crescimento da grande mídia. Verificamos, por exemplo, que pelo menos sete principais conglomerados transnacionais da indústria da informação e do entretenimento dominam o setor, são eles: AOL-Time Warner, Viacom, Sony, News Corporation, Disney, Vivendi Universal e

⁴³ Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8539>. Acesso em 11 de novembro de 2009.

Bertelsmann⁴⁴. No Brasil, a realidade não é muito diferente, para se ter uma idéia, a televisão aberta, maior veículo de comunicação do país, assistido pela quase totalidade do número de habitantes, está dividida em cinco principais redes de TV (Globo, SBT, Record, Bandeirantes e Rede TV) e tem vinculada a si 145 grupos afiliados e 869 veículos. A Globo é a maior, com 274 veículos ligados, seguida pelo SBT, com 197, a Record, com 160, e a Bandeirantes, com 156. A RedeTV aparece com 82 emissoras e publicações vinculadas à sua rede.

Como grupo empresarial atuante no país, a grande mídia defende uma série de interesses que não necessariamente são os interesses da maioria da população brasileira. Constitucionalmente falando, por exemplo, o artigo 220, parágrafo 5º da Carta Magna diz que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. E, ainda, no artigo 221, que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”. Na prática não é o que acontece, o monopólio e oligopólio proibidos nos artigos constitucionais fazem parte de nosso cotidiano, e a programação voltada à educação e cultura regional são ínfimas se comparadas à grade televisiva vigente, não chegando a 10% da programação das emissoras nacionais de televisão.

A grande mídia brasileira sempre atuou contrariamente às movimentações progressistas de vários setores da sociedade. Foi assim durante todo o período da Ditadura Militar, quando em um dos momentos de maior perseguição às liberdades civis, com torturas e desaparecimentos de cidadãos envolvidos (ou não) com a oposição ao Regime, que em 1972 o então presidente militar Emílio Garrastazu Médici disse, referindo-se à empresa televisiva que viria a ser o maior sistema de comunicação do país que “se sentia feliz todas as noites quando assistia o noticiário, porque na TV Globo o mundo estava um caos, mas o Brasil estava em paz, era como tomar um calmante após um dia de trabalho”.⁴⁵

Tal episódio folclórico resume um pouco a relação política em que estava mergulhada a maioria dos veículos de comunicação do país com os interesses das elites financeiro-políticas nacionais. Outros casos fazem parte desta história pouco contada, mas nem por isso irreal. A inexistência da cobertura jornalística do movimento “Diretas Já”, também no começo dos anos 80 (à exceção do Jornal Folha de São Paulo) é outro grande exemplo. O Brasil estava vivendo um

⁴⁴ Dados disponível no sítio www.intervozes.org.br. Acesso dia 10 de novembro de 2009.

⁴⁵ Frase registrada no documentário Muito Além do Cidadão Kane, realizado pela BBC de Londres sobre a história da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JA9bPyd1RKQ>. Acesso em 10 de setembro de 2009.

processo de reabertura política e de restituição dos direitos civis, havia uma campanha maciça em todos os fóruns públicos nacionais (movimentos sociais, Igreja, partidos de esquerda, jovens etc.) para a retomada do direito à eleição direta para Presidente da República, a maioria dos jornais impressos e emissoras de rádio e TV ignoravam esta reivindicação; segundo Heiz (1983), este era o comportamento frequente da mídia tradicional (e principalmente da Rede Globo), atrelada, por inúmeros interesses políticos e financeiros, a então decadente Ditadura Militar que estava chegando ao fim.

2.2 Grande Mídia e MST: exemplos de criminalização jornalística

Passado o regime autoritário, a cobertura midiática não modificou seu foco de atuação, muito pelo contrário, continuou com seu registro parcial dos acontecimentos, principalmente com relação aos movimentos sociais – já que novamente reapareciam no cenário nacional, tendo em vista o clima de liberdade política emergente –, numa prática ideológica bem diferente do jornalismo que se propõe à objetividade dos fatos e ao registro das muitas versões de um mesmo acontecimento, analisando as contradições expressas nas opiniões emitidas e as inúmeras versões de um mesmo episódio.

Com os movimentos sociais do campo a relação não foi diferente. Desde seu ressurgimento, no final dos anos 70 (através do cenário já mencionado no capítulo anterior), que suas ações são vistas de forma negativa pelos veículos de comunicação. Em um primeiro momento na cobertura regional, desde o Rio Grande do Sul, pelo Jornal Zero Hora (ver anexo 01) e, *a posteriori*, em veículos de dimensão mais abrangente, como é o caso do Jornal Nacional da Rede Globo e da revista *Veja*⁴⁶.

Para tanto, José Arbex Jr. (2004), no prefácio do livro *Rompendo a Cerca – A história do MST*, das jornalistas Sue Branford e Jan Rocha, explicita a incontestável relação do que ele chama de mídia burguesa com os movimentos sociais e, em especial, com o MST:

No Brasil, em particular, a “fabricação do esquecimento” é feita com desenvoltura muito maior do que a encontrada em boa parte dos países europeus e Estados Unidos. A razão é simples: dados a extrema desigualdade social, o imenso número de analfabetos e a desorganização política da sociedade civil, a elite sempre foi capaz de, confortavelmente, contar ao seu modo a história do país [...] Por essas e

⁴⁶ No caso da *Veja* selecionamos algumas capas em que o MST foi matéria principal nos últimos 20 anos. À disposição no acervo digital da revista em: <http://veja.abril.com.br/busca/resultadoCapas.shtml?d1=63140400&d2=1252987140&rd=&num=20&qu=MST&dia1=1&mes1=1&ano1=1968&dia2=14&mes2=9&ano2=2009&ao=0>. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

outras os movimentos populares e organizações de esquerda raramente conseguiram emplacar jornais de grande tiragem, e menos ainda diários. Em outros termos, no Brasil, talvez mais do que qualquer outro grande país ocidental, o monopólio da narrativa histórica sempre foi exercido pelas elites. No Brasil contemporâneo, a cobertura das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a mais pura, clara e nítida expressão dessa história. O MST é total e abertamente demonizado pelos maiores veículos de imprensa escrita, televisionada e radiofônica.(BRANFORD;ROCHA, p.13).

Esta “demonização” ou criminalização a que se refere Arbex pode ser constatada em dezenas de matérias sobre o Movimento, produzidas e exibidas por inúmeros veículos diferentes. A presente pesquisa aproveitou fatos recentes (acontecidos no 2º semestre de 2009) para exemplificar os argumentos expostos. É o caso do episódio da empresa Sucocítrico Cutrale, uma multinacional que trabalha com a produção de sucos e que teve, em uma de suas fazendas de plantação de laranja, localizada no interior de São Paulo, uma ação do Movimento.

Tal episódio (onde integrantes do MST arrancaram árvores de laranja na referida propriedade) repercutiu insistentemente em toda a grande mídia, ao ponto de parlamentares ruralistas utilizarem este argumento para catalisar um movimento em torno da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o intuito de investigar os recursos públicos destinados ao MST, e que segundo eles estaria sendo usado de forma ilegal. O que a grande maioria deste segmento midiático não mostrou nos noticiários e matérias a respeito do caso, foi que a fazenda em questão é uma propriedade “grilada” pela empresa Cutrale, ou seja, ocupada de forma ilegal, sendo que a mesma pertence à União, e que poderia ser usada para fins de reforma agrária. Tal informação não foi noticiada de forma explícita pela grande mídia e, em muitos casos, o dado foi até ignorado, como se o mesmo não existisse. O fato configura-se com uma eficaz manipulação da opinião pública, através dos veículos tradicionais de imprensa e os interesses que os mesmos defendem.

O mesmo comportamento criminalizador relacionado ao MST se repete em outro grande veículo midiático do sudeste do país, desta vez no editorial publicado no Jornal O Estado de São Paulo, no dia 16 de agosto de 2009, intitulado “O MST manda no País”⁴⁷:

A nova "jornada de lutas" do Movimento dos Sem-Terra (MST), que a cada ano se mostra mais organizado, abrangente e desafiador das leis do País, tenta deixar claro que não é o governo e sim os "movimentos sociais" que devem fazer a reforma agrária, estabelecendo a quantidade e o ritmo de alocação de recursos a ela destinados, bem como à assistência das famílias de assentados e acampados. Isso porque, enquanto o presidente Lula, em sua coluna semanal em jornais, diz que de 2003 até agora seu governo assentou 519.111 famílias - mais da metade do total de um milhão de famílias beneficiadas nos 40 anos de existência do Instituto Nacional

⁴⁷ Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090816/not_imp419467,0.php. Acesso em 05 de novembro de 2009.

de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) - e destinou 43 milhões de hectares para assentamentos de sem-terra, de um total de 80 milhões utilizados em toda a história do País, a "jornada" emessetista cobra "mais incentivos à reforma agrária e aos assentamentos", incluindo a liberação de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra e a atualização dos índices de produtividade no campo. Quer dizer, o governo não entende nada de prioridade de alocação de recursos públicos ou de apoio às famílias que trabalham no campo - quem entende disso é o MST [...] O desrespeito às leis, à ordem pública e à propriedade não constitui novidade nas manifestações sazonais do MST e assemelhados. O que se torna cada vez mais merecedor de destaque, afora a habitual falta de reação das autoridades, é a tal baderna nacional. (VER IN SÍTIO).

Em relação a fatos como este, relacionados ao MST e à grande mídia, a organização não governamental Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social⁴⁸, publicou nota em março de 2009, que emite a seguinte opinião sobre os constantes ataques de vários veículos midiáticos ao MST (ver anexo 03):

Entre o final de fevereiro e início de março, a mídia corporativa iniciou mais uma campanha contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Telejornais, jornais impressos, revistas, rádios e sites da internet pertencentes aos grandes conglomerados de mídia dedicaram-se a difundir sua indignação com os agricultores sem terra. As colunas de muitos articulistas e, especialmente, os editoriais destes veículos, transformaram-se em verdadeiros canais destiladores do preconceito e da ira. A campanha da mídia é uma das muitas facetas do processo de ataque em curso contra o MST. Todos os espaços dedicados às denúncias contra o MST tratam o tema como um caso de polícia, mas não há uma reflexão mais profunda sobre a questão agrária no Brasil, que aborde os sem terra como um problema social, herdeiros de uma dívida histórica do Estado brasileiro. Infelizmente, os meios de comunicação têm se mostrado incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático, a partir de múltiplas visões, sobre a estrutura agrária e o modelo de desenvolvimento do país.

De todos os veículos citados anteriormente um se destaca no Brasil pela virulência contra o Movimento: a revista *Veja* da Editora Abril. A relevância da análise deste veículo encontra-se não somente por ser a revista semanal de maior tiragem no país (com cerca de 1,2 milhão de exemplares), mas, também, por representar os interesses de uma classe social historicamente contrária à reforma agrária, muitos destes proprietários rurais ligados ao agronegócio e a seus interesses já expostos neste capítulo da pesquisa.

Fundada em 1950 por Victor Civita, o Grupo Abril é hoje um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina. A Editora publica mais de trezentos e quarentas títulos, que chegam a 26 milhões de leitores, num total de 48 revistas e suplementos, além da operadora de TV à

⁴⁸ O Intervezes é uma ONG que atua na consolidação das políticas públicas de comunicação norteadas pela democratização da sociedade. Disponível em: www.intervezes.org.br. Acesso em: 13 de setembro de 2009.

Cabo TVA e do provedor de internet UOL. O grupo Abril tem como seu principal veículo de informação impressa a revista Veja, que foi fundada em 11 de setembro de 1968, consolidando-se como um dos veículos principais do gênero no país. Seu público está concentrado nas classes A e B, também denominada de “formadores de opinião”.

Reportagens da revista frequentemente taxam o MST como movimento de vândalos, arruaceiros e baderneiros. Desqualificam suas ações e denominam seus militantes e líderes como bandidos em potencial. É o caso da matéria de capa da edição nº 2.128, de 2 de setembro de 2009, feita pelos jornalistas Policardo Jr. e Sofia Krause, sob o título “Por dentro do cofre do MST”:

O MST é movido por dinheiro, muito dinheiro, captado basicamente nos cofres públicos e junto a entidades internacionais. Em outras palavras, ao ocupar um ministério, invadir uma fazenda, patrocinar um confronto com a política, o MST o faz com dinheiro de impostos pagos pelos brasileiros e com auxílio de estrangeiros que não deveriam imiscuir-se em assuntos do país [...] Há muito que desvendar a respeito do verdadeiro uso pelo MST do dinheiro público e das verbas provenientes do exterior. Para fugir a responsabilidades legais, o MST, embora seja onipresente, não existe juridicamente. Não tem cadastro na Receita Federal, e, portanto, não pode receber verbas oficiais. “Por isso, eles usam essas entidades como fachada”, diz o senador Álvaro Dias, do PSDB do Paraná, que presidiu a CPI da Terra há quatro anos e, apesar de quebrar o sigilo das ONGs suspeitas, nunca conseguiu ter acesso aos dados bancários [...] No início de agosto, 3.000 militantes invadiram a sede do Ministério da Fazenda. A ação em Brasília foi comandada pela nova coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos, vinculada a setores mais radicais do movimento. No protesto, o MST exigiu o assentamento imediato de famílias que estão acampadas [...] O governo Lula agora experimenta o gosto da chantagem de uma organização bandida que cresceu sob seus auspícios.

Em outro exemplar mais antigo, também em matéria principal da edição 1.648 de 10 de maio de 2000, Veja é ainda mais explícita em seu juízo de valor sob forma de reportagem ao descrever o Movimento com o título “A tática da baderna: MST usa o protesto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”. Onde compara com uma fotomontagem um dos líderes do Movimento, João Pedro Stédile, ao espião da corte inglesa James Bond, conhecido personagem dos filmes policiais que possuía “licença para matar”. No título da matéria “Meu nome é Stédile, João Stédile”, há o seguinte recomendação:

O agente James Bond, da série 007, tinha licença para matar. Bond estava autorizado pelo governo de sua majestade a cometer um crime sem ser punido por isso. Os integrantes do Movimento dos Sem Terra, chefiados por João Pedro Stédile (aqui numa montagem sobre a foto de James Bond), também se sentem autorizados a cometer crimes durante suas ações porque as autoridades se constroem em aplicar a lei quando o infrator carrega uma bandeira do MST.

Nas duas matérias, verificamos que há uma prática editorial anti-MST explícita exercida pela revista Veja. Como podemos perceber, ela é a face mais radical de uma oposição midiática ao movimento social que se tornou o mais importante porta-voz dos camponeses excluídos do Brasil. Prática esta corroborada pela quase totalidade da grande mídia nacional, em menor ou maior escala de oposição, mas todas com o mesmo grau de concordância: a constatação de que o MST é o inimigo público número um das elites brasileiras.



Figura 3 – Capas da Revista Veja – Edições 1648 e 2128.

Fonte: Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/>. Acesso em 10 de setembro de 2009.

Destacamos também que no período da pesquisa documental, de janeiro a setembro de 2009, foram publicadas 11 matérias com referências ao Movimento nesta revista. Apenas 02 meses, junho e julho, não tiveram registros sobre o MST nas edições da revista, o que o coloca como pauta constante deste veículo de comunicação. Das matérias veiculadas, todas foram de caráter negativo e a grande maioria em páginas centrais ou reportagens de capa. Abaixo quadro com os títulos das reportagens e suas respectivas datas e edições.

Tabela 1 – Matérias sobre o MST na Veja (janeiro a setembro de 2009)

<i>Data da veiculação</i>	<i>Edição</i>	<i>Título</i>
28/01/2009	2097	O Manual da Guerrilha
04/02/2009	2098	Os inimigos da Vale
25/02/2009	2101	Por ordem do MP do RS, escolas do MST são fechadas
04/03/2009	2102	Eles invadem e também matam
11/03/2009	2103	Bolsa-Baderna

08/04/2009	2107	Em defesa do direito a propriedade
22/04/2009	2109	Abatido pelo Radicalismo
29/04/2009	2110	Carta do Leitor
06/05/2009	2111	Indiciados pela polícia de Pernambuco seis integrantes do MST
02/09/2009	2128	Por dentro do Cofre do MST
09/09/2009	2129	Uma CPI para investigar o MST

Registramos que o presente trabalho não tem por objetivo defender o MST quanto a possíveis equívocos e (ou) práticas ilegais atribuídas ao Movimento, como consta nos conteúdos das matérias citadas acima. Cabe-nos, neste estudo, atentarmos para uma postura antijornalística e comunicacional que não aponta contradições e muito menos as opiniões dissonantes necessárias para a feitura da notícia sobre a questão da reforma agrária reivindicada por este movimento social. Os veículos de comunicação aqui abordados exprimem um ponto de vista opositor ao MST, gerando uma relação conflituosa e pré-concebida da imagem do Movimento mediante a sociedade brasileira. De acordo com Herz (1983), quando a notícia se desnuda das técnicas jornalísticas, onde a pluralidade de opiniões e a objetividade são ignoradas, a notícia não é mais notícia, é ideologia.

Cabe destacar ainda, que a revista ora citada, existente há mais de 40 anos, além de sua tiragem impressa, também está disponível gratuitamente no ciberespaço⁴⁹, fato importante em nossa pesquisa, pois temos como um dos nossos objetos de análise, o conteúdo das informações relacionadas ao MST na internet. O que aponta para a necessidade do Movimento em criar estratégias de propagação ideológica através da rede mundial de computadores, ou seja, a criação de um espaço virtual e contracultural próprio de debates, que traduza os seus interesses para um seguimento crescente da população que busca, cada vez mais, informações nesta nova esfera pública interconectada que permite a diversidade de opiniões, inclusive relacionadas ao MST.

A pesquisa nos mostra ainda que a utilização do ciberespaço e, mais especificamente do ciberativismo, são formas encontradas pelo Movimento para dar visibilidade as suas lutas e se contrapor às idéias manifestadas por veículos de comunicação como o da referida revista; assunto este que trataremos com profundidade no quarto capítulo (sobre o Ciberativismo Sem Terra). Antes, no capítulo três, introduziremos a temática das mídias digitais e das novas tecnologias, ferramentas estas que estão mudando o cenário comunicacional do mundo atual, disponibilizando a sujeitos como o MST, novas ferramentas de comunicação, utilizadas pelo Movimento no sentido de contrapor a informação produzida pelos veículos tradicionais de mídia.

⁴⁹ Todos os exemplares aqui analisados estão disponíveis no Acervo Digital da revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

Capítulo 03

Mídias Digitais e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

A finalidade deste capítulo é abordar o surgimento da internet e seu contexto histórico-político, além de relacioná-lo a criação de uma Nova Esfera Pública Interconectada, que por sua vez vem possibilitando inúmeros debates na sociedade e, também, se consolidando através do crescente e incontrolável fluxo de comunicação e compartilhamento, disponibilizado pela horizontalidade da rede mundial de computadores, que não possui, em seu estágio atual, editores de conteúdo ou qualquer tipo de censura. Veremos que o nascimento da internet acarretou mudanças paradigmáticas na sociedade atual, comparadas àquelas que o rádio e a televisão causaram no século XX.

Outro ponto central neste capítulo é a consolidação das mídias digitais de comunicação e as tecnologias análogas a ela. Tais ferramentas estão ampliando as possibilidades heterogêneas de propagação de opinião através de sua estrutura horizontalizante. Defendemos a tese de que os processos de digitalização da informação Castells (2001) estão retomando o sentido perdido da comunicação, que em sua gênese era o ato de tornar comum à sociedade, e que, ao longo do tempo se perdeu. Com o advento das mídias digitais esse significado volta à tona.

Veremos que tais mudanças foram fundamentais para a consolidação dos movimentos sociais no início do século XXI e, neste cenário, o MST desponta como um de seus protagonistas no cenário nacional.

3.1 História da internet e o novo cenário midiático

O que estava implícito em 1968 talvez esteja sendo realizado pela internet. É a capacidade das pessoas atuarem por si, a imensa liberdade que a internet dá e os processos de comunicação e interação que ela produz. Acho que nós estamos caminhando para a anarquia, tanto do ponto de vista pessoal como social, rapidamente, e isso não é mau. (GABEIRA in CULTURA DIGITAL.BR, 2003,p.203)

Segundo Castells (1999), o desenvolvimento tecnológico de um país ou nação é impulsionado, via de regra, pela vontade política de seus legisladores e, repetidamente na história da humanidade, durante ou na iminência de uma guerra. Com o aparecimento da internet não foi diferente. A rede mundial de computadores surgiu de um projeto militar dos Estados Unidos,

visando resguardar seu banco de dados caso houvesse um ataque nuclear da então maior inimiga, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Para tanto, os EUA criaram o embrião do que viria a ser a Rede, denominada de Arpanet (*Advanced Research Projects Agency Network*, na sigla em inglês), ligada ao Departamento de Defesa Norte-Americano. Sua função inicial era descentralizar os pacotes de informação confidenciais gerados pelo Governo e enviá-los a vários pontos do país, fazendo com que estas informações, mesmo em uma situação de destruição física de estruturas tecnológicas (como um centro de pesquisa, por exemplo) ocasionada por uma bomba, fossem preservadas. A Guerra Fria que havia gerado poucos anos antes a conquista do espaço (com o primeiro homem indo a Lua) conseguira, também, anos mais tarde, a conquista do espaço virtual ou, Ciberespaço. Vale ressaltar que o Ciberespaço não é somente a rede mundial de computadores (internet), mas esta é a espinha dorsal que o compõe⁵⁰.

No decorrer dos anos 70 e principalmente nos anos 80, várias universidades e instituições de pesquisa puderam colaborar com esta nova ferramenta de comunicação, melhorando seu desempenho e ampliando suas funcionalidades tecnológicas, fazendo com que esta nova rede se ampliasse ainda mais. Este crescimento gerou mudanças consideráveis em sua estrutura, principalmente advindas de seus novos parceiros, universidades como o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) e pesquisadores autônomos interessados na ampliação do conhecimento. Cabe destacar que estes pesquisadores foram fundamentais para a evolução da internet como a conhecemos hoje, se a mesma tivesse ficado somente sob os auspícios do Departamento de Defesa Estadunidense, dificilmente teria tomado o formato que notoriamente conhecemos nos dias atuais.

Outra colaboração germinal ao desenvolvimento da internet foi à contribuição da chamada “Cultura Hacker” ao formato tecnológico e, principalmente, ideológico da rede mundial de computadores. Os hackers, como eram conhecidos os especialistas (vinculados ou não às universidades), muitos deles autodidatas, acreditavam que o conhecimento gerado nos centros de pesquisas ou nas garagens de estudantes excepcionais⁵¹ precisava ser compartilhado com o mundo. E foi justamente esta diretriz que guiou os primeiros passos da estruturação da internet.

A Cultura Hacker influenciou a Rede muito mais do que qualquer experiência militar anterior, foi a partir de sua colaboração que recursos técnicos como o sistema denominado Protocolo de Internet (Internet Protocol, ou IP) – permitindo que o tráfego de informações fosse encaminhado

⁵⁰ O ciberespaço não é a internet, é um conceito maior onde os espaços físico e o virtual se entrelaçam. Mas é a internet que possibilita a existência desta estrutura, funcionando como uma “espinha dorsal”.

⁵¹ Muitos estudantes daquela época viraram personalidades famosas por - mesmo com a estrutura mínima de uma garagem residencial improvisada como laboratório -, conseguirem se destacar no novo campo das novas tecnologias computacionais.

de uma rede para outra –, que ela realmente começou a se pluralizar e crescer em escala exponencial. A troca de mensagens em uma lógica horizontal⁵² entre seus integrantes foi criando soluções para algumas limitações técnicas encontradas. Uma delas foi o surgimento do Protocolo TCP/IP⁵³, que na arquitetura inicial da internet criou as condições para que a mesma pudesse trafegar o máximo de informações possíveis entre seus usuários, que, por sua vez, encontravam soluções coletivas aos problemas levantados e por ideologia colaboracionista, tentavam (e na maioria das vezes conseguiam) resolvê-los. Castells (2003, p.25) expõe que o ambiente de liberdade cultural presente na época era como:

Sementes que germinavam numa variedade de formas. A cultura da liberdade individual que floresceu nos campi universitários nas décadas de 1960 e 1970 usou a interconexão de computadores para seus próprios fins – na maioria dos casos buscando a inovação tecnológica pelo puro prazer da descoberta.

A internet aberta e livre era o *slogan* que ecoava nos corredores universitários e nas áreas de convivência juvenil. Juntando-se a este ambiente criativo apareceram também as oportunidades comerciais. Os computadores, antes grandes mastodontes movidos a válvulas que chegavam a ocupar um prédio inteiro⁵⁴, produzindo intermináveis cálculos e fórmulas matemáticas, agora estavam começando a se popularizar como micro-computadores pessoais (PCs), onde qualquer pessoa que pudesse pagar um determinado valor poderia adquiri-lo. Juntando-se a essa nova ferramenta, a criação de um sistema operacional que pudesse popularizar o acesso das pessoas comuns ao mundo tecnológico. Eis aí a fórmula encontrada pelo então jovem estudante de Harvard, William Henry Gates III, popularmente conhecido como Bill Gates. Que aproveitou o cenário de inovação tecnológica com um grande senso de oportunismo financeiro e criou a Microsoft, a maior empresa do mundo no ramo de software⁵⁵.

⁵² Sem intermediários ou filtros de edição.

⁵³ O **TCP/IP** é um **conjunto de protocolos** de comunicação entre computadores em rede (também chamado de pilha de protocolos TCP/IP). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/TCP/IP>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

⁵⁴ Desenvolvidos primordialmente para cálculos físicos e matemáticos.

⁵⁵ Programas de computador.



Figura 4 – Modelos de Computadores: antigo e atual

Fonte: Google. Disponível em: <http://images>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

Mas havia os que simplesmente queriam propagar idéias pela rede, seguindo uma lógica de arquitetura aberta, sem fins comerciais ou lucrativos. Neste sentido, o também estudante Linus Torvalds (Castells, 2003, p.17), da Universidade de Helsinki (na Finlândia), em 1991, desenvolveu um novo sistema operacional chamado de Linux, e o distribuiu gratuitamente pela internet, pedindo aos usuários que o aperfeiçoassem e enviassem os resultados obtidos de volta para a Net.

O resultado desta iniciativa foi o desenvolvimento de um robusto sistema operacional Linux, constantemente aperfeiçoado pelo trabalho de milhares de hackers e milhões de usuários, a tal ponto que o Linux é agora geralmente considerado um dos sistemas operacionais mais avançados do mundo, em particular para a computação baseada na internet.

Praticamente na mesma época na Inglaterra, outro jovem pesquisador, Tim Berners-Lee, terminara de criar o que viria a ser a invenção mais importante de aperfeiçoamento da internet: a *World Wide Web* (WWW). Que além de popularizar o acesso a Rede, possuía uma interface gráfica amigável e de fácil manipulação, o que abriu inúmeras portas para outras experiências semelhantes desenvolvidas por colaboradores, fazendo da Rede o que ela é hoje: uma teia mundial de banco de dados (com alta acessibilidade) totalmente interconectada.

Muitos *hackers* e curiosos do mundo inteiro passaram a desenvolver seus próprios programas de navegação (ou *browsers*, em inglês) a partir do trabalho de Berners-Lee. A primeira versão modificada foi o Erwise, desenvolvido no Instituto de Tecnologia de Helsinki em abril de 1992. Dessas versões modificadas de navegadores, a mais orientada para o produto foi o *Mosaic*. Que incorporou uma avançada capacidade gráfica, tornado possível captar e distribuir imagens pela internet, bem como várias técnicas de interface importadas do mundo multimidiático.

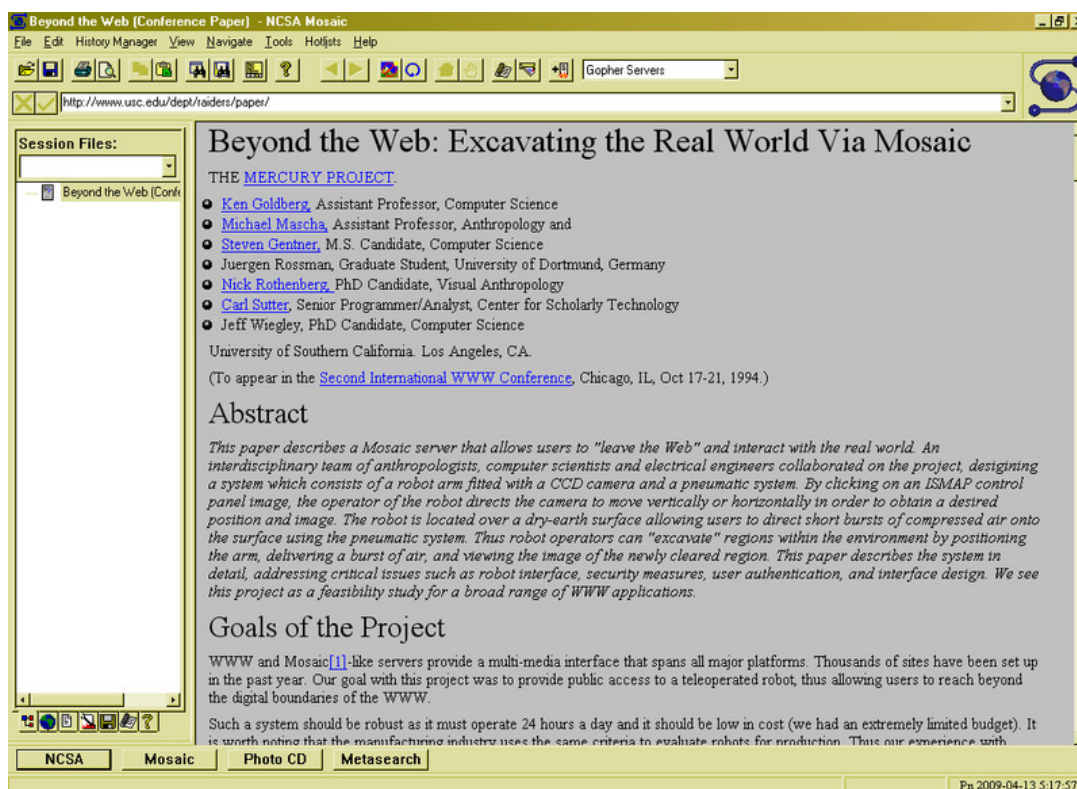


Figura 5 – Navegador Mosaic, 1993.

Fonte: Wikipédia. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/File:NCSA_Mosaic.PNG. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Estava dada a amarração técnica necessária para a propagação de idéias em seus vários níveis, intenções e formatos (vídeo, áudio, imagens e qualquer tipo de banco de dados) pela Rede Mundial de Computadores. Foi o paradigma de uma nova era para a comunicação global, que agora penetraria em todos os setores da sociedade moderna, como bem enumera Castells (Idem, p.7):

A internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por um domínio da atividade humana. Ademais, à medida que novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede.

3.2 O mundo digitalizado e a Cibercultura

Como já verificamos neste capítulo, a Sociedade em Rede é uma realidade. Ela está presente em todos os aspectos de nossas vidas contemporâneas. Sejam eles econômicos, sociais, culturais e mesmo as ações triviais e cotidianas. Esta articulação global permanente vivenciada pelas sociedades

modernas só é possível, em seu grau de abrangência e capilaridade, pela evolução tecnológica dos sistemas de comunicação, que possibilitam diversas formas de organização, articulação, cooperação e comercialização em múltiplas partes do planeta.

Talvez o maior exemplo desta eficácia e agilidade, já que (e porque) vivemos em um mundo capitalista, sejam as organizações financeiras internacionais e seu sistema especulativo-interconectado a que estão submetidas. Ou seja, quando há uma queda na Bolsa de Valores da Índia, por exemplo, todo o mundo globalizado sente as consequências econômicas deste fato. Exemplos de outros setores da sociedade podem ser enumerados, como os relacionados à cultura e sua produção e difusão de conteúdo em escala global. As músicas de infinitas origens e gêneros, produzidas pelos mais diversos artistas, além de arquivos audiovisuais distribuídos em formatos acessíveis e escoados pela rede mundial de computadores é um forte símbolo desta nova e interconectada sociedade planetária, onde os bens de consumo imateriais estão à disposição de todos que tem acesso à rede.

A propósito da temática, Santos (2003) nos explica que os processos sociais, que agora acontecem em escala global tendem a aproximar o ser humano da vida coletiva respeitando suas individualidades, fazendo-o compartilhar com outros (muitos destes diferentes entre si) a língua, a cultura e todo tipo de prática social, criando, inclusive, novas possibilidades de relacionamento interpessoal, global e comunicacional. Todavia, este autor não nega a herança questionável de uma globalização capitalista que gera (Santos, p.20) “uma perversidade sistêmica que está na raiz da evolução negativa da humanidade, gerando comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas”. O autor é um dos intelectuais que defende “uma outra globalização”, atrelada a práticas de emancipação política das sociedades, preservando as liberdades individuais e promovendo o conhecimento comum, ao que ele afirma ser a possibilidade de escrever uma “nova história” (Santos, p.20-21):

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para a última possibilidade. Tais condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico [...] No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias

de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história.

A partir desta análise, verificamos que todo este fenômeno de articulação global só está sendo possível por conta do desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, capitaneadas, como já mencionamos, pela criação e evolução da internet e a comunicação mediada por computador. Mais do que uma história de ficção científica (profetizada por livros e filmes do gênero), as NTICs estão mudando radicalmente a forma de se compreender o mundo, fazendo com que o imaterial (ou virtual) também seja considerado real, como nos diz Primo (2007).

Exatamente por esta “virtualidade” fazer parte do cotidiano de milhares de pessoas, gerando uma produção cultural materializada na imensa quantidade de informação gerada pela internet, esta cultura de acesso às NTICs possibilitou geração de novos conteúdos, e esses conteúdos, uma nova forma de cultura, alicerçando o que ficaria conhecida como Cibercultura.

Para definir o que é Cibercultura é necessário o esclarecimento de outro termo intrínseco ao primeiro, o Ciberespaço. Para tanto faremos uso do conceito de Lévy (1999, p. 17) que aborda a questão da seguinte maneira:

O ciberespaço, que também chamarei de “rede”, é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Dados os devidos esclarecimentos sobre estas conceituações, importantes para entendermos o campo em que se encontra nosso objeto de estudo (o MST ao apropriar-se da lógica do compartilhamento de informações e da propagação ideológica de suas lutas no ciberespaço), ressaltamos ainda que este é um campo consideravelmente novo de estudos, mas que há prolíficos pesquisadores trabalhando nestas questões, alguns deles utilizados para o desenvolvimento desta Dissertação, dentre os quais destacamos as idéias comuns de desenvolvimento da rede e do ciberespaço através da internet utilizadas por Brittes (2003); Santaella (2003); Castells (2003); Lemos (2003); Lévy (1999); Negroponte (1995); Primo (2007); Amadeu (2008) e Palácios (2001).

Nicholas Negroponte (1995), pesquisador do MIT, foi um dos primeiros cientistas sociais que trabalhou a questão da “vida digital” ligada ao cotidiano prático das pessoas, ele faz uma clássica

distinção entre bits⁵⁶ e átomos, onde afirma que a natureza física, na sociedade moderna, passa a ser transmitida e transformada em outro tipo de natureza, a “natureza digital”. Em uma máxima criada pelo autor, o mesmo afirma que “o bit é o menor elemento atômico do DNA da informação”, que agora pode ser condensada e transmitida sem limitações de espaço físico. Esta característica dinamiza o espaço virtual, ampliando suas dimensões e ocasionando um armazenamento de dados nunca antes visto na história da humanidade.

Negroponte defende ainda que haverá uma interação maior entre as pessoas de todos os lados do mundo, compartilhando idéias de forma cada vez mais dinâmica. Além disso, será maior o caráter da interatividade no mundo digital, que por sua vez irá se adaptar ao mundo analógico⁵⁷, ou melhor, ampliá-lo e personalizá-lo. Um exemplo prático desta personalização e adaptação ao mundo material é a internet sendo transmitida por fiação de rede elétrica, aproveitando a infra-estrutura já existente para um maciço programa de inclusão digital, idéia esta defendida pelo autor e começando a ser aplicada ao Brasil⁵⁸.

De acordo com Palácios (2001) destacamos cinco das características para um entendimento conjuntural das mídias digitais e da cibercultura, que consideramos pertinentes (e que se assemelham as características do jornalismo digital, esse também um componente das mídias digitais) para o melhor entendimento dos recursos utilizados pelos movimentos sociais e sua inserção na rede mundial de computadores. Pela ordem destacaremos a Instantaneidade, Interatividade, Capacidade de Armazenamento ou Memória, Multimedialidade e Personalização⁵⁹:

Instantaneidade – A capacidade de transmissão online de dados, no instante em que eles são produzidos e enviados a qualquer lugar do planeta em milésimos de segundo sem empecilhos técnicos;

Interatividade – Autores como Lemos (2003) entendem por interatividade a comunicação mediada por tecnologias e interação quando não há mediação tecnológica entre os seres humanos. Por exemplo: uma conversa entre alunos e professor numa sala de aula ou amigos num bar é interação, já a interatividade é quando se usa um telefone, um e-mail e até mesmo uma carta escrita, em todos estes casos há uma tecnologia envolvida no processo comunicativo, o que justifica a interatividade. As mídias tradicionais sempre tiveram algum tipo de interatividade, como nas seções de cartas de

⁵⁶ É a abreviação para dígito binário, a menor unidade da informação que pode ser armazenada ou transmitida. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bits>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

⁵⁷ Referimo-nos aqui ao mundo existente antes das mídias digitais.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.guiadohardware.net/noticias/2009-08/4A9584C7.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

jornais e TVs e nos telefonemas para programas de rádio. Mas nas Mídias Digitais a interatividade atinge seu ponto máximo. Na Web o usuário pode enviar formulários com comentários sobre uma notícia (ou mesmo produzir uma matéria) e ver suas observações colocadas imediatamente à disposição de outras pessoas, além de votações e inúmeras outras formas que vêm sendo desenvolvidas. É necessário ressaltar que o grau de interatividade da rede é cada vez maior e complexo, chegando mesmo a situações de imersão ainda pouco estudadas na sociedade;

Capacidade de Armazenamento ou Memória - Também conhecido como arquivamento. É o conjunto de banco de dados produzidos online que podem ser guardados indefinidamente. O custo de armazenamento de informação binária é ínfimo se comparado com os modelos analógicos. É possível se guardar grande quantidade de informação em pouco espaço, e essa informação pode ser recuperada rapidamente através de qualquer busca. A tendência nas mídias digitais é armazenar todos os graus de conhecimento da humanidade, inclusive recuperando dados e informações consideradas perdidas;

Multimedialidade – São os vários tipos de mídia e de formatos de arquivos de computador disponíveis em um só espaço (texto e hipertexto, áudio, vídeo, fotos etc.) É a convergência de todas as mídias em uma só, disponíveis no ciberespaço;

Personalização - Como toda a informação está sendo tratada por computadores, é rápido colher estes dados sobre usuários e oferecer a mídia que mais interessa a eles. Esta personalização de conteúdo pode se realizar de diversas maneiras. Muitos portais na rede permitem que o internauta escolha temas que lhe interessam e receba apenas notícias sobre eles, ao acessar sua página. Também é comum que se assine newsletters (correios eletrônicos) sobre assuntos específicos. No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra analisaremos, no Capítulo 04, além de seu sítio virtual, o seu correio eletrônico como práticas ciberativistas.

3.3 Pluralidade na Rede: O debate na Nova Esfera Pública Interconectada

O modo pelo qual a sociedade civil tem-se apropriado das NTICs pode ser apontado como um dos fatores de transição de um processo de comunicação massiva para uma outra forma de se comunicar horizontalmente. Identificamos esse fenômeno como a Comunicação Mediada por Computador (CMC), ou comunicação ciberespacial, entre outras denominações pertinentes. Focalizamos este tema pelo ângulo da esfera pública midiática, compreendendo-a como um processo pelo qual a sociedade civil forma opiniões e interage com vários setores diferentes.

Buscamos no conceito de Esfera Pública de Habermas (1984) alguns dos elementos que subsidiaram nossa análise. Perguntamos se as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, que conduzem os elementos do ciberespaço, são capazes de modificar o processo comunicativo que é moldado, em grande parte, pelos meios de comunicação de massa. Brittes (2003) defende a idéia de que os novos meios de comunicação, não os de massa, como a televisão, o rádio e os jornais, mas sim as “Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC)” proporcionam o aparecimento da esfera pública midiática. Porque retomam “a troca pública de opiniões, alimentada por uma racionalidade comunicativa”. Com a internet, o usuário passa a ser produtor e consumidor de informações, podendo mesmo chegar a recolher essa informação da própria fonte e entrar em discussão de idéias sem nenhum filtro editorial, este muito comum nos veículos do *mass média*.

Na sociedade das Redes estas esferas públicas espaciais são agora espaços que levam “à troca de argumentos mediados pela comunicação em rede”. Brittes vai mais longe ao sugerir que estes novos fóruns cumprem o papel de esfera pública, pois possibilitam na rede o debate que favorece a formação de uma sociedade interconectada e criticamente atuante.

Corroborando com esta opinião, Amadeu (2008) acredita que com o advento das redes ciberespaciais houve uma ampliação da cidadania, fazendo com que os cidadãos comuns, agora municiados com as possibilidades comunicacionais da internet, começassem – independente dos tradicionais formadores de opinião e emissores de conteúdo –, a produzir e debater os assuntos que lhes interessem. Segundo o autor, esta participação só é possível por conta da arquitetura livre da rede:

No ambiente informacional, as redes digitais estariam promovendo profundas mudanças na esfera pública [...] A primeira distinção está na arquitetura de rede. A arquitetura unidirecional dos fluxos de informação dos *mass media* é alterada para uma arquitetura distribuída, com conexões multidirecionais entre todos os nós, formando um ambiente de elevada interatividade e de múltiplos informantes interconectados. A segunda diferença ocorre nos custos para tornar-se um falante ou emissor. O ambiente das redes digitais elimina os custos de comunicação como barreiras para falar e propagar suas mensagens. (AMADEU, 2008, p.32)

Essas características alteram a capacidade dos indivíduos, sozinhos ou em coletivos, de tornarem-se ativos participantes da esfera pública midiática e interconectada. O exame da aplicação desse espaço de redes informacionais na produção da esfera pública sugere que a emergência desse ambiente possui um potencial democrático muito maior do que a esfera pública dominada pela mídia de massa, comercial ou política.

Tendo em vista estas características, o cenário do oligopólio comunicacional, onde a concentração dos grandes veículos de comunicação, controlados por uma minoria de grupos políticos e/ou comerciais (assemelhando-se a concentração secular de terra no Brasil, como vimos no capítulo 01) é abalada. É possível dizer que esta nova esfera pública atua de encontro a esta realidade, ampliando as vozes que em um cenário anterior não tinham espaço para o debate.

Mas é o mesmo autor que atenta para a formação de uma conjuntura semelhante à mídia de massa, só que agora nas mídias digitais, tento em vista a crescente fusão entre empresas e a maximização da propriedade cruzada (Idem, p.33):

Mas, no cenário digital, no ambiente das redes, o poder econômico não teria a mesma capacidade de domínio? Podemos notar um processo de fusões e concentração de diversos serviços on-line, na internet, em poucas corporações gigantescas. A capitalização de alguns grupos, em janeiro de 2006, expressa o poder econômico crescente de poucos, tais como o Yahoo (US\$ 57 bilhões), Google (US\$ 138 bilhões) e MSN (US\$ 287 bilhões), da Microsoft junto com Amazon (US\$ 183 bilhões), eBay (US\$ 63 bilhões). Esses gigantes da internet estão aprofundando suas alianças em função do que tem sido chamado de convergência digital.

Ainda assim o ambiente cibercultural é considerado mais democrático que as instâncias analógico/midiáticas a que nos acostumamos no século XX⁶⁰. Defendendo esta idéia o mesmo autor conclui seu raciocínio nos seguintes termos (Idem, p.34):

Sem dúvida alguma, o poder econômico manifesta-se com grande intensidade no ambiente das redes digitais, da comunicação mediada por máquina de processamento de dados. Todavia, ao contrário do ambiente dos *mass media*, este poder não consegue impedir o surgimento de sites, portais, soluções inovadoras que se constroem e desenvolvem ao largo do capital. No cenário dominado pelos *mass media*, o capital controla o lado da emissão e os canais de transmissão. No cenário digital, da forma como a internet foi estruturada, o capital controla a infra-estrutura de conexão, mas não controla os fluxos de informação, nem consegue determinar as audiências. Também não pode impedir o surgimento de portais e sites independentes e desvinculados do poder político e econômico. Com o surgimento da blogosfera e de outras ferramentas colaborativas, o capital passa a ter que disputar as atenções como nunca ocorrera no capitalismo industrial.

Em consonância com os conceitos aqui trabalhados, relacionados à esfera pública interconectada, e com o intuito de registrar a opinião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – já que o mesmo é o ponto central desta pesquisa –, realizamos entrevista com a Direção

⁶⁰ Referimo-nos a veículos como a TV, Rádio e ao jornalismo impresso.

Nacional do Movimento (ver questionário em anexo 03), que assim manifestou opinião sobre sua atuação na rede mundial de computadores:

Acreditamos que a internet é uma ferramenta que pode contribuir para tornar mais conhecidas as lutas populares, que pode ajudar a democratizar a produção de informação. Mas sabemos dos seus limites, tanto de alcance (nem toda população tem acesso) quanto de conteúdo, pois os grandes grupos ainda são os responsáveis pelas principais notícias acessadas na rede. Mas acreditamos que a luta se dá no confronto direto com o latifúndio e, mais recentemente, com o agronegócio. Sabemos que a mesma classe social detém grande parte da terra no Brasil, assim como detém os meios de comunicação, mas nossa luta fundamental é pelo acesso à terra, por uma política de Reforma Agrária Popular, que garanta o assentamento de todas as famílias sem terra, além de condições de produção e educação em todos os níveis (ASSESSORIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO MST, 19/06/2009).

O depoimento aponta para uma preocupação do Movimento com as contradições presentes no espaço da internet, até porque a mesma não é formada por máquinas ou uma inteligência virtual alheia às questões sociais. Ela é, sim, resultado de toda a complexidade humana, do que há de pior e melhor nas sociedades e nos indivíduos modernos.⁶¹

É neste sentido que o MST, ao mesmo tempo que investe nas possibilidades da internet, ampliando os debates e fornecendo conhecimento às lutas populares pela Rede, encara, com olhos críticos, porém abertos, as limitações em que à mesma está condicionada, como, por exemplo, seu ainda reduzido acesso à população, principalmente do meio rural. Esta contradição, presente na geopolítica brasileira, não inibe o Movimento de discutir estas questões e, indo além, propor uma política de inclusão digital, como veremos em seus detalhes no Capítulo 03 desta Dissertação.

3.4 Movimentos Sociais no início do Século XXI e o Ciberativismo

Um dos movimentos que ganharam maior visibilidade com o advento das mídias digitais no contexto na nova esfera pública midiática foi o MST, qualificado como um dos principais movimentos sociais do século XXI no mundo.

Segundo Orrico citando Gohn (2005, p. 37-38), as características dos movimentos sociais deste século perpassam primordialmente a utilização da internet como ferramenta de luta, seguindo os seguintes critérios:

⁶¹ Pontuamos que este assunto não está fechado e que inúmeros pesquisadores de vários campos do conhecimento (filosofia, sociologia, informática, biologia etc.) dedicam-se a compreendê-lo cada vez mais. Tendo em vista que somos a geração que está vivendo estas mudanças no momento em que elas acontecem. Ou seja, somos a geração analógica que vive em um mundo em constante processo de digitalização.

- 1) Os movimentos sociais que se inserem nessa nova categoria atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, utilizando a internet como ferramenta de luta;
- 2) Sabemos que para ser ouvido e considerado, é preciso que o movimento social tenha uma proposta e que essa proposta seja divulgada, discutida, conhecida. É através dela que são anunciadas ideais, símbolos e imagens com a ajuda das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – sites, boletins eletrônicos e e-mails;
- 3) O movimento aqui estudado aproveita as inovações tecnológicas na luta do dia a dia com a transmissão de comunicados internos por e-mail, geração de notícias para os integrantes do próprio ou de outro movimento social;
- 4) Angariam apoio, principalmente da sociedade, com a divulgação de fatos e notícias por todo o mundo para as demandas que fazem parte do seu repertório. Lutam pela mudança, por novas leis que redefinam as relações sociais existentes e divulgam os passos dessa luta com a ajuda da internet;
- 5) Tem uma maior chance de interação com outros movimentos e com a sociedade civil por meio da internet, sem necessariamente, passar pelo crivo dos meios de comunicação de massa tradicionais, pois utilizam como alternativa a rede mundial de computadores;
- 6) Criam um novo modo de organização, dando uma crescente importância para o setor de informática ou para o responsável pelo desenvolvimento do trabalho que é feito “online” pelo Movimento;
- 7) Agregam novas e importantes demandas à sua luta, como a defesa pela liberdade de gestão da internet e a divulgação e a utilização do software livre;
- 8) Preocupam-se com a inclusão digital dos integrantes dos movimentos, proporcionando a eles acesso ao que o mundo digital oferece com a criação de telecentros, por exemplo;
- 9) Criam e mantêm verdadeiros sites noticiosos para informar e formar integrantes, simpatizantes e visitantes novos, burlando a notícia oficial do “inimigo” a respeito dos objetivos e passos do movimento com a divulgação de comunicados oficiais. Tomam para si o papel de meios de comunicação;
- 10) Não se restringem à luta de um sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores que, naquele determinado contexto de interesses e oportunidades, estão conectados. A idéia de redes permite extrapolar a exigência de delimitação no raio de ação de seus integrantes e simpatizantes;

- 11) Tem uma enorme capacidade de disseminar na sociedade, através da internet, novas formas de pensar sobre os problemas sociais;
- 12) Utilizam e divulgam outras mídias alternativas com a ajuda da internet, mantendo seus sites, além de boletins eletrônicos que chegam ao e-mail dos cadastrados nos sites com as últimas informações sobre o movimento social;
- 13) A utilização da internet dispensa o contato face-a-face da militância tradicional, não exige perfil ideológico e tampouco obriga que o simpatizante/militante abdique de aspectos da vida pessoal em prol da causa. Isso facilita a adesão de novas pessoas, que podem contribuir virtualmente com o movimento, enviando e-mails, criando listas de discussões, postando vídeos em sítios de compartilhamento, sugerindo tipos de ações, pressionando a mídia, entre outras coisas;
- 14) A articulação interna desses movimentos sociais se dá a partir de três elementos fundamentais: as bases do movimento, as lideranças e as assessorias que se agregam não em todas as etapas do movimento, mas quando são necessárias.

As características descritas acima demonstram que o MST é identificado como um dos principais movimentos sociais do século XXI, globalizando suas articulações e lutas através da rede mundial de computadores.

Podemos afirmar que a internet utilizada por estes movimentos sociais tem um potencial transformador, gerando uma comunicabilidade nunca antes exercida por estes atores. Considerando isso, fica mais fácil perceber o antagonismo que sempre existiu e ainda existe entre os movimentos sociais e a mídia tradicional ao longo de todo o século passado e também início deste.

É preciso ressaltar que, desde os anos 60, um oligopólio de comunicação tem preenchido uma função mediadora entre o governo e o povo, que exclui ao mesmo tempo o protesto e o antagonismo populares. Se, por um lado, a mídia tradicional amplia demandas que a ela interessam, por outro ela constringe movimentos políticos e sociais de inúmeras vertentes que possuem opiniões diferentes das suas.

A internet se tornou uma ferramenta importante para a expressão e organização da categoria que analisamos nesta pesquisa. Entendendo que hoje em dia, a rede mundial de computadores está entranhada no dia-a-dia das pessoas em várias esferas e segmentos, desde o ato de enviar um e-mail, ler uma notícia ou pagar uma conta pela internet, apesar da grande exclusão e do analfabetismo digital que ainda existem no mundo todo, sobretudo na América Latina e suas regiões rurais.

É neste sentido e pelos exemplos citados anteriormente que resolvemos, nesta pesquisa de mestrado, analisar a militância ciberativista exercida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O ciberativismo Sem Terra⁶², como o denominamos, juntamente com outros exemplos de ativismo digital serão o foco central do próximo capítulo desta Dissertação, tanto por sua peculiaridade, comparando-o com outras práticas do gênero, como por ser a forma exercida por um movimento social oriundo do meio rural brasileiro. O que o torna catalisador de uma população historicamente excluída, às margens do atendimento básico e cidadania. Que vai desde a alimentação, saúde, educação e sua bandeira principal, a Reforma Agrária.

⁶² Neologismo que adotamos para o presente trabalho.

Capítulo 04

Exemplos de Militância Digital e o Ciberativismo Sem Terra

O presente capítulo tem como objetivo central destacar em nossa Dissertação o Ciberativismo Sem Terra. Fenômeno este caracterizado pela utilização das mídias digitais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. No roteiro apresentado ao leitor, desenvolvemos a conceituação de Ciberativismo dentro da rede mundial de computadores e suas consequências fora dela. Enumeramos, ainda, exemplos de ciberativismo praticado por outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil, como o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), exercido por índios mexicanos no estado de Chiapas (www.enlacezapatista.ezln.org.mx); da Organização não Governamental *Greenpeace*, e sua defesa pelo meio ambiente em todo o planeta (www.greenpeace.org.br); e, por último, um bem-sucedido exemplo nacional de mobilização pela rede, o caso do projeto Índios On line, que congrega sete etnias desses povos com o intuito de divulgar suas culturas, defender seus interesses e denunciar injustiças cometidas contra os indígenas no Brasil (www.indiosonline.org.br).

4.1 Conceitos de Ciberativismo

Ciberativismo é um conceito muito recente em nossa sociedade. Ele surgiu logo após a popularização da internet através da *World Wide Web* (explicada no Capítulo 03), no início dos anos 90 do século passado, portanto, com menos de 20 anos de existência. Neste período, a internet chegou mostrando a facilidade de conectar pessoas diferentes em diversas partes do mundo e logo se tornou popular. A velocidade que as informações levam para ir de um extremo ao outro chamou atenção e despertou interesse de vários setores da sociedade, incluindo a de ativistas que divulgavam suas idéias através de outros meios de comunicação. Foi então que surgiram os primeiros vestígios desta militância política pela rede, que pode ser denominada de ativismo digital ou, como preferimos nesta pesquisa, ciberativismo.

Para Moraes (2001) o ativismo digital é uma importante forma de atuação e divulgação das populações excluídas, das mais variadas origens de finalidades. Segundo o autor um importante espaço criado para a congregação desta heterogeneidade cultural foi/é do Fórum Social Mundial

(FSM)⁶³, um encontro planetário com ativistas de todas as partes do globo, que se originou na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e depois se espalhou pelo mundo, consagrando um fenômeno de comunicação que vicejava pela internet (Moraes, p.01):

Organizações não-governamentais e entidades civis dos quatro quadrantes estão utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores para divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania. Joëlle Palmieri, presidente da Penélopes, um coletivo feminista atuante na Web, resumiu o consenso alcançado nos debates de Porto Alegre sobre o chamado ciberativismo digital: “Com a tomada de consciência sobre a importância da internet para a difusão das reivindicações comunitárias, não precisamos mais nos isolar no gueto da contra-informação alternativa, e sim buscar novos modelos de trocas comunicacionais e de produção de informações afins com a idéia de se construir uma outra mundialização.”

O ciberativismo geralmente busca apoio para suas causas (que vão desde a defesa do meio ambiente, as lutas de gênero, as lutas partidárias, anarquistas, de juventude, culturais, étnicas e da luta pela terra) através da internet e de outros meios tecnológicos. Sua mobilização gera espaço para discussões, procurando estabelecer uma rede de solidariedade e articulação em torno do assunto debatido. Sua utilização, produção e propagação das informações pela Rede passam a ter maior visibilidade. Esta estrutura favorável que vai desde o baixo custo de sua utilização, passando pela possibilidade interativa de suas ferramentas, são consequências de um elemento maior registrado e divulgado por Ugarte (2008), que afirma que a rede não está mais sob forma “centralizada”, mas sim “distribuída”.

Quem primeiro pensou esta concepção na comunicação foi o pesquisador Paul Baran⁶⁴, em meados dos anos 60, que classificou três tipos fundamentais de redes: as centralizadas, as descentralizadas e as distribuídas. As centralizadas definem uma estrutura que eleva um ponto (nó ou nódulo) a um grau de importância superior, sendo que é fundamental a sua presença para a ligação entre outros nós. Ou seja, se o nó central for eliminado, afetará toda a rede. Já no caso das redes descentralizadas, o nó tem sua importância relativizada, tendo em vista que os nódulos são maiores quantitativamente e se organizam de forma mais independente um do outro. Por fim, as redes distribuídas possuem uma forma de malha onde os nós tem a mesma importância entre si, e para alcançar um deles existem vários caminhos possíveis. Isto significa que a eliminação de um ponto não afetará significativamente a estrutura comunicacional da rede. Sendo mais explícito, a rede centralizada é aquela que configura o padrão um-com-todos, enquanto a rede distribuída é

⁶³ Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>. Acesso em 13 de novembro de 2009.

⁶⁴ Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Paul_Baran .Acesso em 12 de novembro de 2009.

aquela que configura o padrão todos-com-todos, princípio este essencial para a prática do ciberativismo, onde os sujeitos (ou usuários) se comunicam entre si sem a necessidade de um emissor-editor único, diferente do que acontece nos veículos de comunicação de massa, como vimos no capítulo dois desta Dissertação.

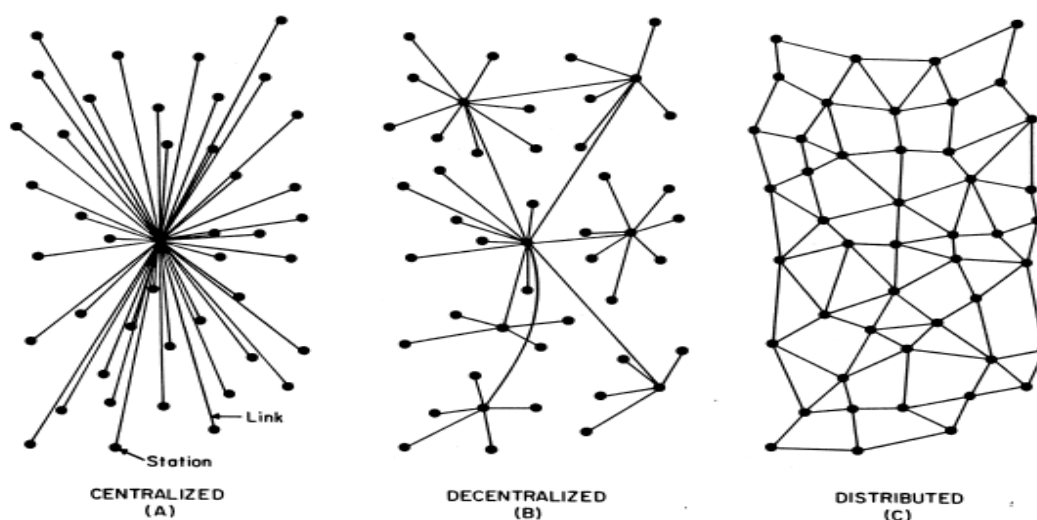


FIG. 1 – Centralized, Decentralized and Distributed Networks

Figura 6– Tipografia das Redes de Paul Baran difundido por David de Ugarte.

Fonte:Manchester. Disponível em: http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/mdodge/Cybergeography/atlas/baran_nets_large.gif. Acesso em 12 de novembro de 2009.

Apesar da distância geográfica minimizada pelo uso da internet, e as ações completamente virtuais que se podem fazer com seu uso, o ciberativismo não se restringe a uma prática exclusiva da virtualidade. Além do virtual, é necessária a existência do ativismo real. Ou seja, é necessário também o comprometimento e conhecimento do ativista pela causa que se está lutando e não apenas um *clique* como entretenimento em horas de lazer em frente ao computador. O que acontece no nosso mundo analógico, muitas vezes pode ser reproduzido virtualmente, como, por exemplo, a existência de passeatas, abaixo assinados, petições e atos de vandalismo e protestos de modo geral. Moraes (Idem), referindo-se à questão, afirma que:

As vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e comprometermos comuns, a partir da diversidade de campos de interesse (educação, saúde, direitos humanos e trabalhistas, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação, economia popular, reforma agrária, Aids, sexualidade, crianças e adolescentes, religiões, combate à fome, emprego, comunicação e informação, arte e cultura), de metodologias de atuação (movimentos autônomos ou redes), de horizontes estratégicos (curto, médio e longo prazos) e de raios de abrangência (internacional, nacional, regional ou local). Essas variáveis, muitas vezes, entrelaçam-se, fazendo convergir formas operativas e atividades.

A internet tem alcançado uma nova relevância como uma ferramenta política. Muitos grupos usam a rede global para alcançar um novo método de organização, com o objetivo de criar e manter o ativismo na internet. Alguns governos, como os do Irã, Coreia do Norte, Mianmar, República Popular da China e da Arábia Saudita, restringem o que as pessoas em seus países podem acessar, especialmente conteúdos políticos e religiosos. Tal restrição visa abafar o poder da sociedade civil interconectada que cresce cada vez mais em todo o planeta. Um caso célebre e recente (acontecido no ano de 2009) foi a série de protestos virtuais (que desencadearam protestos presenciais) ocasionados pelas fraudes na eleição para presidente da república no Irã e divulgados pela rede mundial de computadores. Foi através do Twitter⁶⁵, do Facebook⁶⁶ e outras redes sociais que a população iraniana pode trocar informações com outros países, já que os veículos tradicionais de mídia sofriam restrições para fazer suas coberturas jornalísticas.

Atitudes semelhantes se aproximam das ações de Mídia Tática⁶⁷, incentivando cada pessoa ou cada grupo ou coletivo que deseja tomar uma atitude, ou divulgar suas ideias, a fazer por eles próprios uso de novas formas de militância. Utilizando técnicas criativas e/ou inovações tecnológicas, através da desmistificação da mídia (como um espaço para pessoas privilegiadas) e da quebra dos padrões de informações que se restringiam a pequenos grupos sociais ou intelectualizados.

Na mesma linha, John Downing (2002) propõe a prática da “Mídia Radical”, que em comum com o ciberativismo afirma que “os meios radicais alternativos tem o poder de romper regras, embora raramente quebrem todas elas. Essas mídias também são tipicamente de pequena escala e dispõem de poucos recursos”. Downing aponta ainda que os radicais tem dois propósitos fundamentais. “O primeiro é expressar verticalmente, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder vigente e seu comportamento. E o segundo é obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir com uma rede de relações contrária às políticas públicas”. O autor destaca como fenômeno recente os centros independentes de mídia (Downing, p.37).

Trata-se de uma rede sem uma central de organização, que teve início em Seattle. Hoje já existem entre 80 e cem ao redor do mundo. A maioria está nos Estados Unidos e no Canadá, mas há alguns na América Latina e no Brasil. Esses centros oferecem informações e os profissionais fazem uma cobertura de assuntos

⁶⁵ Microblog de relacionamentos.

⁶⁶ Rede Social mais popular do mundo.

⁶⁷ Mídia tática pode ser definida como a apropriação dos meios de comunicação a fim de se opor ou criticar um alvo que frequentemente ocupa determinada posição de poder. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdia_t%C3%A1tica. Acesso em: 16 de setembro de 2009.

nacionais e internacionais. Mas ali é possível obter conhecimento menos ideológico sobre o que ocorre no Oriente Médio, por exemplo. Essa é uma alternativa internacional e pública de mídia.

O Brasil é um dos países onde há o funcionamento de um Centro de Mídia Independente⁶⁸, ou simplesmente CMI. Com produção de reportagens, textos e denúncias enviados pelos voluntários cadastrados em sua página na internet, o CMI oferece “notícia alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”.



Figura 7– Sítio do Centro de Mídia Independente Brasil.

Fonte: Sítio CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

Alguns grupos se encaixam no que podemos chamar de “guerrilha midiática”, a fim de desmascarar a grande mídia tradicional, apontando para a não confiabilidade e a fragilidade da verdade oficial nas notícias transmitidas⁶⁹. Neste sentido, o Ciberativismo é um importante mecanismo que contrapõe esta “mídia do século passado”, justamente porque a mesma é pouco sensível às ânsias da população, não incorporando suas demandas. Ou seja, podemos dizer que nas mídias tradicionais há pouca interação entre emissores e os receptores. Ao contrário das mídias digitais onde produtor e consumidor são, geralmente, a mesma pessoa. Esta situação viabiliza um ambiente de liberdade e politização das ações destes consumidores, que agora são, também, produtores de conteúdo. Esse é também o caso da comunidade virtual dedicada ao ciberativismo

⁶⁸ Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/>. Acesso em: 17 de setembro de 2009.

⁶⁹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciberativismo>. Acesso em: 17 de setembro de 2009.

brasileiro⁷⁰, um espaço de discussão, produção, circulação e difusão de conteúdo especificamente direcionado à temática do ativismo midiático-digital realizado no país. Incorporando, inclusive, vários pesquisadores acadêmicos que se interessam pelo assunto.



Figura 8– Comunidade de Ciberativismo do Brasil.

Fonte: Ciberativismo Ning. Disponível em <http://ciberativismo.ning.com/>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

4.2 Lutas pela Rede

Neste item enumeramos alguns exemplos de movimentos sociais que praticam o ciberativismo e por consequência deste fato se tornaram conhecidos local, regional e globalmente. Segundo Castells (2003, p. 48), participar e criar comunidades virtuais organizadas em redes sintetiza a prática da livre expressão global, numa era dominada por conglomerados de mídia e burocracias governamentais censoras. O autor lembra que essa liberdade de expressão de muitos para muitos foi compartilhada por usuários da internet desde os primeiros estágios da comunicação *online* e tornou-se um valor difundido por toda a Rede.

Um dos trunfos da utilização da internet pelos movimentos sociais é justamente a comunicação horizontal, que nada mais é do que aquela que é feita diretamente entre os interessados em determinado evento. Ela possibilita que a comunicação entre as pessoas, os integrantes de uma organização ou apenas simpatizantes de determinadas causas, aconteça em um mesmo nível. Quando

⁷⁰ Disponível em: <http://ciberativismo.ning.com/>. Acesso em 10 setembro de 2009.

alguém recebe uma mensagem na sua caixa postal, pode responder diretamente a quem enviou, a partir daquela caixa postal. Com a comunicação horizontal, elimina-se a figura do filtrador, interpretador e modificador daquela informação, papel que até recentemente era feito apenas pelos meios de comunicação de massa.

Podemos citar como primeiro exemplo de Ciberativismo, um movimento que ganhou destaque mundial: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do estado Mexicano de Chiapas. Que luta principalmente contra a exclusão e opressão que atinge os indígenas mexicanos há centenas de anos, também utilizando a rede mundial de computadores como ferramenta para difundir seus valores.



Figura 9 – Página do Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN.

Fonte: Sítio do EZLN. Disponível em: www.enlacezapatista.ezln.org.mx. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

O EZLN incorpora em sua luta as NTICs como, por exemplo, telefones via satélite e a internet como maneira de obter apoio interno e global. Seu nome homenageia a Emiliano Zapata Salazar, um dos líderes da Revolução Mexicana.

O aparecimento do EZLN no cenário político aconteceu em 1993, atualmente é composto majoritariamente por indígenas descendentes dos maias. O protagonismo político que esses indígenas mexicanos, a partir dos anos 90, tomaram para si contém uma dimensão simbólica da maior importância. A expressão disso é a produção de um discurso próprio, com visões e representações dos indígenas e da sociedade através da rede mundial de computadores, numa legítima prática ciberativista.

Outra experiência ciberativista muito popular no mundo globalizado está relacionada às “ações diretas não-violentas”⁷¹ da ONG *Greenpeace*. Entidade que existe desde 1971 e se mantém com as contribuições de seus associados em mais de 40 países. O *Greenpeace* não aceita doações de governos, partidos políticos ou empresas e possui, hoje, em todo o mundo, cerca de 3 milhões de colaboradores, um número impressionante se levarmos em consideração sua estrutura descentralizada e independente. Em seu sítio na internet a entidade assim se define da seguinte forma⁷²:

O Greenpeace é uma organização global e independente que atua para defender o meio ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos. Investigando, expondo e confrontando crimes ambientais, desafiamos os tomadores de decisão a reverem suas posições e mudarem seus conceitos. Também defendemos soluções economicamente viáveis e socialmente justas, que ofereçam esperança para esta e para as futuras gerações. Por não aceitar doações de governos, empresas ou partidos políticos, o Greenpeace existe graças à contribuição de milhões de colaboradores em todo o mundo, que garantem nossa independência e o nosso compromisso exclusivo com os indivíduos e com a sociedade civil. Hoje, o Greenpeace está presente em mais de 40 países e conta com a colaboração de aproximadamente 3 milhões de pessoas.



Figura 10 – Greenpeace Brasil.

Fonte: Sítio Greenpeace Brasil. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/>. Acesso em 12 de novembro de 2009.

⁷¹ Ação direta é uma forma de ativismo que usa métodos mais imediatos para produzir mudanças desejáveis ou impedir práticas indesejáveis na sociedade. Fazem parte destas práticas greves, protestos, exposições, dramatizações, grafitegens etc. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_direta. Acesso em 12 de novembro de 2009.

⁷² Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/quemsomos/>. Acesso em 12 de novembro de 2009.

Finalizando nosso leque de exemplos ciberativistas antes do nosso objeto central – o MST –, apresentamos agora o caso do projeto Índios Online (www.indiosonline.org.br), uma iniciativa desenvolvida por uma ONG brasileira, o Ministério da Cultura e sete etnias indígenas do Nordeste. Com o objetivo de articular esses povos e promover o diálogo intercultural, foram instalados Pontos de Cultura⁷³ com acesso à internet e disponibilizado aos indígenas, para que os mesmos pudessem, através do ativismo digital, promover suas culturas e defender seus interesses. A iniciativa repercutiu internacionalmente como um exemplo positivo de ciberativismo em prol das culturas tradicionais ameaçadas, como é o caso dos indígenas em várias regiões do país e do mundo. Com a iniciativa, essas populações começaram a se apropriar das tecnologias digitais para, por exemplo, cobrar salários atrasados, receber merenda escolar, tirar o lixo de suas aldeias e todo tipo de atividade disponibilizada pela rede. Os idealizadores do projeto assim se definem no menu “quem somos”, diretamente de seu sítio na internet:

Índio Online é um canal de diálogo, encontro e troca. Um portal de diálogo intercultural, que valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação para sete nações indígenas: Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãhãe, Tumbalalá na Bahia, Xucuru-Kariri, Kariri-Xocó em Alagoas e os Pankararu em Pernambuco e para a sociedade em forma geral. Os mesmos índios se conectam a internet em suas próprias aldeias, realizando uma aliança de estudo e trabalho em benefício de suas comunidades e o mundo. Nossos objetivos são: Facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes nações indígenas, estimular o diálogo intercultural. Promover aos próprios índios pesquisarem e estudarem as culturas indígenas. Resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar as culturas indígenas. Promover o respeito pelas diferenças. Conhecer e refletir sobre o índio de hoje. Salvaguardar os bens imateriais mais antigos desta terra Brasil. Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, vídeos) sobre os índios nordestinos para Brasil e o Mundo. Complementar e enriquecer os processos de educação escolar diferenciada multicultural indígena. Qualificar índios de diferentes etnias para garantir melhor seus direitos.

⁷³ O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as demais ações do Programa Cultura Viva. Iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmaram convênio com o Ministério da Cultura (MinC), por meio de seleção por editais públicos, tornam-se Pontos de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades. Atualmente, existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados pelo país e, diante do desenvolvimento do Programa, o MinC decidiu criar mecanismos de articulação entre os diversos Pontos, as Redes de Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=31. Acesso em 13 de novembro de 2009.

A apropriação e utilização das novas tecnologias digitais ganhou tanta popularidade entre os indígenas que eles fizeram um canal de vídeos no YouTube⁷⁴ para exibir suas produções feitas através de seus celulares, espaço este que ganhou o sugestivo nome de “celulares indígenas”⁷⁵.

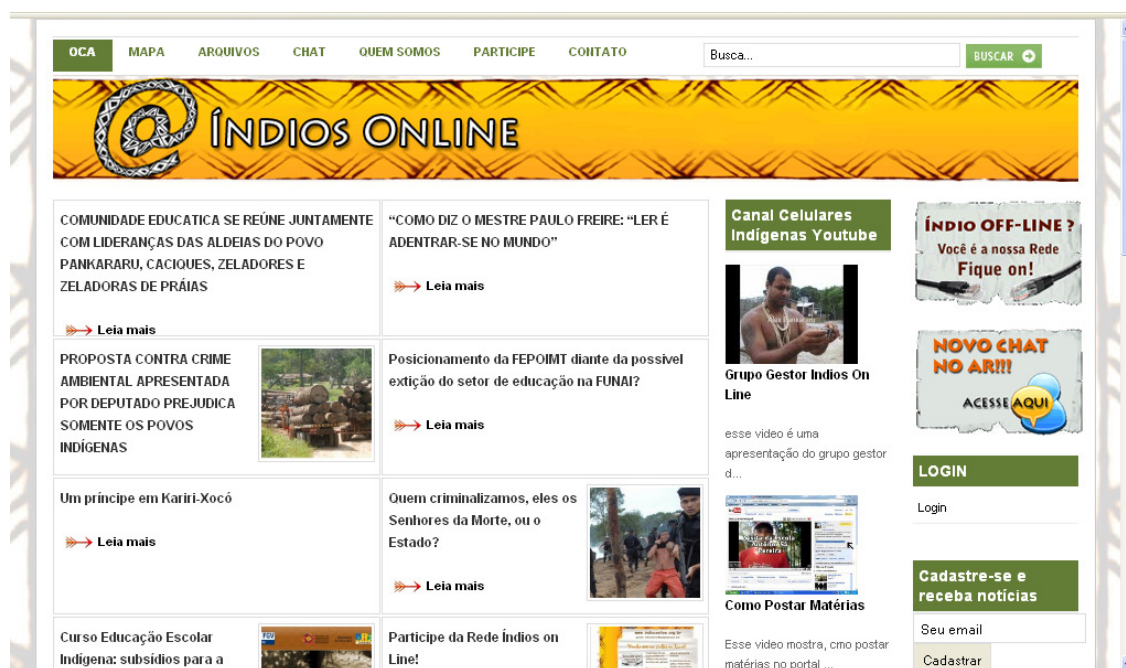


Figura 11 – Sítio do Projeto Índios Online.

Fonte: Índios Online. Disponível em: <http://www.indiosonline.org.br/novo/>. Acesso em 13 de novembro de 2009.

4.3 Ciberativismo Sem Terra

Desde sua formação inicial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem uma preocupação especial com a comunicação. Sua própria forma de organização deste setor direciona seus integrantes a aperfeiçoarem seus métodos de mobilização, e, conseqüentemente, de fortalecer suas atividades e arrematar milhares de trabalhadores rurais visando influenciar a opinião pública, como explica a pesquisadora Isabel Costa da Fonseca, em seu artigo Estratégias de Comunicação do MST para se inserir na Esfera Pública, quando diz:

A comunicação é encarada pela organização como um instrumento para a formação de quadros políticos e a conquista de suas reivindicações. No documento Por uma política de Comunicação do MST, formulado em março de 1995, fica clara essa preocupação. No texto, é sugerida a criação de um coletivo que trate do assunto, define-se que a relação com os meios de comunicação seria feita por alguns dos dirigentes mais capacitados e orienta-se que todos mantenham bons contatos com

⁷⁴ Sítio de compartilhamento de vídeos.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/user/indiosonline>. Acesso em 13 de novembro de 2009.

jornalistas, além de indicar a produção de materiais de qualidade para serem divulgados (FONSECA, 2006, p.11).

O MST também criou em sua estrutura organizacional um departamento específico para tratar o tema, o Setor de Comunicação do Movimento, que organiza todas as ações ligadas à área e desenvolve projetos que procuram dar visibilidade ideológica à luta do Movimento. Dentre esses projetos podem ser destacados o Jornal Sem Terra, existente há 22 anos, voltado para ações internas dentro dos acampamentos; a Revista Sem Terra, publicação com análises de intelectuais sobre a questão agrária, que tem como público alvo integrantes da classe média, universitários, professores e a academia em geral; o Jornal Brasil de Fato, de abrangência nacional, criado para ser um resumo semanal de notícias e análises brasileiras e internacionais sob a ótica do Movimento e da Esquerda brasileira; o programa de rádio Vozes da Terra, que surgiu em 2000 em uma parceria com a Universidade Católica de Santos (Unisantos), e é distribuído para mais de 500 rádios comunitárias em todo o país. E, por último, o sítio do MST (www.mst.org.br) e suas inúmeras ferramentas de divulgação e mobilização (agenda, loja virtual, biblioteca, spots de rádio, manifestos, artigos, dentre outros), que está disponível em oito idiomas, além do boletim eletrônico Letra Viva, produzido quinzenalmente e enviado a milhares de pessoas em todo o mundo. Para o aprofundamento desta pesquisa nos exemplos citados dedicaremos todo o próximo capítulo para analisar estas duas últimas e principais ferramentas ciberativistas do Movimento.

A militância cibernética se tornou uma das grandes ferramentas do MST, possibilitando atuações em várias frentes e espaços, conquistando, além do seu público tradicional (trabalhadores rurais e pessoas do meio camponês), todos os interessados na luta pela Reforma Agrária.

O ciberativismo tem possibilitado ao MST uma articulação em rede, descentralizada e colaborativa. Parte de seus militantes interagem com indivíduos do mundo inteiro propagando suas idéias, realizando ações e pautando a sociedade (direta e indiretamente). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra se apropriou das ferramentas disponibilizadas por este novo mundo interconectado, informacional e interacional. A estrutura horizontal da rede, como já dissemos, viabiliza ao Movimento a propagação de suas idéias sem o filtro coercitivo da mídia convencional, que, além da parca divulgação de suas ações, manipula negativamente as notícias relacionadas ao MST, criminalizando-o (como vimos no capítulo dois).

Além das atividades relacionadas ao sítio do Movimento, apesar de não haver nenhuma comunidade oficial nas Mídias Sociais⁷⁶ em nome do MST, o mesmo não interfere na participação

⁷⁶ Mídia Social é o termo aplicado as novas ferramentas midiáticas que estão possibilitando a interação de pessoas em espaços virtuais de relacionamento.

de seus militantes, individualmente, em comunidades de relacionamento como Orkut, e inúmeros blogs e espaços digitais de discussão, além de agendamento e articulação pelo ciberespaço de suas necessidades e demandas.

Outra ferramenta cibernética que vem sendo usada por integrantes dos Sem Terra com intensidade é o portal de compartilhamento de vídeos da internet YouTube⁷⁷. Dentre as características deste portal de vídeos, uma chama a atenção: o elevado grau de interatividade entre seus usuários. Além do conteúdo audiovisual, o YouTube possui também um sistema de comentários semelhante a um blog, onde os internautas podem emitir opiniões e interagir com quem postou o vídeo, ou mesmo com outros usuários que também comentaram neste espaço.

Esta característica interacional, liberta das amarras e limitações da censura televisiva ou impressa (que vão desde a estrutura técnico-analógica fechada no quesito participação do leitor ou telespectador, passando pela linha editorial adotada pela empresa jornalística que coíbe opiniões divergentes), e potencializa a troca de informação e a liberdade de expressão, conseqüentemente, amplia o debate sobre o Movimento e cria novas possibilidades (e vozes) ávidas por manifestar suas opiniões.

Esse repositório audiovisual se tornou uma grande vitrine para as ações do Movimento. Recentemente, com as manifestações comemorativas de seus 25 anos, foram postados inúmeros vídeos de militantes e colaboradores, divulgando e propagando os ideais do Movimento para todo o mundo. Somente com a expressão “MST” há hoje, 7.150 referências no YouTube⁷⁸.

⁷⁷ O YouTube é sítio mais popular do gênero da internet. Ele permite que seus usuários carreguem, assistam e compartilhem vídeos em formato digital. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/YouTube>. Acesso em dezembro de 2008.

⁷⁸ Pesquisa feita no dia 17 de setembro de 2009.



Figura 12– 25 anos do MST no YouTube.

Fonte: YouTube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=bfT55A-hxcM>. Acesso em dezembro de 2008.

A Direção Nacional do MST, através de sua Assessoria de Comunicação, quando indagada por nós sobre a utilização da comunicação digital (através de questionário aplicado para esta pesquisa), nos diz:

O MST entende que fazer comunicação não é apenas investir em veículos tradicionais de informação. Todo seu trabalho – desde a mobilização da base, passando pela formação, pelas marchas, pelas ocupações e lutas – são formas concretas de comunicação. Comunicamos primordialmente por meio das lutas. A trajetória de mais de 25 anos do movimento na luta pela reforma agrária e pelas mudanças na sociedade, além da criminalização sofrida, nos obrigou a criar, também, nossos próprios meios de comunicação para conseguirmos abrir diálogo com o nosso povo e com a sociedade. Desde o início do Movimento, construímos rádios em nossos acampamentos, assentamentos e marchas. Desde sua origem, o MST teve preocupação com a área de comunicação [...] Com relação a internet mantemos uma página na internet (www.mst.org.br), com informações sobre a história do Movimento e suas lutas, que possui uma média de cinco mil acessos semanais. Distribuimos também um boletim eletrônico quinzenal, o Letra Viva, com o posicionamento do Movimento sobre os temas da conjuntura (Assessoria Nacional de Comunicação do MST, 19/06/2009).

Nascido no bojo das lutas populares em favor da redemocratização no Brasil, no início dos anos 80, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra soube unir alguns fatores que o tornaram o movimento social mais conhecido na América Latina, e um dos maiores do mundo. Primeiramente fez da necessidade antiga e urgente de se realizar a reforma agrária no Brasil sua

maior bandeira, arregimentando massas de excluídos do campo (e da cidade) por todo o país; Casou esta necessidade com um complexo e amplo sistema de ‘educação militante’⁷⁹, onde seus adeptos participam de constantes treinamentos, capacitações, mini-cursos, oficinas e até cursos superiores de graduação e especialização, visando à qualificação de seus integrantes; e, por fim, uniu esses fatores a mobilização da opinião pública, sensibilizando-a para sua luta, utilizando todas as ferramentas de comunicação que lhes estão disponíveis, num lugar de destaque, as ferramentas oferecidas pela internet e todas as possibilidades geradas por elas e já mencionadas nesta Dissertação.

Na entrevista que realizamos com a Direção Nacional do Movimento para esta pesquisa, seus líderes pontuam a importância destas ferramentas digitais, mas fazem questão de afirmar, por outro lado, que tal relação com as novas mídias é apenas consequência de suas necessidades comunicacionais e que de nada valeria se o MST não fosse, segundo eles, “um movimento social de massas e popular”, que atua na realidade concreta de milhões de trabalhadores sem terra.

O site do MST e o nosso informativo quinzenal Letra Viva são talvez hoje os maiores protagonistas desse debate na internet. Porém, para além desses meios, existem outros de importante expressão, pertencentes a outras organizações e entidades que também lutam pela Reforma Agrária como a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Via Campesina, Cáritas, MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Contag e Fetraf, que são os principais. Nosso Movimento tem uma base de mais de 1 milhão de trabalhadores rurais em 23 estados, em um país onde a exclusão digital é muito grande. Temos lutado para que o Estado faça um grande programa de inclusão digital, com a criação de telecentros em todos os assentamentos. Tivemos conquistas nesse campo, especialmente com a instalação de pontos de cultura⁸⁰ em áreas da reforma agrária, onde já promovemos capacitação[...] Apesar disso nos consideramos um movimento social, de massas e popular. Porque mesmo que façamos uso das novas tecnologias para a luta social, sem a ação real, sem as mobilizações massivas, não existem transformações sociais. Uma ocupação de terra é muito mais eficiente para agilizar a reforma agrária do que uma campanha de correios eletrônicos. (Idem, 19/06/09)

Mesmo com a ressalva feita pelos Coordenadores do MST em relação à utilização das ferramentas ciberativistas, é através delas que respostas imediatas (e que não ecoam na mídia tradicional) podem ser emitidas. Um caso recente foi a Nota Pública feita pelo Movimento em resposta a Revista Veja (ver Capítulo 01), que aqui reproduzimos através do blog de ciberativistas Trezentos:

⁷⁹ Baseado em vários teóricos da Esquerda brasileira e latino-americana, mas, sobretudo, do educador pernambucano Paulo Freire.

⁸⁰ O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a comunidade. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=31. Acesso em 17 de setembro de 2009.



Figura 13 – Nota Pública MST (Blog Trezentos).

Fonte: <http://www.trezentos.blog.br/>. Acesso em 17 de setembro de 2009.

Outra mobilização digital recente feita pelo Movimento foi o manifesto “Contra a violência do agronegócio e a criminalização das lutas sociais”⁸¹. Coincidentemente escrito às vésperas do exame de qualificação desta pesquisa de mestrado e desde então um exemplo de ativismo digital sem terra imprescindível a ser citado. O referido manifesto está disponível, além do português, em mais três línguas (espanhol, italiano e francês) e, em poucos dias circulou em várias partes do mundo (através das redes de relacionamento e de e-mails (re)encaminhados), sensibilizando e conquistando signatários de inúmeros países, muitos deles personalidades consagradas em várias áreas do conhecimento, totalizando, até o momento (13 de novembro de 2009), 5.853 assinaturas.

Outra prova de que o MST está conectado às novas mídias digitais e praticando intensamente o ciberativismo é sua adesão ao Twitter. Como já mencionamos anteriormente, este microblog é o maior fenômeno recente de compartilhamento de informações pela rede. Somente até julho deste ano, 50 milhões de usuários⁸² já haviam se cadastrado no blog de utilização dinâmica e funcional (um híbrido de e-mail, lista de discussão e rede social) que consegue, em apenas 140 caracteres permitidos para escrever, disponibilizar informações – através de links – de todos os gêneros e espécies a seus “seguidores”, expressão esta utilizada pelo serviço.

⁸¹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8439>. Acesso em 13 de novembro de 2009.

⁸² Disponível em: <http://melinka.net/twitter-no-para-de-crescer/>. Acesso em 13 de novembro de 2009.



Figura 14 – Twitter do MST.

Fonte: Twitter. http://twitter.com/MST_Oficial. Acesso em 13 de novembro de 2009.

Tendo em vista todos os argumentos apresentados anteriormente, apontamos que o ciberativismo praticado pelo MST é singular no que tange sua origem, um movimento social ligado a trabalhadores rurais de todas as regiões do Brasil. Diferentemente de outros movimentos e entidades, o ativismo digital do Movimento tem em suas raízes históricas o meio camponês, mesmo levando em consideração a dificuldade destes mesmos camponeses ou trabalhadores rurais terem acesso à rede mundial de computadores e à internet. O que queremos destacar ao citá-los não é a contradição da falta de acesso à rede (e que não é o foco deste estudo), mas sim o MST como movimento social popular e de massas que faz uso, como instituição, das novas tecnologias digitais de comunicação para propagar suas idéias e concepções, além de utilizar essas ferramentas como comunicação contra-hegemônica aos meios midiáticos massivos. Que, como vimos, criminaliza as ações do Movimento. Podemos desse modo, afirmar que o MST faz uso frequente das mídias digitais com a finalidade político-ideológica e, portanto, pratica o ciberativismo, que aqui denominamos de ciberativismo sem terra.

Colocada as devidas características deste tipo de ativismo praticado pelo Movimento, destacamos que o próximo e último capítulo tem a finalidade de analisar as ferramentas digitais e interativas disponibilizadas em sua página na internet, enumerando a funcionalidade de cada uma delas.

Capítulo 05

Sítio do MST: uma análise de suas características e ferramentas

Como parte final desta Dissertação, analisaremos a página oficial de divulgação das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelo ciberespaço, seu sítio na internet (www.mst.org.br), e seu Boletim Eletrônico. É nele que o Movimento concentra o maior número de ações ciberativistas, que vai desde publicação própria de conteúdo ou em parceria com colaboradores de outras organizações da mídia alternativa, campanhas e manifestos, comentários de internautas, calendário de ações, cursos, comercialização solidária de seus produtos e inúmeras outras atividades divulgadas pela internet.

Apresentaremos, também, dentro da análise do sítio sem terra, o projeto Videoteca Virtual Gregório Bezerra, um importante espaço disponibilizado através da página do Movimento em parceria com o projeto Armazém da Memória, que permite acesso a centenas de produções audiovisuais como filmes, documentários, curtas metragens e vídeos educacionais com a temática da reforma agrária.



Figura 15 – Sítio do MST.

Fonte: MST. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 13 de novembro de 2009.

5.1 Características e funcionalidades

A página do MST foi criada em 1996 – com a popularização da internet no Brasil – pela coordenação nacional do movimento. Em 2009, esta ferramenta digital completou 13 anos de existência e o MST 25 anos de vida. Ao acessá-la visualizamos estas informações através de um *layout* comemorativo em vermelho (a cor oficial do Movimento), onde trabalhadores rurais estilizados (homens, mulheres e crianças) levantam bandeiras, aram a terra, estudam e militam ao redor da inconfundível logomarca do Movimento, onde um casal de trabalhadores rurais segura um facão no meio do mapa do Brasil. Ou seja, já num primeiro momento, o sítio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra investe imagética e ideologicamente no simbolismo da luta pela terra e da Reforma Agrária.

Atualmente o sítio é gerido por integrantes de cada estado onde existe o MST (24 no total), responsáveis por avaliar o conteúdo da página, acompanhados pela coordenação nacional do setor de comunicação do Movimento que está presente em todo o processo, localizada geograficamente no estado de São Paulo. O sítio possui uma média de 5 mil acessos semanais, segundo sua assessoria, esse número sobe para 9 mil acessos quando o Movimento está promovendo alguma campanha, jornada ou mobilização. A página virtual é administrada pelo próprio Movimento e não tem a tradução automática para outras línguas. Porém, como nos informa sua diretoria através da assessoria de comunicação, eles têm sítios administrados por comitês de apoio ao Movimento em oito países, intitulados, no próprio sítio, como “amigos do MST no exterior”: Inglaterra, Espanha, Itália, Suécia, Suíça, Alemanha, França e Holanda. O público alvo das ações virtuais do MST são, além de sua militância, a imprensa e o público formador de opinião (profissionais liberais, estudantes, intelectuais e sindicalistas etc.).

A estrutura do sítio segue um modelo de formato noticioso (ORRICO, 2005), mostrando a necessidade do Movimento divulgar seu próprio conteúdo informativo que diga respeito a sua luta e seus posicionamentos mediante a conjuntura nacional. Ele também é o cartão de visitas virtual do MST quando o assunto é responder aos ataques da grande mídia e seus interesses através da rede mundial de computadores. Um exemplo (já citado no capítulo anterior) é o manifesto contra a criminalização do Movimento que está circulando na rede em três línguas, disponível na página inicial dos sem terra e com link para sua assinatura.

Em nossa análise, apontamos que o MST utiliza o sítio como veículo de comunicação autônomo que divulga notícias relacionadas aos sem terra de todas as regiões do país. Além da produção de matérias, também são publicados artigos de pesquisadores e intelectuais, que tratam a

temática da reforma agrária e inúmeros colaboradores de várias áreas do conhecimento que, todos a sua forma, apóiam e legitimam as ações do MST.

Internamente, para as tarefas do dia-a-dia, o Movimento se organiza por “brigadas”, como eles denominam os vários grupos para atuação de tarefas diversas cotidianas⁸³. Dentre estes grupos, um se destaca por trabalhar com a produção de conteúdo midiático, é a Brigada de Audiovisual, que incentiva a produção de pequenos documentários e vídeos sobre reforma agrária ou tema que diga respeito às ações dos acampados ou assentados do MST⁸⁴. Novamente é a assessoria nacional do Movimento que nos esclarece como eles utilizam estes recursos de áudio e de vídeo:

Nossa brigada de audiovisual trabalha também para abastecer o site com produções em vídeo. Atualmente, essas contribuições são esporádicas e seguem demandas específicas ou pautas candentes (uma mobilização de destaque, uma campanha, uma ação de forte repercussão etc.). As produções em vídeo costumam ser enxutas (mínimo 5 minutos e máximo 15 minutos). Nosso site não possui uma ferramenta própria para upload [necessária para postar vídeos], por isso raramente disponibilizamos vídeos para download. Reaproveitamos posts feitos no YouTube através da Brigada de Audiovisual e da Via Campesina e disponibilizamos o vídeo para execução direta e/ou link onde está postado originalmente. Em áudio, veiculamos também pelo site o programa Vozes da Terra, que reúne reportagens e campanhas. (Assessoria Nacional de Comunicação do MST, 19/06/2009).

Verificamos com este relato da assessoria do MST que sua produção audiovisual de conteúdo ainda é limitada e surge a partir de demandas esporádicas específicas. Um apontamento tirado de nossos estudos diz que este tipo de ferramenta comunicativa disponível no sítio (vídeos de baixo custo feitos com equipamento digital) é um eficiente mecanismo de comunicação e interatividade com o público, o que poderia ampliar o interesse e o número de acessos de internautas caso houvesse um maior investimento na produção deste material.

⁸³ Na organização de um acampamento do MST, por exemplo, há várias brigadas para a organização e execução das atividades diárias, como: a da saúde, segurança, comunicação, cultura etc.

⁸⁴ Informações concedidas em entrevista realizada com a Assessoria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em junho de 2009.

Figura 16 – Canal de vídeos do YouTube da Via Campesina e do MST.

Fonte: YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=kigmWJxiw8c. Acesso em 13 de novembro de 2009.

A página do Movimento está dividida em oito links ou menus assim discriminados no lado superior da tela: *Sobre o MST*, *Biblioteca*, *Audiovisual*, *Loja da Reforma Agrária*, *Especiais*, *Mural*, *Indicamos* e *Fale Conosco*. Do lado direito do sítio encontramos as seguintes funções ciberativistas: *Busca neste Site*, o banner do projeto *Armazém da Memória*, e as versões digitalizadas de outros veículos de comunicação do MST que possuem sua versão impressa, a *Revista Terra* e o *Jornal Sem Terra*, o espaço do usuário cadastrar seu e-mail para receber o informativo eletrônico *Letra Viva*, a divulgação dos *Amigos do MST no Exterior* (através da bandeira de seus países) e, por fim, o *Expediente* do sítio. Na parte inferior da página, os banners das entidades e organizações *Parceiras* do Movimento, sendo elas: *Cooperativa Laudelina de Campos Melo* (www.cooperativalaudelina.net), *Jornal Brasil de Fato* (www.brasildefato.com.br), *Via Campesina Internacional* (www.viacampesina.org), *Rádioagência Notícias do Planalto* (www.radioagencianp.com.br), *Minga Mutirão Informativa dos Movimientos Sociales* (www.movimientos.org) e *Chasque Agência de Notícias* (www.agenciachasque.com.br).

Cada item deste equivale a várias funcionalidades dentro do sítio, que vão desde o acesso a documentos, vídeos e fotos, calendário de lutas e das campanhas que o Movimento toma parte, envio de mensagens com críticas, postagem de comentários públicos sobre o MST, links e banners redirecionáveis para outras páginas e até a comercialização de suvenires relacionados a este movimento social e sua luta pela reforma agrária. Como a proposta deste capítulo final é analisar em sua totalidade e em partes o sítio dos sem terra, discriminando suas funções, características e operacionalidade, adotamos uma metodologia ligada às práticas de comunicação comparada,

dispostas em autores como Thompson (1998), segundo as quais existem técnicas de leitura crítica dos meios e da produção de mensagens onde, em uma sociedade globalizada pelas tecnologias midiáticas digitais, a comunicação faz-se o principal elo entre as culturas e a compreensão de suas nuances é imprescindível para entendermo-las. Tendo em vista este pressuposto, relacionamos o sítio com as características já enumeradas da Web, mencionadas no capítulo três desta Dissertação através de autores como Lemos (2001), Primo (2007) e Palácios (2001), a saber: a hipertextualidade, interatividade, armazenamento ou memória, multimidialidade e Personalização.

A seguir, faremos esta análise comparativa levando em consideração as características já mencionadas e avaliando se e como o sítio do MST as tem desenvolvido. Como também o grau de sua usabilidade e possíveis redefinições aplicadas a ele, visando maximizar seu desempenho e utilização.

1. Sobre o MST



Figura 17 – Sobre o MST.

Fonte: Sítio MST. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

Este item está subdividido em mais sete outros canais, a saber: Quem Somos, que explica a origem do MST e suas principais lutas atuais; Linhas Políticas, que versa sobre as propostas do Movimento para a Reforma Agrária e um projeto maior denominado Projeto Popular para o Brasil; Nossas Lutas, que dividi em nove eixos os focos de atuação do movimento (Cultura, Reforma Agrária, Combate a Violência Sexista, Democratização da Comunicação, Saúde Pública, Desenvolvimento, Diversidade Étnica, Sistema Político e Soberania Nacional e Popular);

Organização, que explica como o MST se organiza internamente e externamente, através de seus militantes, acampados e assentados; Poemas e Poesias, que disponibiliza trabalhos artísticos de militantes da reforma agrária ou simpatizantes do Movimento; Lutadores e Lutadoras do Povo, que enumera várias personalidades (da cultura, educação, política etc.) que, de algum modo, serviram de inspiração às ações dos sem terra em busca de melhores condições de vida (como afirmam em depoimento em sua página) e, por último, as Notas do Movimento, notas públicas redigidas pelo MST sobre os últimos acontecimentos envolvendo o Movimento e seu posicionamento em relação a estes. Avaliamos que este menu tem um considerável grau de armazenamento (memória), personalização e hipertextualidade, três características do ciberespaço aproveitadas pelo MST neste item. Verificamos o armazenamento na quantidade de documentos e arquivos disponibilizados para os internautas, a personalização (presente em toda página) no modo diagramado do sítio, presente em suas cores e formatos (similares aos símbolos do Movimento, como sua logomarca) e a hipertextualidade na migração de informações através de conexões presentes em links e banners apresentados;

2. Biblioteca



Figura 18 – Biblioteca.

Fonte: Idem

A biblioteca está dividida em sete zonas temáticas sobre assuntos relacionados ao Movimento, com matérias, artigos e textos. Sua maior característica hipertextual, como ferramenta ciberativista, é o armazenamento, com documentos, artigos e matérias sobre assuntos diversos relacionados à reforma agrária e ao MST, são eles: *Acampamento e Assentamento*, *Agricultura*,

Agrocombustíveis, Amazônia e Meio Ambiente, Educação, Cultura e Comunicação, Monoculturas, Transgênicos, Violência e Projeto Popular. Se levarmos em conta que para uma linguagem digital, onde a concisão das ideias é necessária, tendo em vista as limitações da leitura em uma tela de computador, os textos aqui expostos são geralmente longos, o que dificulta a leitura total de seus arquivos;

3. Audiovisual



Figura 19 – Audiovisual.

Fonte: Idem

Neste espaço é disponibilizado aos internautas o acesso a vídeos de curta duração sobre temáticas variadas feitos pela Brigada de Audiovisual do Movimento. Como já dissemos anteriormente a propósito deste setor do MST, o conteúdo produzido pelos mesmos varia de acordo com a demanda e as necessidades da entidade, como também assuntos em pauta no cenário nacional e internacional. O vídeo de destaque desde o dia 2 de outubro de 2009 é, por exemplo, o registro do *Ato de defesa do povo hondurenho em São Paulo*, mas há, também, os vídeos *Antônio Cândido homenageia Florestan Fernandes*, *V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras*, *Conquistas do Acampamento Nacional*, dentre outros armazenados para visualização. Duas características da Web estão explícitas neste item: o armazenamento e a multimedialidade expressa na convergência tecnológica exposta nos vídeos disponíveis para exibição;

4. Loja da Reforma Agrária



Figura 20 – Loja da Reforma Agrária.

Fonte: Idem

Neste espaço são oferecidos alguns produtos – a preços populares –, para a comercialização do MST. Como bonés, cartões postais, camisetas, CDs, livros e pedidos feitos através de um e-mail específico com essa finalidade. Como observa Orrico (2005), o MST, além de ser um movimento social popular e de massas, é também um símbolo que atrai simpatizantes para sua causa, dos mais variados lugares do Brasil e do mundo, muitos destes querendo adquirir alguma lembrança que remeta ao Movimento. Aqui observamos a característica da interatividade e comercialização também existentes no sítio virtual.

É preciso observar que o MST é também uma marca, e o site mais propriamente um canal de interação, onde comercializa produtos com o nome do Movimento, tais como bonés, camisetas, anéis, discos, vídeos e livros. Os produtos são listados com os respectivos preços e o visitante é convidado à compra: “Dê um presente solidário e contribua com a luta pela Reforma Agrária” (ORRICO,2005,p.110).

Verificamos que mesmo com um enorme potencial para comercialização de seus produtos o MST não amplia esta plataforma. Deduzimos que isto não acontece por não ser essa a finalidade do Movimento, e sim a divulgação de suas ações pela rede;

5. Especiais



Figura 21 – Especiais.

Fonte: Idem

Os cadernos especiais temáticos disponíveis neste item são um exemplo de armazenamento de conteúdo para acesso e aprofundamento de questões aos visitantes do sítio (pesquisadores, jornalistas etc.). Aqui é possível encontrar dezenas de temas caros ao Movimento sistematizados para diferentes públicos. Como, por exemplo, a *Jornada Nacional de Lutas dos Sem Terra*, *Jornada Nacional Unificada de Lutas*, *Coleção de Gravuras Gershon Knispel*, *Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação e do Proneza*, *Especial Carajás – 13 anos de impunidade*, *Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária*, *Especial Em defesa das Escolas Itinerantes do MST*, *Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas* dentre inúmeros outros cadernos temáticos;

6. Mural

Início

Mural do MST

11 de dezembro de 2008

Neste espaço você pode registrar sua mensagem para o MST. Deixe seus elogios, apoios, declarações, críticas e sugestões. **ATENÇÃO:** Este espaço possui regras de utilização. Não serão publicadas mensagens que contenham insultos ou agressões de qualquer outra natureza, bem como acusações sem provas.

Tags:

» [Comentar](#)

cutrale

Enviado por antonio carlos da rocha (não verificado) em ter, 13/10/2009 - 14:30.

A reforma agraria deveria ser uma politica publica necessaria ao desenvolvimento do pais. É preciso gerar emprego, dar oportunidades a aqueles que estão fora do mercado, corrigir os erros do passado, repartir as riquezas naturais do pais: agua, terra, petroleo, florestas, minérios etc...

Isso tudo somente é possível através da reforma agraria. Mas o governo sozinho não consegue por isso é preciso a ajuda dos movimentos sociais. Sem pressão não há reforma agraria porque o latifundio é muito forte.

continuem na luta.

antonio.

responder

O foco é outro

Enviado por Ladislau Dowbor (não verificado) em ter, 13/10/2009 - 13:42.

Acho lamentável derrubar pés de laranja, plantados com esforço. É um ato simbólico facilmente explorado. Se foi feito por provocadores, o que é uma prática frequente, ainda mais lamentável. A imprensa, há alguns anos, se lambuzou com alguns pés de soja arrancados pelo Bové. O foco é outro: o desmatamento da Amazonia é da ordem de 10 mil km2 por ano, ou seja, um milhão de

Figura 22 – Mural.

Fonte: Idem

Este é o espaço dedicado à participação pública e interativa dos internautas que visitam o sítio do Movimento, assim ele é descrito já em suas primeiras linhas de apresentação: “Neste espaço você pode registrar sua mensagem para o MST. Deixe seus elogios, apoios, declarações, críticas e sugestões”. Para a publicação das mensagens é necessário obedecer a regras de uso, já explicadas para quem acessa o sítio nas primeiras linhas do item: “Não serão publicadas mensagens que contenham insultos ou agressões de qualquer outra natureza, bem como acusações sem provas”. Abaixo citamos dois comentários postados recentemente na página do Movimento e disponíveis no Mural do sítio, de onde citamos *ipsis litteris*:

Assunto: Cutrale. Enviado por Antonio Carlos da Rocha (não verificado) em ter, 13/10/2009 - 14:30. A reforma agrária deveria ser uma política pública necessária ao desenvolvimento do país. É preciso gerar emprego, dar oportunidades a aqueles que estão fora do mercado, corrigir os erros do passado, repartir as riquezas naturais do país: água, terra, petróleo, florestas, minérios etc. Isso tudo somente é possível através da reforma agrária. Mas o governo sozinho não consegue por isso é preciso a ajuda dos movimentos sociais. Sem pressão não há reforma agrária porque o latifúndio é muito forte. Continuem na luta. Antonio. (Sítio do MST, 13/10/2009)

Assunto: O foco é outro. Enviado por Ladislau Dowbor (não verificado) em ter, 13/10/2009 - 13:42. Acho lamentável derrubar pés de laranja, plantados com esforço. É um ato simbólico facilmente explorado. Se foi feito por provocadores, o que é uma prática frequente, ainda mais lamentável. A imprensa, há alguns anos, se lambuzou com alguns pés de soja arrancados pelo Bové. O foco é outro: o desmatamento da Amazônia é da ordem de 10 mil km² por ano, ou seja, um milhão de hectares de plantas incomparavelmente mais valiosas do que os pés de laranja, cortados sistematicamente em terras predominantemente públicas, todo ano, e nenhuma imprensa aparece. E são em geral os mesmos grupos econômicos. O

desmatamento no cerrado é tão ou mais dramático. Abraço, Ladislau Dowbor. (Sítio do MST, 13/10/2009).

Verificamos, ao analisar este canal, que o mesmo ainda é um espaço limitado para a interação com o público. A existência de outros recursos como um *chat*⁸⁵ ou um *Blog* poderia aumentar o grau de interatividade disponibilizado pela página na Web. Tal afirmação é comprovada com os comentários postados por internautas solidários ao Movimento e críticos aos meios de comunicação de massa e seus jornalistas que criminalizam o MST frequentemente.

Assunto: Uma sugestão! Enviado por Denilson (não verificado) em ter, 06/10/2009 - 11:38. Por que o MST não passa a ter um blog ou aqui neste site mesmo, um canal para sempre falar sobre assuntos usados pela imprensa contra o movimento, que responda imediatamente depois das falsas acusações? Hoje o Grande ex-Secretario do ditador Figueiredo, Alexandre Garcia fez um discurso para ouvidos e mentes perdidas, no Bom Dia Brasil, onde chorava a derrubada de pés de Laranjas na Fazenda da Cutrale... Diferentemente do que acontece quando um sem terra é morto covardemente por capanga de grileiro, quando o Garcia abre um vinho para comemorar e reverência ao antigo patrão! Procurei informações aqui e não consegui. Sou estudante de Biologia pela UERJ e dou todo apoio ao MST! (Sítio do MST, 06/10/2009)

Uma Sugestão - Apoiado! Enviado por Fábio Passos (não verificado) em sex, 09/10/2009 - 23:42. O MST precisa ter um blog! Perfeita a sugestão do Denilson. Canal direto com a população. É um bom caminho prá dialogar diretamente com a massa que é cotidianamente bombardeada com as mentiras da mídia-corporativa. (Sítio do MST, 09/10/2009).

Constatamos, novamente, que os internautas/usuários do sítio do MST reivindicam mais interação com seus integrantes. Ponderamos que futuramente o Movimento precisa ampliar este canal direto de diálogo com seus simpatizantes para potencializar os recursos interativos, o que consequentemente atrairá mais pessoas simpáticas a suas bandeiras de luta.

7. Indicamos

⁸⁵ Sala de Bate-Papo com os internautas.

Início

Indicamos

Agricultura

Bionatur - Sementes Agroecológicas
<http://www.bionatur.com.br>

Cultura

Chico César
<http://www.uol.com.br/chicocesar>
Companhia do Latão
<http://www.companhiadolatao.com.br/>
Companhia Ensaio Aberto
<http://www.ensaioaberto.com/>
Sebastião Salgado
<http://www.terra.com.br/sebastiaosalgado>
Pedro Munhoz
<http://www.pedromunhoz.mus.br>
CEDEM - Centro de Documentação da UNESP
http://www.cedem.unesp.br/acervos/acervo_mst.htm

Direitos Humanos

Anistia Internacional
<http://web.amnesty.org/pages/bra-051103-summary-por>
Comitê Dorcelina Folador
<http://www.mur.com.br/dorcelinavive/default.cfm>
Desaparecidos políticos
<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>
Justiça Global

Figura 23 – Indicamos.

Fonte: Idem

O Indicamos é a referência que o MST dá a outros sítios parceiros que podem ser acessados a partir da página dos Sem Terra. Ele enumera várias entidades da sociedade civil, empresas solidárias, artistas e poder público que tem proximidade com as causas do MST, ou que defendam idéias semelhantes como a agroecologia, arte popular, democratização da comunicação e reforma agrária. O recurso da hipertextualidade é utilizado em abundância, já que todas as recomendações ou indicações são feitas através de conexões de links;

8. *Fale Conosco*

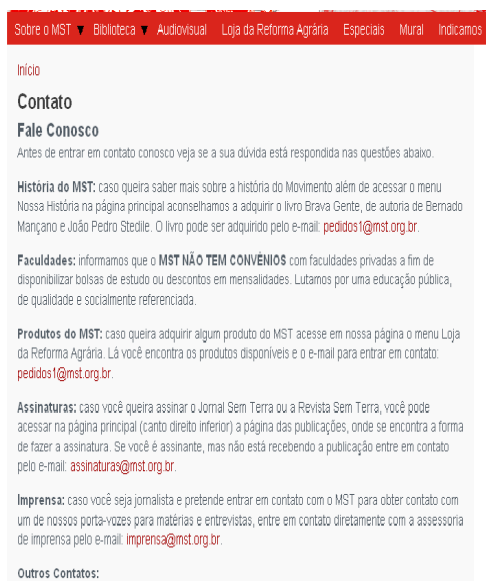


Figura 24 – Fale Conosco.

Fonte: Idem

O último item do menu da página do MST é o endereço do correio eletrônico para contato, onde qualquer internauta pode enviar um e-mail para a assessoria de comunicação do Movimento, visando tirar qualquer tipo de dúvida existente ou mesmo – se caso for um jornalista ou pesquisador –, entrevistar um dos porta-vozes destinados a responder esse tipo de esclarecimento. Detectamos aqui um grau médio de interatividade que, como já mencionamos anteriormente, poderia ser ampliado com outros recursos comunicacionais disponibilizados no sítio.

Orrico (Idem, 2005) explica que o aspecto institucional da página é determinado pelo fato de que ela é utilizada como cartão de visita para possíveis futuros “parceiros”, já que é por meio dela que muitas organizações não-governamentais e entidades internacionais interessadas em financiar projetos em parceria com o MST tomam conhecimento da organização dos Sem Terra no Brasil.

Outro destaque também mencionado pela autora, que elaborou uma pesquisa comparativa sobre a militância digital do Movimento com o Exército Zapatista de Libertação Nacional do México – EZLN, é a relação de cuidado do MST em evitar estrangeirismos na página da internet. Ela segue afirmando (Orrico, 2005, p.109) que “palavras como site e link, comuns no ciberespaço estão vetadas. São substituídas por sítio e indicações. Com resumos disponíveis em oito idiomas, além do português, a página do MST é um exemplo de ciberativismo”.

Citados os recursos iniciais da página do Movimento, outra importante ferramenta de comunicação que atua conjuntamente com o sítio do MST é o Boletim Eletrônico Letra Viva, enviado pela Secretaria Nacional dos Sem Terra. Em entrevista realizada em junho de 2009, perguntamos à assessoria nacional de comunicação quantos usuários (ou pessoas) haviam se

cadastrado e recebiam as informações deste Newsletter (que aborda temas factuais envolvendo o MST e a conjuntura política nacional e internacional). A resposta que obtivemos foi que “o número exato de usuários cadastrados e que recebem nosso boletim é um número ‘significativo de pessoas’, estas espalhadas por todas as regiões do Brasil e em vários lugares do mundo”.

Tal informação pode ser comprovada pela repercussão midiática e interconectada todas as vezes que este correio eletrônico é enviado às caixas de e-mail de seus usuários cadastrados, que, por sua vez, reencaminham este Boletim e o divulgam para outras pessoas, circulando essas informações de forma viral⁸⁶.



Figura 25 – Letra Viva (MST Informa).

Fonte: Sítio MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8547>. Acesso em 14 de novembro de 2009.

Através da análise feita sobre o boletim eletrônico do MST e do questionário aplicado à sua direção, apontamos que a grande repercussão que tal ferramenta possui em sua prática ciberativista é resultado não somente de uma articulação virtual na rede mundial de computadores, mas, também e prioritariamente, pela organicidade que o Movimento apresenta junto a seus militantes e colaboradores, realizando encontros, seminários, debates, marchas, protestos, oficinas, ocupações e uma série de atividades presenciais que estimulam a participação de seus pares e simpatizantes dentro e fora do ciberespaço. Sobre a utilização destes recursos virtuais e a militância política praticada pelos Sem Terra, sua Direção Nacional tem a seguinte ponderação:

⁸⁶ A circulação de informações ou dados de forma viral é um fenômeno da rede mundial de computadores. Trata-se de emitir uma certa informação e esta ir se propagando através das mídias digitais (e-mail, fóruns de discussão, redes sociais), semelhantemente a um vírus biológico onde, em pouco tempo, haverá uma epidemia informacional sobre aquela notícia/matéria emitida inicialmente por apenas um usuário ou entidade.

Acreditamos que a internet é uma ferramenta que pode contribuir para tornar mais conhecidas as lutas populares, que pode ajudar a democratizar a produção de informação. Mas sabemos dos seus limites, tanto de alcance (nem toda população tem acesso) quanto de conteúdo, pois os grandes grupos ainda são os responsáveis pelas principais notícias acessadas na rede [...] Acreditamos que a luta se dá no confronto direto com o latifúndio e, mais recentemente, com o agronegócio. Sabemos que a mesma classe social detém grande parte da terra no Brasil, assim como detém os meios de comunicação, mas nossa luta fundamental é pelo acesso a terra, por uma política de Reforma Agrária Popular, que garanta o assentamento de todas as famílias sem terra, além de condições de produção e educação em todos os níveis [...] Nos consideramos um movimento social, de massas e popular. Porque mesmo que façamos uso das novas tecnologias para a luta social, sem a ação real, sem as mobilizações massivas, não existem transformações sociais. Uma ocupação de terra é muito mais eficiente para agilizar a reforma agrária do que uma campanha de correios eletrônicos. Apesar de não ignorarmos a utilidade da segunda, é a primeira opção que dá maior força ao MST. (Assessoria Nacional de Comunicação do MST, 19/06/2009).

Após analisarmos as inúmeras ferramentas disponíveis no sítio do MST, que agregam as funcionalidades intrínsecas à Web (interatividade, hipertextualidade, memória e personalização), juntamente com seu Boletim Eletrônico, enviado quinzenalmente a milhares de pessoas em todo o mundo e expondo publicamente o ponto de vista sem terra, verificamos que todas estas características expostas na página virtual são extensões das ações práticas do Movimento. Por exemplo, a educação, difundida nas escolas do MST há décadas, utiliza o espaço do sítio para divulgar suas ações e resultados; a cultura popular e artistas existentes nos assentamentos e comunidades rurais agora tem uma estante virtual constante no ciberespaço; as mobilizações massivas e presenciais realizadas pelo Movimento reverberam na rede mundial e chegam até lugares somente imagináveis e acessíveis por conta da globalização comunicacional. Podemos dizer, então, que o sítio dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a expressão digitalizada do Movimento em suas mais simbólicas peculiaridades.

5.2 Armazém da Memória – Videoteca Virtual Gregório Bezerra

Em 2009, o MST virou parceiro de um grande projeto de difusão audiovisual envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o projeto Armazém Memória, trata-se da

Videoteca Virtual Gregório Bezerra⁸⁷. Espaço disponibilizado através de um banner eletrônico no sítio do MST que encaminha o usuário a um acervo de aproximadamente 140 filmes entre curtas, médias e longas metragens. A proposta do projeto é disponibilizar filmes e vídeos sobre a questão agrária brasileira, visando qualificar, no conjunto da sociedade, o debate sobre a reforma agrária. A idéia do Movimento é que o máximo de pessoas interessadas na temática tenha acesso a essas informações através da linguagem do cinema, fazendo com que o mesmo seja um interessante catalisador de debates e educação. Assim o MST apresenta o projeto em seu sítio:

Ao abrir acesso universal, livre e gratuito aos conteúdos dos filmes e vídeos na internet, queremos reforçar o Direito de Acesso à Informação e Educação, pilares fundantes desta iniciativa e fomentar o uso do conteúdo disponibilizado em salas de aula e espaços culturais, em pesquisas, seminários e encontros, tendo na Videoteca Virtual Gregório Bezerra um pólo de organização de uma rede de entidades sociais, centros de documentação e pessoas, que incluam em seus trabalhos a prática, difusão e discussão dos valores e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos aplicados à questão agrária nacional e à defesa do trabalhador do campo. A Videoteca Virtual Gregório Bezerra é um passo importante para o esclarecimento do tema na sociedade, apresentando através da reunião da produção contínua em filmes e vídeos, as denúncias, opiniões, esforços e propostas de tantos brasileiros e brasileiras, que estão envolvidos em realizar uma Reforma Agrária no Brasil, como fator fundamental para afirmação de direitos e cidadania em nosso país e nosso desenvolvimento pleno enquanto nação. (Sítio MST, 15/11/2009).



Figura 26 – Biblioteca Virtual Gregório Bezerra.

Fonte: Sítio MST. Disponível em: <http://www.armazemmemoria.com.br/cdroms/videotecas/>

⁸⁷ Disponível em: <http://www.armazemmemoria.com.br/cdroms/videotecas/MST/index.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2009.

MST/index.htm. Acesso em 15 de novembro de 2009.

Além do catálogo geral de acessos dividido em oito categorias (Documentários da Luta pela Terra, Material de Imprensa, Violência no Campo, Atuação Sindical Rural, Depoimentos, Material Pedagógico, Eventos e Temas Gerais), há também o Cine Debate, voltado às discussões sobre a questão agrária nacional, cujo espaço reúne filmes e vídeos ligados aos temas propostos, constituindo-se assim numa referência virtual aos temas da reforma agrária e as questões do campo brasileiro, sendo uma ferramenta pedagógica dedicada ao estudo e à troca de idéias entre os usuários. E, também, *As Salas de Cinema*, espaços virtuais de lançamentos e destaque de filmes e vídeos sobre o campo brasileiro.

O mesmo projeto da Videoteca Virtual Gregório Bezerra congrega também a Biblioteca Pública Virtual da Luta pela Terra (VER IN SÍTIO) que “reúne o material pedagógico desenvolvido em texto e outros suportes, sendo uma ferramenta de apoio para aqueles que queiram aprofundar o estudo dos temas assistidos nos filmes e vídeos”. Além destes espaços de interação e armazenamento, disponíveis através deste sítio específico, o internauta/usuário pode fazer sugestões de conteúdo de cartilhas e vídeos que poderiam integrar o acervo virtual, além de mapear outros que tenham relevância para o tema proposto (a questão agrária). Como também divulgar a Videoteca Virtual Gregório Bezerra em sua página na internet, através de banners digitais.

A iniciativa que ajuda a manter a Biblioteca Virtual Gregório Bezerra faz parte de um projeto maior chamado Armazém da Memória⁸⁸, uma importante iniciativa coletiva que visa incentivar o acesso à memória histórica e de resistência do povo brasileiro.

O Armazém Memória é uma iniciativa de construção coletiva de um sítio na Internet, visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais. Estas memórias e registros agrupados irão se constituindo em Centros de Referência Virtuais temáticos; bibliotecas inteligentes, interligadas através da tecnologia DOCPRO, onde a sua principal função é disponibilizar o conteúdo completo dos documentos reunidos, totalmente indexados, criando condições para que a memória da resistência histórica do povo brasileiro fique acessível ao cidadão para consulta e estudo não só na internet, como também nas universidades, escolas, casas de cultura, entidades civis e centros de formação populares espalhados pelo país. (Sítio Armazém da Memória, 15/11/2009).

⁸⁸ Disponível em: www.armazemmemoria.com.br. Acesso em: 16 de novembro de 2009.



Figura 27 – Armazém da Memória.

Fonte: site Armazém da Memória. Disponível em: <http://www.armazemmemoria.com.br/>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

A proposta do projeto, juntamente com os interesses ciberativistas do MST, demonstra uma iniciativa relevante no sentido de disponibilizar conteúdo audiovisual de qualidade para a formação política e educacional não só de militantes dos Sem Terra, mas, também, qualquer pessoa interessada na temática da questão agrária e sua relação com a sociedade.

Finalizada a proposta de análise do sítio do MST e todas as suas funcionalidades, características e limitações dentro de uma perspectiva das mídias digitais, propagadas pela rede mundial de computadores, ponderamos, tendo em vista estes resultados, que a página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dá conta de seu propósito inicial: ser a principal ferramenta do Movimento na internet. Onde o mesmo utiliza seus recursos como efetiva prática ciberativista.

Considerações Finais

Chegando à parte final da presente pesquisa, o sentimento é de que conseguimos cumprir com o objeto proposto: uma sistematização histórico-metodológica do ciberativismo praticado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Antes, é importante relembrarmos alguns passos relacionados a estes apontamentos.

Tal reflexão começa com a escolha do tema, resultado de uma série de impressões pessoais, acadêmicas e profissionais colhidas ao longo de, pelo menos, seis anos. Estas impressões, que inicialmente estavam no campo do empirismo, logo se tornaram preocupações teóricas e, sobretudo, reflexões análogas aos estudos sobre os fenômenos da comunicação social e jornalismo, já que a formação do presente autor está diretamente ligada a este campo das ciências sociais aplicadas. Ao ingressarmos na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba – PPGC/UFPB, definimos em detalhes a pesquisa a ser realizada e aqui apresentada ao longo desta Dissertação de Mestrado.

Num primeiro momento, para o entendimento do contexto histórico da luta pela terra, descrevemos o que em nossa opinião e de uma série de historiadores e outros pesquisadores foram os fatos históricos mais importantes relacionados à questão da reforma agrária no Brasil. Fatos estes imprescindíveis para o entendimento da formação do objeto central de nossos estudos, o MST. Começamos com a apresentação da luta mítico-histórica do Quilombo dos Palmares e seu sujeito e líder central, Zumbi. Personagem este enaltecido pelo Movimento dos Sem Terra como um dos principais heróis da luta por liberdade e da conquista pela terra. Na sequência, relembramos a constituição do Arraial do Belo Monte, ou, como ficou conhecido pela opinião pública da época, a Guerra de Canudos. A importância deste episódio na sociedade brasileira ainda é pouco difundida, mas, como apresentamos, Canudos foi uma importante experiência de “sociedade comunitarista⁸⁹”. Seu líder maior, Antônio Conselheiro, apesar de contraditório e misterioso, conseguiu impulsionar uma experiência singular que hoje é objeto de estudo de vários cientistas sociais em inúmeras universidades diferentes. O Belo Monte resistiu a ataques ideológicos (políticos) e militares (físicos) sofridos ao longo de sua ascensão e queda. Verificamos que o MST utiliza os mesmos princípios – ressaltados aqui todas as diferenças históricas, políticas e ideológicas – para propagar seus ideais de resistência, citando e difundindo-o como exemplo inspirador de sua luta pela Reforma Agrária.

Concluindo a experiência didático-histórica sobre as lutas pela posse da terra no Brasil, antes de entrarmos em nosso objeto central relacionado à comunicação e ao MST, rememoramos as Ligas

⁸⁹ Ver Capítulo 01 desta Dissertação.

Camponesas dos anos 50 e 60 e sua importância para o processo de Reforma Agrária e conscientização política dos trabalhadores rurais. Este movimento social ligado aos sindicatos foi o primeiro que pautou nacionalmente a necessidade de redistribuição territorial – a reforma agrária –, com a finalidade social. O *slogan* das Ligas Camponesas ecoa até hoje quando o noticiário midiático tradicional fala sobre o MST e suas ocupações de terra: “Reforma Agrária na Lei ou na marra!”.

Verificamos ao longo da pesquisa que o presidente João Goulart (em 1964), no auge da Guerra Fria, sofreu um golpe de estado e não pode concluir as reformas de base previstas e anunciadas por ele, dentre estas, a Reforma Agrária. No período da Ditadura Militar, houve uma convulsão subterrânea de movimentos sem terra e afins, que viria, mais tarde, a convergir no aparecimento do MST.

Observamos, portanto, na sequência de nossos estudos, que o aparecimento do MST no cenário nacional foi influenciado por todos estes episódios relacionados à luta pela terra, mas, principalmente, de um novo cenário que surgia ao final dos anos 70 do século passado, o processo de redemocratização do Brasil.

Foi a essa época a gestação do que viria a ser o MST e, também, a consolidação de seus maiores inimigos. Como vimos, representados por grupos políticos ligados ao agronegócio e, também, aos grandes veículos da mídia brasileira. Esta última promotora de um sistemático processo de criminalização do Movimento.

É esta relação como fator conjuntural que procuramos entender ao longo do estudo, pois a mesma é fundamental para a compreensão da necessidade deste movimento social de encontrar outras formas de comunicação e propagação ideológica. Todos estes dados foram detalhados na presente pesquisa, inclusive exemplos notórios de manipulação midiática feitos por esses grupos – através de seus principais jornais, revistas e programas televisivos –, representados por corporações de comunicação da mídia nacional.

Tais informações foram relevantes para o corpo deste objeto, pois elas deram a dimensão das necessidades comunicacionais do MST. Verificamos que, justamente pela existência dessa relação conflituosa com os veículos de imprensa, o Movimento tenha se preocupado tanto com a questão da comunicação, criando em sua estrutura interna um Setor de Comunicação e uma Coordenação de Mídia dedicados a esta questão, que trabalham todas as políticas nacionais relacionadas ao tema. Além de incentivar vários veículos de comunicação alternativos como jornais, revistas, programas de rádio e, mais recentemente, as iniciativas ciberativistas.

É bom ressaltar que, apesar do cunho político-analítico desta pesquisa (onde fazemos um apanhado histórico e social do cenário democrático nacional e seus personagens), em que, num

primeiro momento, talvez haja a impressão de que tratamos de um objeto de estudo de outras ciências sociais aplicadas (como a sociologia, por exemplo), deixamos claro, no decorrer de nossos esforços intelectuais, que nosso objeto é outro, centrado na área de comunicação e, mais especificamente, nos fenômenos comunicacionais relacionados às novas mídias digitais. São elas que norteiam todo o processo de nossos estudos antes, durante e depois das análises feitas.

Explicamos em nosso trabalho que o surgimento da internet possibilitou inúmeras ferramentas que mais tarde popularizaram o que hoje é conhecido como ciberespaço. É neste local, ao mesmo tempo físico e virtual, que circulam fluxos de informação incontrolláveis, produzidos não mais por veículos tradicionais e massivos de comunicação, mas sim por toda e qualquer pessoa que tenha acesso a um computador conectado e interesse em algum tema ou assunto, como o da reforma agrária, por exemplo.

São essas características singulares da nova comunicação e o paradigma digital que procuramos analisar previamente visando entender como esse processo é apropriado pelo MST que, como nos diz Gohn (2007), é um “Movimento Social do Século XXI”.

Verificamos que ser um movimento social contemporâneo é uma forma de caracterizar os novos sujeitos da sociedade civil organizada que fazem uso frequente das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, as NTICs. São elas, através da rede mundial de computadores, que possibilitam a estes movimentos uma produção contínua de contra-informação. E este é o caso do MST.

Ciberativismo é a palavra que escolhemos para denominar esta militância pela rede. Nos resultados apontados em nossa pesquisa, verificamos que o MST faz uso frequente destas ferramentas e que, portanto, é um movimento ciberativista. O que não o descaracteriza como um “movimento social, massivo e popular”, como seus dirigentes fazem questão de afirmar, já que seu contato orgânico com sua militância e parceiros continua crescente através de cursos, manifestações, reuniões e todo tipo de ação presencial possível.

O MST tem como maior ferramenta ciberativista seu sítio na internet, que guarda inúmeros recursos que vão desde a exibição de reportagens, documentos, agendas, vídeos, fotos, comercialização e mecanismos de interatividade que, em nossa análise, precisam ser melhorados, tendo em vista a demanda crescente de usuários interessados em dialogar com seus integrantes.

Mas o sítio não é a única ferramenta que os Sem Terra possuem. Como verificamos na pesquisa, o Movimento faz uso abundante de fóruns de discussão através de e-mails, possui uma newsletter que é enviada para milhares de pessoas, faz manifestações e campanhas virtuais de

assinatura, usa o Twitter, posta vídeos no YouTube e debate, individualmente, através de seus militantes e simpatizantes, em blogs e outras redes sociais disponíveis na internet.

Tendo em vista estas informações alcançadas com o decorrer de nossos estudos, apontamos que os objetivos gerais e específicos elencados no início dos trabalhos (e aqui apresentados) foram obtidos. Ou seja, conseguimos analisar a relação do MST com as NTICs e como o mesmo utiliza tais ferramentas para suas atividades de cunho político e militante. Detalhamos, em profundidade, as funções e usabilidade do sítio do Movimento como maior ferramenta ciberativista. E, por fim, analisamos a atuação digital dos Sem Terra na atual arena de debates, caracterizada pela Nova Esfera Pública Interconectada.

Através de todas estas informações expostas durante a feitura da pesquisa, podemos sugerir que o MST é o principal movimento social brasileiro ciberativista, e que o mesmo utiliza os recursos das mídias digitais para propagar sua visão política, social e cultural. Não esqueçamos que, além desta perspectiva, o Movimento precisa enfrentar um grande problema existente não só para os trabalhadores rurais, mas, também, para grande parcela da população urbana: a exclusão digital, que, como afirma Amadeu (2001), é a “grande miséria do século XXI”. Se não há computadores ligados à internet (e sua infinita quantidade de dados e informações), não é possível produzir ou receber conteúdo. Tal problemática – que voluntariamente não aprofundamos nesta pesquisa, por não ser esse o nosso objetivo –, está sendo trabalhada pelos Sem Terra através de projetos de inclusão digital (telecentros e pontos de cultura) em vários assentamentos do MST, em parceria com governos e entidades internacionais.

Por fim, esperamos que a pesquisa aqui apresentada – como afirmamos desde o início deste trabalho –, tenha uma finalidade social e prática em relação a outros pesquisadores e estudiosos interessados na temática. Acreditamos que o próprio MST pode, a partir de sugestões aqui elaboradas, ampliar sua prática militante com a potencialização de recursos e ferramentas digitais de comunicação, qualificando-se ainda mais na produção de informação contra-hegemônica da “mídia burguesa”⁹⁰. Ou seja, colaborar efetivamente para a ampliação do debate democrático sobre a questão da Reforma Agrária e outros temas caros a sociedade brasileira. Incentivando, nesta grande arena multifacetada e virtual que é a rede mundial de computadores, o ciberativismo. Uma luta presencial com recursos digitais que está ampliando o debate na Nova Esfera Pública Interconectada.

⁹⁰ Uma das expressões utilizadas pelo MST para caracterizar ideologicamente a grande mídia tradicional. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

Referências Bibliográficas

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a Certa: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Editora Manole. 6^a Ed, 2009.

BRITTES, Juçara. **Internet, Jornalismo e Esfera Pública: estudo sobre o processo informativo do ciberespaço na formação da opinião**. São Paulo: 2003. 189p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes ,USP- 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. 2001.

_____. **A sociedade em rede. A era da Informação: economia, sociedade e cultura; vol.01**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHN, Sérgio; SAVAZONI, Rodrigo (Org). **Cultura Digital.BR**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo, Editora Três, 1984.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

FELINTO, Erick. **A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano;STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FONSECA, Isabel Costa da. **Estratégias de Comunicação do MST para se inserir na Esfera Pública**. Puc-MG. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.2005.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. São Paulo. Editora: Vozes, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2009.

HOBSBAWN, Erick. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JOHNSON, Steven. **Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (Org.). **As janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste – O Vietnã que não houve**: ligas Camponesas e o Golpe de 64. Londrina, Ed.UEL, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.

MASSUQUETTI, A. **Trajatória de um agitador camponês**: estudos, sociedade e agricultura, 17, outubro 2001: 150-153.

MOISÉS, Diogo de Almeida. **A revista Veja na cobertura de Terras no Brasil**: análise da revista Veja frente ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Monografia de Graduação. UNI-BH. Belo Horizonte, 2005.

MOURA, Clovis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

NEGROPONTE, Nicholas. **Vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

ORRICO, Neblina. **Movimentos Sociais e a Internet**. Brasília: 2005. 154p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade de Brasília, UnB-2005.

PARO, Iana Cossoy: Antônio Conselheiro. Ver. Caros Amigos; **Rebeldes Brasileiros**; fascículo 2. Ed. Casa Amarela, S. P. Sem data de publicação.

PRETTO, Nelson de Luca. SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Org.). **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder: Salvador: EDUFBA, 2008.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

REBELDES BRASILEIROS: **homens e mulheres que desafiaram o poder**. Coleções Caros Amigos, Fascículo 01: Antônio Conselheiro. São Paulo: Editora Casa Amarela: 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Editora Hacker, 2001.

_____. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: 10ª ed. Record, 2003.

SILVA, Juremir Machado da. **Tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era digital**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Vozes, 1998.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007.

UGARTE, David de. **O poder das Redes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VILLA, Marco Antonio. **Jango: um Perfil (1945-1964)**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

_____. **Canudos: O povo da terra**. São Paulo, Editora Ática, 1995. p. 278.

Internet

BRITTES, Juçara. **A revitalização da esfera pública habermasiana pela comunicação ciberespacial**. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em 20 de junho de 2009.

CÂMARA, Antônio. **A atualidade da reforma agrária: de Canudos aos Sem-Terra: a utopia pela terra**. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03camara.html>. Acesso em 07 de novembro de 2009.

MANÇANO, Bernardo. **Cadê o Agronegócio? Cadê os alimentos?** Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/05/05/cade-o-agronegocio-cade-os-alimentos-artigo-de-bernardo-mancano-fernandes/>. Acesso em 08 de novembro de 2009.

MORAES, Denis. **Ativismo Digital**. 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em: 16 de setembro de 2009.

ANEXO 01

18 de maio de 2008 | N° 15605

Reportagem Especial

Cadernos de luta do MST

Cadernos apreendidos pela Brigada Militar em São Gabriel mostram rotina dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como agem os militantes em confrontos

Ao alvorecer do último dia 8, cerca de 800 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampados na fazenda São Paulo 2, em São Gabriel, foram surpreendidos pela chegada de igual número de PMs.

Munidos de ordem judicial, os policiais militares realizaram busca de objetos que poderiam ter sido levados pelos sem-terra durante a invasão promovida dias antes numa fazenda próxima, a Estância do Céu, pertencente a Alfredo Southall e cobiçada pelo MST desde 2003.

Durante a vistoria foram apreendidos facões, foices, facas - definidos pelo MST como objetos de trabalho - e escudos improvisados. O que mais chamou a atenção dos policiais (acabaram sendo entregues ao Ministério Público de São Gabriel para investigação), no entanto, foram quatro cadernos. Preenchidos a caneta, eles se dividem entre diários e atas que relatam o cotidiano dos acampados. São um misto de orientação dos líderes aos militantes e resumo das discussões internas.

A leitura dos cadernos, aos quais Zero Hora teve acesso, mostra que o MST utiliza termos militares para gerenciar os acampamentos, como Brigada de Organicidade e Pelotão de Apoio. No 1º Pelotão do Grupo Gestor, por exemplo, quatro pessoas centralizam a distribuição igualitária de víveres.

Os métodos militares estabelecem a organização de rondas de vigilância, distribuídas em turnos, como num quartel. As rondas incluem crianças, o que será motivo de investigação do Ministério Público. Na vistoria do acampamento da fazenda São Paulo 2, os PMs descobriram entre os sem-terra 28 crianças sem registros e 16 adolescentes sem responsáveis. Um trecho aponta que crianças maiores de 14 anos não estão livres de tirar guarda.

Foram encaminhados também à Polícia Civil e aos promotores públicos cadernos que dão noções de como os acampados podem resistir à desocupação das terras (incluindo menção a bombas e orientações sobre o que falar em momentos delicados) e de como podem driblar a fiscalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quando se candidatam a ganhar terra. Confira os principais trechos dos cadernos:

Como arregimentar apoio

Após a invasão das fazendas de Alfredo Southall, a direção do acampamento estabeleceu algumas metas:

"Às 9h o oficial de Justiça vem trazer os papéis... A coordenação desce e a senha é A Southall é

nossa.

O que dizer para a imprensa? Estamos num latifúndio que não tem apoiadores!

Que venha um representante do Incra para propor a reforma agrária, de preferência já com terras e local.

As Igrejas têm de cobrar do Ministério Público. Exigir apoiadores e mídia na hora do despejo".

Em outro trecho, orientação sobre como proceder nas cidades vizinhas e sobre a função de doações de alimentos nos bairros próximos dos acampamentos:

"Muito importante o trabalho nos bairros, como doar alimentos, panfletar, para cair rápido nos meios de comunicação".

Respostas padrão

Uma das atas estabelece uma orientação aos acampados sobre como responder ao cadastro do Incra, que vai determinar quem está apto ou não a receber cesta básica alimentar:

"É o cadastro da bóia, não precisa se intimidar..."

Tem de dizer que não tem bem familiar, não tem renda porque não trabalha.

Quem não tem documento, dizer que a Brigada roubou.

Se tem passagem na Polícia? Não.

Se já era agricultor? Sim.

O que fazia há cinco anos atrás? Nada, por isso estou aqui...

Tempo de acampamento? Dizer que tem mais de um ano... E assim por diante".

Quem tira guarda

O uso de crianças para fazer guarda nos acampamentos não é rotina, mas acontece. Já o de mulheres é cotidiano, como mostram esses trechos do diário:

"Crianças pegando plantão, 10h às 12h, de 1h30min às 6h".

"... guarda: de menor, não tira guarda, por motivo se o Conselho (Tutelar) chega e vê um de menor na guarda, causa problema..."

"Luana, Paula, Denise e Juliana, quatro horas de guarda hoje".

Controle do insólito

O ímpeto de controle chega até mesmo ao que os acampados devem fazer com os seus animais:

"Foi acordado em assembléia que os cachorros têm que ser amarrados".

Pedras, trincheiras e bombas

Pouco antes do despejo de uma das invasões, novas orientações são anotadas num diário:

"Resistência do cenário: mais pedras, ferros nas trincheiras, alguns pontos estratégicos... cavalo apavora..."

Zinco como escudo. Bombas... tem um pessoal que é preparado. Manter a linha.

Retorno do Pelotão 13: fazer trincheira lá atrás. Se protejam atrás, porque o pelotão que tome cuidado, atiram foguete..."

Desavenças e punições

Casos de desavenças ou crimes são tratados por uma comissão disciplinar, que determina o destino daquele que não se adapta:

"... tá roubando galinha. Quem rouba é expulso".

"...os rapazes foram expulsos porque roubaram da Vozinha 15 reais, não gostavam de reunião e não faziam tarefa..."

"...proposta da direção de transferir P. para outro acampamento, porque corre risco de vida. Vai ser transferido, queira ou não".

Divisão de classes

As anotações de uma folha transmitem aos militantes uma divisão social bem clara entre os grandes proprietários de terra e os sem-terra e chegam a traduzir uma desesperança quanto ao rumo da reforma agrária e convoca para a luta:

"Ricos... concentram a terra comprada com o dinheiro do povo. Quem sustenta é a Farsul e o Poder Judiciário.

Pobres... lutamos para que a terra seja partilhada. Para lutar, precisamos nos organizar.

Levando em conta tudo que conversamos, vamos esperar sentados, vamos acreditar nas palavras do Incra, das mil famílias, ou vamos lutar, buscar conquistas? Há disposição".

Lucro com bebidas

Trecho faz uma avaliação do resultado de uma das festas do acampamento:

"Avaliação de domingo, teve bastante lucro com a venda de bebidas. Sobre bagunças, sempre envolvido o Peixe".

Uma invasão

Trecho de um caderno faz uma avaliação de uma invasão de propriedade da família Southall no mês

de abril, quando o MST promoveu uma série de ações pelo Brasil:

"Nível está bom. Repercussão da ocupação está boa em sete Estados. Em Pernambuco, 23 ocupações. Oposição da PM. Ação rápida. Muita arma no acampamento. Imprensa".

Escolha de alvos

Líderes, ao pregar o que fazer para organizar o movimento em um momento delicado, sugerem a invasão da sede do Incra:

"O que precisamos fazer?"

Fazer uma ocupação no Incra para fazer pressão, para que saia terra. Ou ocupar uma área símbolo. Ficar e não arredar pé.

Quando? Se for possível, amanhã, já".

Medo de flagrante

No dia 29 de abril, a recomendação para evitar prisões na hora em que a BM fosse revistar o acampamento em busca de objetos saqueados:

"Se tiver algo que trouxe da Southall, favor consumir. Senão vai preso em flagrante".

(humberto.trezzi@zerohora.com.br)

HUMBERTO TREZZI

ANEXO 02

22 de agosto de 2009 | N° 16070

CAMPOS CONFLAGRADOS

MST ganha seu mártir

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganhou um mártir ontem, após a morte de um militante da sua causa, Elton Brum da Silva.

Aos 44 anos, o acampado de Canguçu, município do sul do Estado, foi atingido por um disparo de espingarda calibre 12 quando era retirado da Fazenda Southall, em São Gabriel, na Campanha, invadida há nove dias pelo MST. Testemunhas garantem que Brum foi morto por um oficial da Brigada Militar (BM).



Gráfico mostra as polêmicas que envolvem a fazenda Southall

Grande parte das testemunhas é ligada ao MST, que já deu início a uma primeira estratégia de reação: orientou seus militantes a soterrarem com depoimentos os cartórios da Delegacia da Polícia Civil de São Gabriel, que investigará a morte. Os testemunhos repetem que o autor do disparo é da BM. O segundo passo dos militantes poderá ser uma grande movimentação em direção à fronteira, ainda sem data definida.

A BM não confirma, nem desmente que foi autora do disparo mortal. Anunciou apenas que abriu um inquérito policial-militar (IPM) para esclarecer o episódio. O responsável é o corregedor-geral da BM, coronel Rogério Machado Porto.

Pelo menos um oficial reconhece que os policiais militares dispararam, mas como reação a um suposto confronto. De acordo com o tenente-coronel Flavio Silva Lopes, que atuou na operação, os PMs atiraram contra os sem-terra porque estariam sendo agredidos com foices. No entanto, a identidade do atirador permanece desconhecida. Ao final do dia, 15 armas calibre 12 da BM foram apreendidas para perícia.

A Polícia Civil abriu outro inquérito, e a morte será igualmente investigada pelo Ministério Público. A própria governadora Yeda Crusius determinou que todas as informações sobre o episódio sejam apuradas.

Os sem-terra invadiram a Southall no dia 12 e, como de costume, protelaram sua retirada da fazenda. Contrariaram a ordem judicial para que evacuassem a área. Esticaram até o ponto de ruptura a tênue linha que separa a legalidade da clandestinidade e da desobediência metódica. Mesmo com o abuso praticado pelos militantes do MST, a sua retirada da fazenda poderia ter sido pacífica. Não foi.

Permanecem inexplicados os motivos pelos quais PMs portavam armas de fogo e munição mortal para remover da área invadida militantes do MST que não teriam revólveres ou espingardas. Se portavam, essas armas não foram encontradas. Se não portavam, não há motivo para que alguém tenha disparado uma espingarda calibre 12 contra o corpo de Elton Brum da Silva. Normalmente são usadas escopetas com balas de borracha e granadas de efeito moral (que causam explosões e iluminação, sem gerar estilhaços).

Por que armas de fogo de grosso calibre estariam na linha de frente da remoção dos sem-terra? Nenhum oficial graduado da Brigada veio a público explicar isso.

Segundo os testemunhos, Brum teria sido morto durante suposta discussão com um oficial da BM que atua na região da Fronteira e tentava realizar a remoção dos militantes do MST do local. O próprio oficial e alguns soldados teriam providenciado a remoção de Brum, ainda vivo, para o hospital de São Gabriel, numa viatura da BM. O sem-terra morreu a caminho daquela cidade.

A corroborar a versão de que Brum teria discutido com um PM existe um fato: só o sem-terra recebeu tiro. Logo em seguida, teria ocorrido um confronto entre policiais e militantes do MST, mas os cinco PMs feridos sofreram danos causados por paus ou pedras, não por tiros.

Nenhuma arma de fogo foi apreendida com os sem-terra. Ou seja, os instrumentos usados pela BM teriam sido desproporcionais ao que o episódio exigia. De concreto, resta o cadáver de Brum, que deverá alimentar ódios e conversas ao pé do fogo dos acampamentos durante décadas.

Se a BM teve seu mártir em 1990, quando o soldado Valdecir Nunes foi degolado por um grupo de sem-terra, agora o MST tem o seu. E não vai esperar a conclusão das investigações para fazer do episódio uma grande panela de pressão.

Ontem mesmo estavam sendo programadas grandes manifestações durante o enterro de Brum, que deve ocorrer hoje em Canguçu, sua terra natal.

humberto.trezzi@zerohora.com.br

HUMBERTO TREZZI

ANEXO 03



intervozes

coletivo brasil de comunicação social

Criminalização das lutas sociais: um padrão de cobertura da mídia brasileira

Entre o final de fevereiro e início de março, a mídia corporativa iniciou mais uma campanha contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Telejornais, jornais impressos, revistas, rádios e sites da internet pertencentes aos grandes conglomerados de mídia dedicaram-se a difundir sua indignação com os agricultores sem terra. As colunas de muitos articulistas e, especialmente, os editoriais destes veículos, transformaram-se em verdadeiros canais destiladores do preconceito e da ira.

Duas matérias veiculadas em seqüência no domingo (01/03) por um dos principais programas da TV Globo, o Fantástico, demonstram o grau de sofisticação desta campanha ideológica. Uma matéria mostrava um beneficiado pela reforma agrária tentando vender um lote que conquistou; a outra abordava o desmatamento promovido em um assentamento na Amazônia. Em meio a um turbilhão de denúncias contra o MST, seria mera coincidência a exibição de duas matérias expondo as contradições da reforma agrária – feita de forma incompleta e improvisada pelo Estado brasileiro – em um dos programas de maior audiência da TV brasileira, ainda que sem citar nominalmente o movimento? Certamente não.

A campanha da mídia é uma das muitas facetas do processo de ataque em curso contra o MST. No Rio Grande do Sul, este processo de perseguição é encabeçado pelo promotor do Ministério Público gaúcho Gilberto Thums e pela governadora Yeda Crusius (PSDB), que juntos ordenaram o fechamento de escolas do MST no início do ano letivo de 2009. Tal campanha se alimenta também das declarações da conservadora União Democrática Ruralista (UDR), do secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Marrey, e, sobretudo, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes.

Causa espanto observar o maior chefe da Justiça brasileira aderir sem pudores à militância e ao discurso ideológico da direita brasileira. Ele cobra agilidade nas investigações dos recursos públicos destinados aos sem terra. Tal atitude, contudo, não foi verificada quando grandes empresas e fazendeiros, também beneficiados pelo dinheiro público, estiveram envolvidos direta ou indiretamente com a morte de centenas de trabalhadores rurais, sindicalistas e missionários, com a contaminação e destruição do meio ambiente, o trabalho escravo e o infantil, a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras, a grilagem, a corrupção de políticos e de funcionários públicos. Não podemos esquecer também da benevolência e tratamento dispensado ao banqueiro Daniel Dantas, por duas vezes preso e por duas vezes solto pelo mesmo STF. Mais espanto ainda causam os meios de comunicação ao cobrir de forma acrítica as declarações de Gilmar Mendes.

Estas articulações políticas conservadoras, às quais os grandes grupos de comunicação brasileiros estão historicamente ligados, tornam estes veículos incapazes de refletir os problemas do povo brasileiro. Todos os espaços dedicados às denúncias contra o MST tratam o tema como um caso de polícia, mas não há uma reflexão mais profunda sobre a questão

SIG QD. 2 nº 430
Brasília - DF
CEP 70610-420
55 61 3341 3637

Rua Dr. Paulo Vieira, 134
São Paulo - SP
CEP 01257-000
55 11 3877 0824

ANEXO 04***Questionário sobre Ciberativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)******Pesquisador: Lucas Milhomens******Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB******Programa: Mestrado em Comunicação/PPGC***

- 1 – Como o MST pensa a questão da Comunicação? Qual sua discussão sobre o tema?
- 2 – Quais os veículos de comunicação que o MST possui hoje?
- 3 - A que público eles são destinados?
- 4 - Qual sua tiragem e abrangência?
- 5 – Como o Movimento avalia a atuação política na rede mundial de computadores (também conhecido por ciberativismo)?
- 6 - Existe algum tipo de política específica para o setor?
- 7 – Há exemplos de organização virtual (pela Rede) feita pelo Movimento? Quais?
- 8 – Há, no MST, alguma política de inclusão digital de seus integrantes?
- 9 – O MST utiliza sítios de relacionamento (Orkut, Myspace, Facebook), blogs e o sítio de compartilhamento de vídeos YouTube ? De que forma?
- 10 – Com relação ao sítio do MST, quais são seus recursos audiovisuais, de jornalismo e ferramentas institucionais? Quais suas estatísticas (número de acessos diários, semanais e mensais)? O sítio é traduzido para outras línguas? Quantas? Qual é seu público alvo?
- 11 – Como o MST avalia o debate sobre Reforma Agrária feito na nova esfera pública midiática, proporcionada pela Rede Mundial de Computadores?
- 12 – O MST se considera um movimento ciberativista?

ANEXO 05**MST invade fazendas, queima casas e rouba gado no PA**

Qua, 04 Nov, 07h54

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixou um rastro de violência e destruição durante a invasão das fazendas Maria Bonita e Rio Vermelho, localizadas nos municípios de Sapucaia e Xinguara, no sul do Pará. Cem homens armados e encapuzados derrubaram e queimaram casas, expulsaram empregados e atearam fogo em tratores, além de roubar gado. Apavorados e só com a roupa do corpo, mulheres, crianças e idosos tiveram de fugir para não ser espancados. Um avião com três mulheres e três crianças a bordo, expulsas pelo MST, caiu logo depois de decolar de uma das fazendas invadidas. O comandante e o piloto ficaram feridos e estão internados em um hospital da região.

A Delegacia de Conflitos Agrários (Deca) mandou equipes de policiais para as fazendas e abriu inquérito para apurar os atos de vandalismo. Os policiais e a imprensa tiveram dificuldades para chegar às propriedades. O MST bloqueou a rodovia PA-150 em três pontos, afirmando que a ação foi um protesto contra a morosidade da reforma agrária no Estado.

O gerente da fazenda Maria Bonita, Oscar Boller, contou que os invasores surpreenderam a todos, chegando ao local durante a madrugada. Muito agressivos, entraram nas residências dos funcionários enquanto eles dormiam, gritando que todos deveriam sair imediatamente. Em seguida, passaram a destruir as casas e os currais, usando tratores da própria fazenda, que em seguida foram incendiados. Quem resistiu foi espancado e ameaçado de morte caso permanecesse no local.

A ação na Maria Bonita foi comparada à utilizada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), de quem supostamente o MST estaria recebendo treinamento, segundo informação investigada pela Secretaria de Segurança Pública do Pará. A fazenda foi invadida pelo MST desde julho do ano passado.

A Justiça concedeu liminar de reintegração de posse, em agosto do ano passado, mas o mandado nunca foi cumprido pelo Estado. Isso levou a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) a pedir intervenção federal no Pará. O TJ estadual marcou para o próximo dia 21 o julgamento de admissão do pedido.

Segundo a coordenadora estadual do MST, Maria Raimunda César, os sem terra ocuparam as fazendas apenas para "protestar contra a presença de escolta armada" na área. Ela negou que casas e tratores tivessem sido destruídos. "Já balearam 18 trabalhadores rurais, por isso fomos para lá paralisar os trabalhos", afirmou Raimunda.

As autoridades federais e estaduais foram convocadas pelo MST para ir à Curva do S, onde em 1996 dezenove sem terra foram mortos pela PM do Pará, discutir a celeridade da reforma agrária. Enquanto isso não ocorrer, as rodovias PA-150 e PA-158 "continuarão fechadas", segundo o movimento.

ANEXO 06



/ politica / mst

celular rss

28/02/09 - 19h15 - Atualizado em 02/03/09 - 14h56

MST invade fazenda de Dantas em resposta a críticas de Gilmar Mendes

Presidente do STF criticou repasse de dinheiro público ao movimento. Mendes foi responsável por libertar banqueiro após prisão, em 2008.

Do G1, em São Paulo

 Tamanho da
letra
A- A+

editorias

- Primeira Página
- Blogs e Colunas
- Brasil
- Carros
- Ciência e Saúde
- Cinema
- Concursos e Emprego
- Economia e Negócios
- Esporte
- Mundo
- Música
- Planeta Bizarro
- Política
- Pop & Arte



★★★★★ < dê sua nota

A Fazenda Espírito Santo, no município de Xinguara, no Sul do Pará, de propriedade do proprietário do Banco Opportunity, Daniel Dantas, foi invadida por volta das 5h deste sábado (28) por 250 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Veja ao lado vídeo sobre repasse de verbas públicas ao MST

Segundo Ulisses Manaças, da coordenação nacional do MST no Pará, a invasão é uma reação a declarações feitas nesta semana pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Ele criticou o repasse de dinheiro público ao MST – entidade que

publicidade



/ plantão

TER, 17/11/2009

02h08 | brasil

Preso homem que vendia gabarito de vestibular em todo o país

01h40 | brasil

Chuva provoca estragos em Belo Horizonte

00h57 | rio de janeiro

Motorista diz que viu homem jogar pedra sobre ônibus, segundo polícia

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)